



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SOCIAL

RENILDO BARBOSA

ALÉM DO ARCO-IRIS: AVALIANDO A EXECUÇÃO DO CPDD LGBT PELA
INSTITUIÇÃO BENEFICENTE CONCEIÇÃO MACEDO - IBCM NO ATENDIMENTO
A PESSOAS LGBTQIAPN+

Salvador - BA

2024

RENILDO BARBOSA

**ALÉM DO ARCO-IRIS: AVALIANDO A EXECUÇÃO DO CPDD LGBT PELA
INSTITUIÇÃO BENEFICENTE CONCEIÇÃO MACEDO - IBCM NO
ATENDIMENTO A PESSOAS LGBTQIAPN+**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social, na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tânia Maria Diederichs
Fischer

Salvador - BA

2024

Escola de Administração - UFBA

B238 Barbosa, Renildo.

Além do arco-íris: avaliando a execução do CPDD LGBT pela Instituição Beneficente Conceição Macedo – IBCM no atendimento a pessoas LGBTQIAPN+ / Renildo Barbosa. – 2024.

151f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Maria Diederichs Fischer.
Dissertação(mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador,2024.

1.Minorias sexuais e de gênero - Direitos fundamentais - Proteção.
2. Instituição Beneficente Conceição Macedo. 3. Direitos dos homossexuais. 4. Gestão social. 5. Governança.
6. Vulnerabilidade social. 7. Políticas públicas.8. Exclusão social.
I. Universidade Federal da Bahia. Escola deAdministração.II. Título.

CDD – 361.1



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PPGDGS), realizada em 17/07/2024 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL no. 49, área de concentração Desenvolvimento e Gestão Social, do(a) candidato(a) RENILDO BARBOSA, de matrícula 2022119269, intitulada ALÉM DO ARCO-IRIS: AVALIANDO A EXECUÇÃO DO CPDD LGBT PELA INSTITUIÇÃO BENEFICENTE CONCEIÇÃO MACEDO - IBCM NO ATENDIMENTO A PESSOAS LGBTQIAPN+. Às 13:00 do citado dia, Escola de Administração, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof^a. TANIA MARIA DIEDERICHS FISCHER que apresentou os outros membros da banca: Prof^a. Dra. GRACE KELLY MARQUES RODRIGUES, Prof. Dr. AILTON DA SILVA SANTOS e Prof. Dr. JOSE MARCELO DANTAS DOS REIS. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora APROVADO COM DISTINÇÃO E LOUVOR o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente
 AILTON DA SILVA SANTOS
Data: 22/07/2024 14:14:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. AILTON DA SILVA SANTOS

Documento assinado digitalmente
 JOSE MARCELO DANTAS DOS REIS
Data: 19/07/2024 16:56:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. JOSE MARCELO DANTAS DOS REIS, UFBA

Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente
 GRACE KELLY MARQUES RODRIGUES
Data: 23/07/2024 12:54:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. GRACE KELLY MARQUES RODRIGUES, UFBA

Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
 TANIA MARIA DIEDERICHS FISCHER
Data: 24/07/2024 09:17:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TANIA MARIA DIEDERICHS FISCHER, UFBA

Presidente

Documento assinado digitalmente
 RENILDO BARBOSA
Data: 19/07/2024 14:37:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RENILDO BARBOSA

Mestrando(a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao Divino, a Onira e Xangô pelas bênçãos que tens derramado sobre a minha vida, pela graça que me concedeste e pela orientação constante que recebo do Teu amor incondicional. Que suas bênçãos estejam sempre sobre mim, revelando os segredos do mundo espiritual. – KaôCabecilê! Eparrei, Oyá!

Aos meus familiares afetivos e espirituais, em especial, a Nalvinha, minha irmã, Tia Conça, a Elly, a Mariana e Lidilson Guedes, sobrinhos (as) e familiares consanguíneos. A incentivadora Prof^a Samira Safadi, aos analisadores e companheiros de jornada Toni Reis e Ailton Santos.

Ao Padre Alfredo pelos ensinamentos e palavras de sabedoria.

Ao Mestre e, brevemente Doutor, Diego Brandão por todo apoio acadêmico, orientação e chamadas a realidade fundamentais. A Ravena Hernandez por ter nos apresentado e sempre incentivado desde a graduação.

A IBCM por sua atuação e missão, por tornar e apresentar a toda comunidade um ambiente seguro, acolhedor e inclusivo, onde indivíduos de todas as orientações sexuais e identidades de gênero se sentem acolhidos e respeitados.

A Equipe do CPDD LGBT/SJDH (2022/2023) e Profissionais de Lauro de Freitas, Feira de Santana e Camaçari pela atuação, missão e por seu trabalho incansável na defesa dos direitos da nossa comunidade e na educação da sociedade é fundamental para promover a compreensão e a aceitação.

A orientadora Prof^a Tania Fischer, expresso minha profunda gratidão pelo apoio valioso e orientação que proporcionou durante este período. Sua dedicação e conhecimento são fundamentais para o meu crescimento

acadêmico e pessoal. Sua influência e exemplo de pesquisadora não apenas impactou meu trabalho, mas também deixou uma marca duradoura em minha abordagem à aprendizagem e ao desenvolvimento profissional.

Aos Colegas de Mestrado, da Turma 9, à Equipe e Colegiado do PDGS e da Escola de Administração da UFBA, aos Professores (as), amigues, afetos pelos desafios que enfrentamos juntos e pelas superações que celebramos como equipe. Cada um de nós desempenhou um papel importante no nosso crescimento coletivo.

As pessoas LGBTQIAPN+ que contribuem com um contínuo melhorar.

A Pimp My Carroça e sua Equipe, representada aqui por Amanda Barbalho, pela parceria na residência social e por ser Embaixador.

A Jocelyn Cárdenas e Cláudio Campos pela companhia e acolhimento em São Paulo.

“Costumo comparar a travesti a uma ilha, só que ao invés de estar cercada de água por todos os lados está cercada pela violência”.

Janaína Dutra¹

¹ MOTT, Luiz. **Réquiem para a travesti Janaína**. Jornal O Povo, Fortaleza, 14 fev. 2004.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa foi avaliar as ações, os objetivos e o cumprimento do papel do CPDDLGBT, sob execução pela Instituição Beneficente Conceição Macedo – IBCM, em relação as necessidades das populações LGBTQIAPN+, apontando como proposta de intervenção ações que ajudem aprimorar ainda mais a sua atuação. No que diz respeito a metodologia, esta classifica-se como qualitativa e como aplicada, uma vez que foi apresentado um projeto de intervenção pautado para fortalecer o atendimento de equipe multiprofissional. O *lócus* da pesquisa foi o CPDD LGBT, assim, trata-se de um estudo de caso. Deste modo, foram coletados relatórios produzidos pela instituição, no período de maio de 2022 a maio de 2023. Como instrumento de pesquisa, foi aplicada uma entrevista via *Google forms* a vinte e um integrantes da equipe técnica do CPDD LGBT e de Centros em Lauro de Freitas, Camaçari e Feira de Santana. E o método de análise aplicado foi a análise de conteúdo. Considerando a análise dos relatórios, é fundamental fortalecer o diálogo com demais entidades governamentais, organizações sociais e coletivos. Os discursos dos entrevistados mostram que todos reconhecem que a importância dos centros e de suas atuações, é o de justamente incentivar o bem-estar e a saúde física, mental e emocional da comunidade LGBTQIAPN+, viabilizando o acesso a serviços públicos básicos, de saúde, educação, direitos humanos, empregabilidade e outros que atendam às suas particularidades com sensibilidade. O projeto de intervenção e a Tecnologia Social surgem aqui, como mais caminhos para aperfeiçoar o trabalho do CPDD LGBT, na defesa e garantia dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, de outros espaços de atendimento existentes ou que venham a ser criados, por meio da identificação de questões, obstáculos e possibilidades de melhorias, e da execução de medidas práticas para enfrentá-los. A Residência Social no campo em questão, foi um momento de vivenciar reflexões e sugestões, bem como a constatação de aprendizados nas atividades realizadas e contribuições socializadas com a organização acolhedora.

Palavras-chaves: Centro de Promoção e Defesa de Direitos da População LGBTQIAPN+. Direitos da população LGBTQIAPN+. Gestão Social. Governança Colaborativa. Projeto de Intervenção.

ABSTRACT

The general objective of this research was to validate the actions, objectives and fulfillment of the role of the LGBT CPDD, carried out by the Instituição Beneficente Conceição Macedo – IBCM, in relation to the needs of the LGBTQIAPN+ populations, aiming as a proposal for intervention to help cherish even more your atuação. Not that it says respect to the methodology, it is classified as qualitative and as applied, once an intervention project designed to strengthen the care of multiprofessional equipment was presented. The locus of research was the LGBT CPDD, thus, it is a case study. In this way, foram collected reports produced by the institution, in the period from May 2022 to May 2023. As a research instrument, an interview via Google forms was applied to twenty-one members of the technical team of the CPDD LGBT and Centros em Lauro de Freitas, Camaçari e Feira de Santana Fair. The analysis method applied was to content analysis. Considering the analysis of two reports, it is essential to strengthen the dialogue with other government entities, social organizations and collectives. The speeches of two interviewees show that everyone recognizes that the importance of the centers and their activities is precisely to encourage and be better at the physical, mental and emotional health of the LGBTQIAPN+ community, enabling access to basic public services, health, education , human rights, employability and others that attend to their particularities with sensitivity. The intervention project and Social Technology arises here, as another way to improve the work of LGBT CPDD in defending and guaranteeing the rights of LGBTQIAPN+ people, from other existing care spaces or those that come to be created, by means of the identification of challenges, obstacles and possibilities of blessings, and the execution of practical measures to confront them. A Social Residency in the field in this quest was a moment to experience reflections and suggestions, as well as the confirmation of learners in the activities carried out and contributions socialized with a supporting organization.

Keywords: Center for the Promotion and Defense of the Rights of the LGBTQIAPN+ Population. Rights of the LGBTQIAPN+ population. Social Management. Collaborative Governance. Intervention Project.

RESUMEN

El objetivo general esta pesquisa foi disponible as ações, os objetivos e o cumprimento do papel do CPDD LGBT, sob execução pela Instituição Beneficente Conceição Macedo – IBMM, em relação as necessidades das populações LGBTQIAPN+, apontando como proposta de intervenção ações que ajudem aprimorar ainda mais a su atuação. No que diz respeito a metodologia, esta classifica-se como cualitativa y como aplicada, una vez que foi presentado um projeto de intervenção pautado para fortalecer o atendimento de equipe multiprofissional. El foco de la investigación sobre CPDD LGBT, así, se trata de un estudio de caso. De este modo, foram coletados relatórios produzidos pela instituição, no período de mayo de 2022 a mayo de 2023. Como instrumento de pesquisa, foi apliqué una entrevista vía Google form a vinte e uno integrantes da equipe técnica do CPDD LGBT e de Centros em Lauro de Freitas, Camaçari y Feria de Santana. E o método de análisis aplicado para un análisis de contenido. Considerando el análisis de las relaciones, es fundamental fortalecer el diálogo con otras entidades gubernamentales, organizaciones sociales y coletivos. Los discursos dos entrevistados mostraron que todos reconhecem que a importância dos centros e de sus atuações, é o de justamente incentivar o bem-estar e a saúde física, mental e emocional da comunidade LGBTQIAPN+, viabilizando o acesso a serviços públicos básicos, de saúde, educação , direitos humanos, empregabilidade y otros que atienden a sus particularidades con sensibilidad. El proyecto de intervención y la Tecnología Social aquí surgen, como más un camino para perfeccionar el trabajo de CPDD LGBT en defensa y garantía de los derechos de las personas LGBTQIAPN+, de otros espacios de atención existentes o que venham a ser criados, por meio da identificación de misiones, obstáculos e posibilidades de melhorias, e da execução de medidas prácticas para frenar-los. A Residência Social no campo em questão, foi um momento de vivenciar reflexões y sugestões, bem como a constatação de aprendizados nas atividades realizadas e contribuições socializadas com a organização acolhedora.

Palavras-chaves: Centro de Promoción e Defesa de Direitos da População LGBTQIAPN+. Derechos de lapoblación LGBTQIAPN+. Gestão Social. Gobernanza Colaborativa. Proyecto de Intervención.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – número de mortes de LGBTI no Brasil, por seguimento em 2022	37
Figura 2 – distribuição espacial das mortes violentas do público LGBTQIAPN	41
Figura 3 - Linha do tempo STF E DIREITOS LGBTQIAP+	44
Figura 4 – Ilustração com as palavras mais encontradas	82
Figura 5 – Nuvem de palavras	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo das conquistas do público LGBTQIAPN+ levaram ao aumento do debate dessa temática	42
Quadro 02 – Metas e valores atingidos no quadrimestre setembro a dezembro de 2022 – com base nos relatórios mensais e no consolidado quadrimestral	66
Quadro 03 – Metas e Valores Atingidos no Quadrimestre janeiro abril de 2023 – Com base nos relatórios mensais	68
Quadro 04 - Discriminação Mensal das Quantidades por Eixo e Ação – Setembro a dezembro de 2022	70
Quadro 05 - Discriminação Mensal por Eixo e Ação – Janeiro a Abril de 2023	71
Quadro 6 - Síntese dos Resultados	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

AL – Alagoas

Antra - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CCLGBTCENTRO - o Centro de Cidadania LGBT Luiz Carlos Ruas- Centro

CCLGBTLESTE - Centro de Cidadania LGBT Laura Vermont- Zona Leste

CCLGBT- SUL - Centro de Cidadania LGBT Edson Nérís- Zona Sul

CCLGBT- NORTE - Centro de Cidadania LGBT Luana Barbosa dos Reis - Zona Norte

CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

CIS - Cisgeneridade

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CPDD LGBT - Centro de Promoção e Defesa de Direitos das populações LGBTQIAPN+

CRD - Centro de Referência e Defesa da Diversidade

FBSP -Fórum Brasileiro de Segurança Pública

GGB – Grupo Gay da Bahia

IBCM – Instituição Assistencial e Beneficente Conceição Macedo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana.

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersex, Assexuadas, Pansexuais, Não Binaries ou Neutres

ONGS – Organizações não governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

SJDH – Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

TRANS – Transgênero

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E DOS DIREITOS LGBTQIAPN+	16
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS: NOTAS INICIAIS.....	16
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+.....	26
2.3	GESTÃO SOCIAL E RESIDENCIA SOCIAL: PRÁTICAS E QUESTÕES SOCIAIS.....	32
2.4	DIREITOS E A PREVENÇÃO DE OCORRÊNCIAS DE VIOLAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+.....	39
2.5	ESPAÇOS, MODELOS DE GOVERNANÇA E ATUAÇÃO CENTROS PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIAPN+ NO BRASIL.....	46
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.1	CENTRO DE PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+.....	56
3.2	ANÁLISE DOS RELATÓRIOS.....	61
3.3	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	74
4	PROJETO DE INTERVENÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DO ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL DE PESSOAS LGBTQIAPN+	100
5	RESIDÊNCIA SOCIAL: TEORIA E PRÁTICA A PARTIR DO OLHAR DA GESTÃO SOCIAL	104
5.1	GESTÃO SOCIAL: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	104
5.2	RESIDÊNCIA SOCIAL: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	107
5.3	O CASO DO MOVIMENTO DE PIMPADORES – PIMP MY CARROÇA.....	109
6	MAPEAMENTO DE CENTROS E ORGANIZAÇÕES QUE ATENDEM A COMUNIDADE LGBTQIAPN+ E PROPOSTA DE TECNOLOGIA SOCIAL	116
6.1	TECNOLOGIA SOCIAL E A PROPOSTA DE FLUXO DE ATENDIMENTO.....	130
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS	136
	APÊNDICES	149
	APÊNDICE A – TERMO LIVRE ESCLARECIDO (TECLE).....	149
	APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	151

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar questões ligadas aos problemas sociais, percebe-se inicialmente uma ênfase no papel do Estado, que continua a ser um ponto central para a implementação de políticas públicas em níveis nacional, regional, estadual e municipal. Isso é respaldado pela própria Constituição Federal de 1988, que destaca sua responsabilidade nos direitos fundamentais, como a garantia da cidadania, da dignidade humana e a construção de uma sociedade justa e solidária. No entanto, apesar desse papel atribuído ao Estado, ainda há deficiências significativas na eficácia das suas ações para atender às necessidades da população de forma abrangente. Por outro lado, observam-se iniciativas e esforços isolados no setor privado. No entanto, muitas dessas iniciativas tendem a focar em questões individuais e, em muitos casos, são inacessíveis para a maioria da população devido aos altos custos envolvidos.

Na tentativa de mudança de contexto, em relação aos problemas sociais, observam-se ações e entidades que se destacaram ao longo da história, dentre eles, o Terceiro Setor, que basicamente consiste em organizações sem fins lucrativos e de natureza não governamental. Conforme mencionado por Storto e Reicher (2014), esse setor abrange uma ampla variedade de entidades, como fundações e associações, que compartilham o objetivo comum de promover o bem-estar coletivo e a cidadania. Essas organizações concentram seus esforços especialmente na assistência à parcela da população que enfrenta marginalização ou discriminação, como é o caso da defesa dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ e de outros grupos vulneráveis.

Assim, o contexto e a caracterização do recorte territorial desta dissertação foi o Centro de Promoção e Defesa de Direitos das populações LGBTQIAPN+ (CPDD LGBT), centro/órgão vinculado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH, executado pela Instituição Beneficente Conceição Macedo – IBCM, através de chamamento público e assinatura de termo de colaboração, que em linhas gerais é um Centro de Promoção e Defesa de Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersex, Assexuadas, Pansexuais, Não Binaries ou Neutres e segmentos que surgirem no panorama de gênero, orientação e/ou identidade sexual.

Nesse contexto, a questão-problema desta pesquisa foi: quais são os desafios enfrentados pelo CPDD LGBT, como modelo de Política Pública, de Gestão Social, Interorganização e Experiência Pública no estado da Bahia?

Deste modo, o objetivo geral desta pesquisa foi avaliar as ações, os objetivos e o cumprimento do papel do CPDD LGBT em relação às necessidades das populações LGBTQIAPN+, apontando como proposta de intervenção ações que ajudem a aprimorar ainda mais a sua atuação. Os específicos: explorar as políticas públicas e as práticas sociais destinadas a promover a inclusão e garantir os direitos das pessoas LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-Binárias); realizar um *benchmarking*² nacional com a identificação de outros espaços e seus modelos de governança e atuação para a garantia dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil; mapear e estruturar os principais problemas e desafios apresentados para a garantia dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+; apresentar uma proposta de modelo de equipamento ou de fluxos para atendimento das necessidades não atendidas da população LGBTQIAPN+.

A inquirição para a realização desta pesquisa ganha destaque por trazer em questão os desafios do CPDD LGBT, que em linhas gerais, abrange um conjunto de ações intersetoriais de relevante interesse público, voltadas para a garantia dos direitos humanos da população LGBTQIAPN+. Ele está localizado no Casarão da Diversidade, sito à Rua do Tijolo, 8 - Centro, Salvador –BA, mas com ação em todo Estado.

Cabe lembrar que a importância desse Centro dialoga diretamente com a falta de uma política nacional de promoção de cidadania, direitos e enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIAPN+, pois refletem a necessidade de continuidade e ampliação dos serviços do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos dessa parcela. Este chegou à marca de 8,5 mil atendimentos e 4,6 mil acolhimentos do público, tornando-se referência na

²Benchmarking é um processo no qual uma organização compara suas práticas, processos ou desempenho com os de outras organizações, geralmente consideradas líderes em sua indústria ou referências em determinado setor. O objetivo principal do benchmarking é identificar as melhores práticas e buscar maneiras de melhorar o desempenho e a eficiência.

Bahia como um espaço de acolhimento e de promoção dos direitos e de sociabilidade.

Sendo assim, a intenção é o de justamente ampliar e promover ainda mais os direitos e a prevenção de ocorrências de violação de direitos a população LGBTQIAPN+, na capital e nos municípios do interior, vem se configurando como um dos maiores desafios para o Estado da Bahia. Nesse contexto, o CPDD LGBT surge como mais um mecanismo para efetivar o que está previsto na Constituição Federal, como o direito à igualdade, liberdade, dignidade e muito mais. Deste modo, o centro surge com a atenção de apresentar e criar estratégias de atuação deste, promovendo direitos básicos, bem como, criando redes territoriais de promoção de direitos por meio de articulação com os municípios e organizações da sociedade civil da região.

Deste modo, o CPDD LGBT precisa ainda mais de visibilidade para que a sua atuação seja ainda mais eficaz na defesa e a materialização da garantia dos direitos do público LGBTQIAPN+ de Salvador e cidades do interior

De acordo com Giustina e Luiz (2013), o Centro, enquanto execução pela sociedade civil faz parte do rol de organizações e entidades cívicas que agem de maneira voluntária e que formam a base de uma sociedade em funcionamento que estabelecem conflitos ou divergências com os alicerces que são postos pelo Estado. Esse tipo de sociedade, ou seja, a civil é referente a comunidade, ou seja, a um agrupamento de pessoas e não sobre um único cidadão isolado. Deste modo, âmbito pessoal e profissional, essa pesquisa ganha relevância também pelas experiências vivenciadas do pesquisador, pois grande parte de sua atuação relaciona-se com a sociedade civil, o terceiro setor, em especial na Organização em questão.

A metodologia deste estudo, a partir dos objetivos traçados e da questão-problema, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca dos principais conceitos que nortearam esta pesquisa. Ela classifica-se como aplicada, uma vez ainda foi apresentado um projeto de intervenção pautado nos ideais de inovação, gestão social e arranjo territorial para melhoria no atendimento do centro. A abordagem foi a qualitativa, uma vez que essa relaciona-se ao fenômeno social em questão. O *lôcus* da pesquisa foi o Centro de Proteção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais –

CPDD LGBT que, assim, trata-se de um estudo de caso. Deste modo, foram coletados relatórios produzidos pela instituição, no período de maio de 2022 a maio de 2023, comparando os números e informações dos dois semestres em questão. Como instrumento de pesquisa, foi aplicada uma entrevista via *googleforms* a vinte e um integrantes de equipes técnicas que atendem a pessoas LGBTQIAPN+. E o método de análise aplicado foi a análise de conteúdo.

2 POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E DOS DIREITOS LGBTQIAPN+

O objetivo deste capítulo é explorar as políticas públicas e as práticas sociais destinadas a promover a inclusão e garantir os direitos das pessoas LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-Binárias). Nesse contexto, serão abordadas as notas iniciais das políticas públicas, em especial, as destinadas para a população LGBTQIAPN+. Foi discutido os conceitos, a importância e a implementação da gestão social, residência social e inovação, enquanto práticas e questões sociais. Além disso, em questão os conceitos e as relações de governança colaborativa a partir da atuação da sociedade civil; e de que maneira a gestão social e residência social contribuem para a implementação de práticas e questões sociais.

Ainda, em discussão a luz de pesquisadores e das legislações vigentes sobre os conceitos de sexo, gênero e sexualidade; modelo, padrão e/ou norma, a cisgeneridade e a heterossexualidade. Bem como sobre a discriminação e racismo estrutural contra as populações LGBTQIAPN+ e os seus direitos e a prevenção de ocorrências de violação deste público. E por fim, serão explorados espaços, modelos de governança e atuação centros promoção e defesa de direitos dessa parcela no Brasil.

2.1 INOVAÇÃO E GOVERNANÇA COLABORATIVA A PARTIR DA ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A sociedade civil tem um papel essencial na história do Brasil e do mundo, principalmente, pela sua atuação e importância nos contextos de melhorias e combate aos diversos problemas sociais. Em linhas gerais, ela

refere-se à esfera não governamental e não econômica da vida social, composta por organizações voluntárias, grupos de interesse, associações, movimentos sociais, instituições religiosas, entre outros. Segundo Giustina (2013), ela é constituída por indivíduos e grupos que se organizam para promover interesses, valores e objetivos comuns, muitas vezes, na tentativa de buscar respostas e soluções as questões sociais, políticas, econômicas ou culturais de uma comunidade ou grupo, que fora socialmente marginalizado ou esquecido.

A historicidade da sociedade civil considera os contextos políticos, sociais, econômicos e culturais específicos de cada período histórico, uma vez que não é estática, mas sim dinâmica e sujeita a mudanças ao longo da história. Para Borón (1996), ela tem suas raízes na filosofia política e nas teorias sociais, e historicamente tem sido associada a ideias de autonomia, participação cívica, associações voluntárias e espaços públicos não estatais. A forma e a função da sociedade civil variam de acordo com o contexto histórico e cultural, e sua historicidade refere-se à sua capacidade de se adaptar e responder às transformações sociais, políticas e econômicas ao longo do tempo.

A atuação da sociedade civil envolve a análise de diferentes movimentos sociais, organizações não governamentais, grupos de interesse, associações voluntárias e outras formas de expressão da sociedade civil em diferentes períodos históricos. Isso pode incluir a análise de como essas formas de organização surgiram, se desenvolveram, se transformaram e interagiram com outras instituições sociais e políticas ao longo do tempo. Ampliando essa discussão, Gohn (2008) pontua que a historicidade da sociedade civil também pode abordar questões como a relação entre a sociedade civil e o Estado, as lutas por direitos civis e políticos, a participação cívica e a mobilização social em diferentes contextos históricos, e o impacto das mudanças tecnológicas e globais na organização e atuação da sociedade civil.

Segundo Storto e Reicher (2014), as organizações da sociedade civil surgiram em resposta a uma série de necessidades e desafios enfrentados pelas comunidades ao longo da história, com a atuação dos movimentos sociais, muitas vezes, surgem para preencher lacunas deixadas pelo Estado ou

pelo mercado na prestação de serviços e na proteção de direitos. Por exemplo, diante da falta de acesso a serviços básicos como saúde, educação e assistência social, comunidades podem se organizar para criar organizações que atendam a essas necessidades.

Os movimentos sociais foram de suma importância na atuação e implementação da sociedade civil. Isso porque esses emergem como uma resposta às injustiças, discriminação e violações de direitos que ocorrem em uma sociedade. Boschi e Valladares (1983, p. 66-67), já na década de 80 preconizam que

[...] nesta perspectiva está implícita a noção de que os movimentos sociais envolvem a conquista de direitos básicos de cidadania como o fator central de mobilização para a ação: não se pressupõe aqui nem o relativo isolamento das populações envolvidas, nem a espontaneidade como base da ação. Desta forma, não apenas a questão do apoio externo é incorporada como um dos elementos presentes nos movimentos sociais, como também as vinculações destes com outros agentes tais como partidos políticos, outros movimentos congêneres e mesmo agências estatais. Em suma, os movimentos se dão no contexto das relações entre sociedade civil e o Estado, para colocar em termos bem genéricos.

Esses grupos organizam-se para promover mudanças sociais, políticas e culturais visando corrigir essas injustiças e garantir o respeito aos direitos fundamentais de todas as pessoas. Segundo Souza (2022, p. 12), “podemos entender os movimentos sociais enquanto agentes coletivos que buscam modificar a sociedade e se utilizam de protestos de rua, abaixo-assinado, fóruns, congressos, ocupações, entre outros, para alcançar os objetivos desejados”

Para Abers (2010), eles podem surgir em diversos contextos e abordar uma ampla gama de questões, tais como: pela garantia dos direitos civis e políticos, uma vez que lutam pela igualdade de tratamento perante a lei, liberdade de expressão, direito ao voto, entre outros direitos civis e políticos. Pela efetivação dos direitos sociais e econômicos, uma vez que buscam garantir acesso à saúde, educação, moradia, trabalho digno, alimentação adequada e outros direitos sociais e econômicos.

Segundo Gohn (2008), os movimentos sociais defendem os direitos humanos fundamentais para todas as pessoas, independentemente de raça, etnia, gênero, orientação sexual, religião, nacionalidade, entre outros. Em suma, trabalham para combater a discriminação racial, de gênero, de classe social e outras formas de desigualdade e opressão. Suas atuações, por sua vez, variam de acordo aos ciclos e grupos, sobre isso Souza (2002, p. 12) pontua que

Os movimentos vivem etapas que se assemelham a ciclos na sua forma de atuar na sociedade porque sempre precisam manter um tipo de mobilização, que acaba por variar ao longo do tempo, dependendo também dos recursos humanos e materiais disponíveis. Todos os movimentos que assumiram protagonismo na sociedade no âmbito da modernidade tiveram como propósito levar ao Estado as suas demandas e lutas, em geral, buscando alcançar direitos e políticas públicas. Na modernidade, os movimentos assumiram um lugar destacado na vida política das sociedades, para além da representação política organizada das democracias por meio do voto. O que os movimentos produzem, portanto, também é uma forma de participação política que altera e transforma a maneira como os governos atuam e representam interesses. Sendo assim, é importante que vejamos os movimentos sociais como um conjunto de ações coletivas que emergem no mundo moderno, tendo como um dos objetivos influenciar o funcionamento das sociedades, por isso que os movimentos também assumem uma perspectiva de “disputa” em torno de interesses e visões de mundo entre os membros de uma sociedade

Nesse contexto, esses movimentos e grupos muitas vezes utilizam uma variedade de estratégias e táticas, como protestos, petições, campanhas de conscientização, litígios judiciais, boicotes e atividades de lobby político, para alcançar seus objetivos. Seu surgimento e atividades refletem a necessidade de uma resposta coletiva e organizada diante das injustiças e violações de direitos que ocorrem em uma sociedade.

Para Borón (1996), a sociedade civil, no contexto, do liberalismo, surge enquanto grupos de defesa dos direitos humanos em resposta a injustiças, discriminação e violações de direitos. Essas organizações buscam defender os direitos das pessoas marginalizadas, promover a igualdade e a justiça social, e combater formas de opressão e exclusão. Assim, elas desempenham um papel importante na mobilização política e na participação cívica, capacitando os cidadãos a se envolverem no processo político e a fazerem ouvir suas vozes.

Elas podem organizar protestos, campanhas de conscientização, lobby político e outras formas de engajamento político.

Muitas organizações da sociedade civil surgem com o objetivo de promover o desenvolvimento comunitário e o empoderamento das comunidades locais. Elas trabalham para fortalecer as capacidades das pessoas, melhorar as condições de vida e criar oportunidades para o crescimento e a prosperidade. Ampliando essa discussão, Gohn (2008) pontua que elas surgem como expressão da identidade e cultura de grupos específicos, como comunidades étnicas, religiosas, linguísticas ou culturais, podendo promover a preservação da cultura, língua e tradições desses grupos, bem como defender seus direitos e interesses. Em suma, elas representam uma resposta dinâmica e adaptativa às necessidades e desafios enfrentados pelas comunidades, e desempenham um papel crucial na construção de sociedades mais justas, inclusivas e democráticas.

A Instituição Beneficente Conceição Macedo (IBCM) – atua em Salvador desde 1989, quando sua fundadora, Maria Conceição Macedo dos Santos, alugou os primeiros quartos para alojar os pacientes portadores do vírus HIV/AIDS que tinham alta no hospital em que ela trabalhava como auxiliar de enfermagem, e lá permaneciam, por não terem para onde ir, uma vez que haviam sido rejeitados por seus familiares. Desde então a IBCM passou a atender pessoas com o HIV/AIDS, fornecendo-lhes assistência, bem como desenvolvendo ações de prevenção e sensibilização social. Fez várias campanhas em vista de arrecadar e adquirir o necessário para prover as necessidades das pessoas atendidas. Com o tempo, cresceu sempre mais o número de pessoas portadoras do HIV/AIDS que recorriam a IBCM em busca de apoio humano e material, além de outros públicos vulneráveis ou invisibilizados - população em situação de rua, LGBTQIAPN+, dentre outros, além da atuação em espaços de controle social e execução de programas nacionais, em parceria com o Estado.

Ruggiero e Montaga (2008) destacam que sociedade civil desempenha um papel crucial na democracia e na vida política, uma vez que representa uma forma de participação cívica além das instituições governamentais e do mercado. Ela atua como um contraponto ao poder do Estado e do mercado,

defendendo direitos, promovendo a justiça social, e buscando influenciar políticas públicas e decisões governamentais. Elas podem operar em níveis local, nacional e internacional, e muitas vezes trabalham em parceria com o governo, o setor privado e outras organizações da sociedade civil para alcançar seus objetivos.

Para tanto, é válido mencionar que a sociedade civil não é homogênea e pode ser caracterizada por uma diversidade de interesses, perspectivas e agendas. Isso pode levar a conflitos e tensões dentro da sociedade civil, bem como a debates sobre representatividade, transparência, prestação de contas e legitimidade das organizações da sociedade civil. É uma parte essencial da vida democrática e da governança em sociedades ao redor do mundo, desempenhando um papel vital na defesa dos direitos, na promoção da justiça social e na construção de comunidades mais inclusivas e igualitárias.

Storto e Reicher (2014), a sociedade civil continua a desempenhar um papel fundamental na formulação e implementação de políticas públicas que visam promover a conscientização dos direitos e deveres dos cidadãos. Isso ocorre por meio de iniciativas e ações comunitárias destinadas a fortalecer os laços sociais e fomentar a participação cívica. Além disso, a sociedade civil é responsável por monitorar e garantir a transparência das instituições governamentais e não governamentais, exigindo prestação de contas e promovendo a boa governança. Dessa forma, ela assume um papel crucial na resposta a crises humanitárias e situações de emergência, quando o governo não consegue agir eficazmente ou não oferece respostas adequadas.

Mais recente, a sociedade civil desempenha um papel importante no processo de inovação em diferentes níveis e contextos. Isso porque a sociedade civil atua como um observador atento das necessidades e problemas sociais não atendidos pelo mercado ou pelo governo. Ela pode identificar lacunas na prestação de serviços, oportunidades de melhoria ou questões não abordadas e, assim, estimular a inovação para desenvolver soluções adequadas.

A inovação é de suma importância seja em produtos, serviços ou processos, isso porque impacta diretamente no desenvolvimento de uma

nação, uma vez que rompe com os padrões de produção, apresentando diferenças entre o que já produzido e ofertado no mercado (LIRA; HASTENREITER FILHO, 2019). O fomento à inovação ganha destaque a partir da década de 1990, especificamente em ambientes acadêmicos. Isso porque foi necessário a criação e fortalecimento de parcerias entre instituições de ensino e pesquisa, o meio empresarial e o poder público. Essas tinham a intenção de alavancar o potencial empreendedor de uma determinada região ou comunidade (MACULAN; MELLO, 2009).

Pesquisadores renomados como Schumpeter (1988), pontuam que a Inovação tem se destacado como ferramenta de sustentabilidade ao ponto de alcançar a liderança. Isso é possível com novas combinações e estratégias que serão efetivadas pelo empresário, grupo ou organização com o intuito de antecipar às mudanças locais, ampliando essa discussão, Porter (1993) dispõe que a vantagem competitiva só existirá o desenvolvimento de novos produtos/serviços, agregando melhor funcionalidade.

Nesse contexto, as organizações da sociedade civil, como ONGs, grupos comunitários e movimentos sociais desenvolvem soluções inovadoras para enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais. Eles podem implementar novos programas, projetos e iniciativas que abordam problemas específicos de maneiras criativas e eficazes. Essas instituições oferecem um espaço para a experimentação e teste de novas ideias e abordagens, como por exemplo, a possibilidade de implementar projetos-piloto, realizar experimentos sociais e testar intervenções inovadoras em pequena escala antes de escalá-las para um público mais amplo.

A sociedade civil muitas vezes pressiona por mudanças políticas, legislativas e institucionais que promovam a inovação e o progresso. Schumpeter (1988) coloca que essa pode contribuir na criação de políticas públicas que incentivem a inovação, como investimentos em pesquisa e desenvolvimento, incentivos fiscais para empresas inovadoras e apoio a empreendedorismo social. Assim, a sociedade civil participa ativamente de redes de colaboração e parcerias que promovem a inovação. Isso inclui colaborações entre organizações da sociedade civil, governo, setor privado,

academia e outros atores para compartilhar conhecimentos, recursos e experiências e desenvolver soluções inovadoras em conjunto.

A sociedade civil desempenha um papel importante na monitorização e avaliação de impacto das iniciativas inovadoras. Ela pode fornecer feedback crítico sobre a eficácia, eficiência e sustentabilidade das intervenções inovadoras, ajudando a aprimorá-las e adaptá-las conforme necessário. Em suma, a sociedade civil está intrinsecamente ligada à inovação, pois contribui para a identificação de necessidades, o desenvolvimento de soluções, a experimentação de novas ideias, a advocacia por mudanças e a colaboração em redes. Ela desempenha um papel vital na promoção da inovação social, econômica e política para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Diante desse contexto, tem-se a inovação social como uma das formas de se buscar alternativas viáveis para ultrapassar as dificuldades enfrentadas pela sociedade, com o intuito de suprir as necessidades da população e também, das políticas que direcionam o investimento público (BIGNETTI, 2011). Essa ganha destaque, justamente, quando as estruturas existentes não atendem as demandas sociais vigentes, principalmente, as que envolvem problemas envolvendo as desigualdades sociais, as questões da sustentabilidade, as mudanças climáticas e a epidemia mundial de doenças crônicas, crescem iniciativas paralelas direcionadas para uma economia social (MURRAY et al., 2010). Deste modo, a atuação e as ações do CPDD LGBT são exemplos de movimentos sociais que procuram ocupar o espaço deixado pela retração ou inação do Estado.

No que diz respeito da necessidade de trazer à tona novos arranjos territoriais de governança, estes assumem algumas características como: ser linear-instrumental, a burocrática, a econômica, a política, a social, a estética, a incremental, a cooperativa ou a participativa. Em suma, pode-se dizer que estes fazem parte de um processo democrático de discussão que apresenta novos espaços participativos e, promovendo, sobretudo, novas formas de solidariedade e ampliação da noção de democracia. Estes ainda são responsáveis pela intervenção sócio-territorial e pelos seus desdobramentos de caráter inovador ou experimental (BOULOSSA, 2019).

Ampliando essa discussão Silva (2017) traz em questão o conceito de Gestão do Desenvolvimento Territorial que ganhou fôlego nas últimas três décadas, fruto das crises de modelos econômicos e políticos pautados pela lógica da globalização. Essa se consolida como relevante agenda de pesquisa e eixo estruturante de programas que apresentam intervenções territorializadas, com projetos de organizações públicas, privadas e da sociedade civil, como é o caso do CPDD LGBT. Assim, esse novo arranjo territorial configura-se um rico mosaico de experiências de gestão e de inovações sociais, que terão repercussões territoriais diretas para o público que é atendido. Este conceito tem ganhado atenção de acadêmicos e pesquisadores de diversos campos das ciências sociais, com destaque para a administração.

No âmbito da governança tem-se o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle. Estes são colocados em prática, justamente, para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vista a condução de políticas públicas e à prestação de serviços. Essa por sua vez deve e precisa ser colaborativa, justamente para atender o maior número de pessoas, principalmente, quando se fala da população LGBTQIAPN+, um grupo que por anos fora marginalizado, sofrendo com todos os tipos de violências (OLIVEIRA, 2017). Deste modo, a governança colaborativa visa colocar em prática de um conjunto de regras, processos, estruturas e normas que orientam os atores para a resolução comum de um problema complexo da sociedade, que afeta diversas áreas (CARLISI, 2016).

A relação entre a governança e sociedade civil é fundamental para o funcionamento democrático e eficaz de uma sociedade. Isso porque ambas desempenham papéis cruciais na participação cívica e no engajamento democrático, fornecendo uma plataforma para os cidadãos expressarem suas opiniões, demandas e preocupações em relação às políticas públicas e questões sociais. Segundo Oliveira (2007) a governança democrática requer a participação ativa dos cidadãos, e a sociedade civil serve como um canal importante para essa participação. Além disso, a sociedade civil desempenha um papel vital no monitoramento e na fiscalização das instituições governamentais e dos processos de tomada de decisão. Ela ajuda a garantir a

transparência, a responsabilidade e a integridade das instituições públicas, denunciando casos de corrupção, abuso de poder e má gestão.

Segundo Silva (2017), a governança eficaz muitas vezes envolve parcerias e colaborações entre o governo, a sociedade civil, o setor privado e outros atores. Assim, a sociedade civil pode contribuir com conhecimento, recursos e experiência para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas, programas e projetos que abordem questões complexas e multifacetadas, além disso, desempenha um papel importante na promoção da inclusão e da justiça social, defendendo os direitos das minorias, grupos marginalizados e comunidades desfavorecidas, pois trabalha para garantir que as políticas públicas sejam sensíveis às necessidades e realidades de todos os segmentos da sociedade, e não apenas dos privilegiados.

Em resumo, a relação entre governança e sociedade civil é caracterizada pela interdependência e complementaridade, com a sociedade civil desempenhando um papel essencial na promoção da governança democrática, responsável e inclusiva. A colaboração e o diálogo entre esses dois setores são fundamentais para enfrentar os desafios e promover o bem-estar coletivo em uma sociedade, principalmente para a comunidade LGBTQIAPN+ é essencial para promover a igualdade, a inclusão e o respeito pelos direitos humanos de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou características sexuais.

2.2 SEXO, GÊNERO E SEXUALIDADE: MODELO, PADRÃO E/OU NORMA, A CISGENERIDADE E A HETEROSSEXUALIDADE.

Observam-se na contemporaneidade muitas complexidades e nuances relacionadas aos conceitos de sexo, gênero e sexualidade, principalmente quando esses estão atrelados e influenciados por modelos, padrões e normas sociais, como os exemplos de normatividade, cisgeneridade e a heterossexualidade como exemplos de normatividade social.

Os termos "Sexo, Gênero e Sexualidade" abordam aspectos fundamentais da identidade e da expressão humanas. Em linhas gerais, pode-se dizer que sexo se refere às características biológicas e fisiológicas que

distinguem os seres humanos como machos, fêmeas ou intersexuais. Isso inclui órgãos genitais, cromossomos sexuais (XX para mulheres, XY para homens) e características secundárias, como distribuição de pelos e voz (BUTLER, 203). Ribeiro (2018, p. 30) traz o conceito publicado pela Revista Veja em 2017:

É importante ressaltar que o que define o sexo não é o sexo biológico simplesmente, mas sim a percepção compartilhada pela sociedade num determinado momento histórico e que se materializa no registro de nascimento. Por mais que pareça que o sexo se define do ponto de vista biológico, isso não é tão simples assim, justamente porque há variações nas combinações cromossômicas para além dos famosos xx e xy, variações morfológicas dos órgãos genitais masculinos e femininos, variações na estrutura das gônadas, variações endocrinológicas, além de variações morfológicas e funcionais em aspectos físicos (voz, pelos, formato de partes do corpo etc.)

Deste modo, o sexo biológico caracteriza-se pela genitália. Em humanos, os órgãos genitais masculinos incluem pênis, testículos e uretra, enquanto os órgãos genitais femininos incluem vagina, útero, ovários e clitóris. Pessoas intersexuais podem apresentar variações na anatomia genital que não se encaixam nas definições tradicionais de macho ou fêmea. Outro ponto é que os hormônios sexuais, como testosterona, estrogênio e progesterona, desempenham um papel importante na determinação das características sexuais secundárias, como distribuição de pelos, padrões de crescimento, desenvolvimento de seios e voz.

A intersexualidade, por sua vez, é uma condição na qual uma pessoa nasce com características sexuais que não se encaixam nas definições típicas de macho ou fêmea. Isso pode incluir variações na anatomia genital, cromossomos sexuais ou desenvolvimento hormonal. Para tanto, é importante reconhecer que o sexo biológico não é binário e pode variar em uma ampla gama de características. Além disso, o sexo biológico não determina necessariamente a identidade de gênero de uma pessoa, que é uma experiência interna de auto-identificação como homem, mulher, ambos, nenhum ou outra identidade de gênero.

O termo gênero diz respeito às características sociais, culturais e psicológicas associadas a ser homem, mulher ou outra identidade de gênero.

Enquanto o sexo é biológico, o gênero é uma construção social. Inclui papéis de gênero, comportamentos, identidade de gênero (como se identificar como homem, mulher, não-binário, etc.) e expressão de gênero (como se apresentar ao mundo). Sobre isso Butler (2003, p. 37) diz que

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas. Segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e definidor.

Cabe lembrar que a identidade de gênero de uma pessoa não está relacionada ao seu sexo biológico. Isso significa que não importa como os outros a veem, não importa quais são seus órgãos genitais, e não importa se ela realizou ou não cirurgias para modificar partes de seu corpo.

A sexualidade refere-se às atrações emocionais, românticas e sexuais que uma pessoa sente em relação aos outros. Pode ser heterossexual (atração por pessoas do sexo oposto), homossexual (atração por pessoas do mesmo sexo), bissexual (atração por pessoas de mais de um sexo), pansexual (atração por pessoas independentemente do sexo ou identidade de gênero), assexual (ausência de atração sexual) ou outra orientação sexual. Assim, explorar esses conceitos é essencial para compreender a diversidade humana e as experiências individuais em relação ao sexo, gênero e sexualidade. Também ajuda a desafiar normas e estereótipos de gênero, promovendo a inclusão e o respeito pela variedade de identidades e expressões de gênero e sexualidade.

Segundo Preciado (2018), a normatividade refere-se à tendência de uma sociedade em estabelecer normas ou padrões que são considerados típicos, aceitáveis ou desejáveis em determinado contexto social, que nesse contexto, tem-se o destaque para a heterossexualidade. Assim, ela refere-se à tendência predominante de considerar a heterossexualidade como a orientação sexual padrão, esperada e valorizada dentro de uma determinada sociedade.

Cabe lembrar que esse termo ganha destaque da década de 90, em contrapartida a discriminação a homossexualidade. Sobre isso Wittig (1992, p. 41) coloca que

Como termo, [a heterossexualidade] foi criada como uma contrapartida da homossexualidade no início deste século. Tanto pela extensão de seu "vai-sem-dizer". Os juristas não a chamariam de instituição ou, em outras palavras, a heterossexualidade como instituição não tem existência jurídica (a jurisdição do casamento na legislação francesa nem sequer menciona que os parceiros do contrato devem ser de sexos diferentes). Antropólogos, etnologistas, sociólogos viriam a aceitá-lo como uma instituição, mas como uma não escrita, não dita. Pois eles assumem uma qualidade de já existente, devido a algo exterior a uma ordem social; de dois grupos: homens e mulheres. Para eles, os homens são seres sociais, as mulheres são seres naturais.

Deste modo, a heterossexualidade é tradicionalmente vista como o padrão dominante em muitas culturas ao redor do mundo. Isso significa que as relações heterossexuais são frequentemente consideradas normais, aceitáveis e até mesmo incentivadas, enquanto outras formas de orientação sexual podem ser marginalizadas, estigmatizadas ou até mesmo criminalizadas.

Buttler (2003) acrescenta que a normatividade da heterossexualidade pode se manifestar de várias maneiras na sociedade, incluindo as relações heterossexuais são frequentemente retratadas como normais e predominantes nos filmes, programas de televisão, música e outras formas de mídia. Isso pode contribuir para a percepção de que a heterossexualidade é a única forma "normal" de relacionamento romântico. Além disso, muitas instituições sociais, como o casamento e a família, são historicamente baseadas em modelos heterossexuais. Isso pode levar à exclusão de pessoas LGBTQ+ de certos direitos e privilégios associados a essas instituições.

Em muitos lugares do mundo, a legislação e as políticas públicas refletem e reforçam a normatividade da heterossexualidade, por exemplo, através da negação de direitos legais e sociais para casais do mesmo sexo ou da falta de proteção contra discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero. Assim, para Butler (2003), as pessoas frequentemente enfrentam pressão social para se conformar às normas heterossexuais em relação ao casamento, relacionamentos e identidade de gênero. Isso pode criar um

ambiente em que as pessoas LGBTQ+ se sentem obrigadas a ocultar ou suprimir sua identidade sexual para evitar o estigma e a discriminação.

Bagagli (2014), reflete que heteronormatividade presume a cisnormatividade, ou seja, a sociedade estabelece a heterossexualidade como padrão e esperada, também implica na cisnormatividade, que é a suposição de que as pessoas têm uma identidade de gênero que corresponde ao sexo atribuído no nascimento. Isso significa que a heteronormatividade tende a marginalizar ou ignorar pessoas trans, e muitas vezes sugerir que as identidades de gênero não conformes podem ser corrigidas para se alinharem com o sexo atribuído no nascimento, como se fosse possível "curar" ou alterar a identidade de gênero das pessoas trans para corresponder às expectativas normativas da sociedade.

Cisgeneridade é um termo que descreve a identidade de gênero de uma pessoa que corresponde ao sexo designado no nascimento. Em outras palavras, Besen (2018) pontua que uma pessoa cisgênero identifica-se com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, com base em suas características sexuais biológicas, como macho ou fêmea. Na prática, uma pessoa que é designada como do sexo feminino ao nascer e se identifica como uma mulher é considerada cisgênero. Da mesma forma, uma pessoa designada como do sexo masculino ao nascer e que se identifica como homem é também considerada cisgênero.

Linguisticamente, o termo "cis", segundo Ribeiro (2018), vem do latim e significa "do mesmo lado", sendo usado em oposição ao prefixo "trans", que significa "além" ou "através". Assim, "cisgênero" é usado para descrever pessoas cuja identidade de gênero está alinhada com o sexo atribuído no nascimento, enquanto "transgênero" é usado para descrever pessoas cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído no nascimento.

Segundo Bagagli (2014), para pessoas cisgênero, sua identidade de gênero está alinhada com as expectativas sociais associadas ao sexo que lhes foi atribuído no nascimento. Isso significa que sua expressão de gênero, comportamentos, papéis sociais e auto-percepção geralmente se alinham com as normas de gênero tradicionais da sociedade em que vivem. A maioria das

peças se identifica como cisgênero. Isso reflete o fato de que a cisgeneridade é amplamente considerada a norma nas sociedades que binarizam o gênero (ou seja, classificam as pessoas em categorias de "homem" e "mulher" com base em características biológicas).

Sobre isso Kaas (2012) apud por Hining e Toneli (2023, p. 02-03)

Uma pessoa cis é uma pessoa na qual o sexo designado ao nascer + sentimento interno/ subjetivo de sexo + gênero designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de gênero, estão "alinhados" (...) Uma pessoa cis é aquela que politicamente mantém um status de privilégio em detrimento das pessoas trans*, dentro da cisnorma. Ou seja, ela é politicamente vista como "alinhada" dentro de seu corpo e de seu gênero. (...) O alinhamento cis envolve um sentimento interno de congruência entre seu corpo (morfologia) e seu gênero, dentro de uma lógica onde o conjunto de performances é percebido como coerente. Em suma, é a pessoa que foi designada "homem" ou "mulher", se sente bem com isso e é percebida e tratada socialmente (medicamente, juridicamente, politicamente) como tal

Nesse contexto, muitas sociedades, as pessoas cisgênero desfrutam de certos privilégios e vantagens em comparação com pessoas transgênero. Isso pode incluir maior aceitação social, acesso mais fácil a serviços de saúde e apoio, e menos discriminação e estigma em várias áreas da vida. Cabe lembrar que embora esse grupo não enfrente as mesmas formas de discriminação e marginalização que as pessoas transgênero, ainda podem ser afetadas por estereótipos de gênero, expectativas sociais rígidas e pressões para se conformar a padrões de gênero normativos.

Besen (2018) acrescenta que as pessoas cisgênero podem desempenhar um papel importante como aliadas e defensoras dos direitos e dignidade das pessoas transgênero. Isso envolve reconhecer e desafiar o preconceito e a discriminação contra pessoas trans, bem como trabalhar para criar ambientes seguros, inclusivos e respeitosos para todas as identidades de gênero. As normas de gênero e as experiências de cisgeneridade podem variar significativamente entre diferentes culturas e contextos sociais. O entendimento e a aceitação desse termo podem ser influenciados por fatores culturais, religiosos, históricos e políticos. Nesse contexto, é importante reconhecer e respeitar a diversidade de identidades de gênero, incluindo tanto pessoas cisgênero quanto transgênero, e entender que a cisgeneridade é apenas uma

das muitas formas pelas quais as pessoas experimentam e expressam sua identidade de gênero. Vieira e Loureiro (2015 apud RIBEIRO, p.33-34) ampliam essa discussão, pois apresentam as seguintes definições para os gêneros:

- cisgênero: pessoa que se identifica com o gênero designado a ela no nascimento;
- crossdresser: pessoa que usa roupas associadas ao gênero diferente daquele designado a ela na hora do nascimento;
- dragqueen e drag king: artista performático (a) que se veste com roupas femininas (queen) ou masculinas (king), para apresentações, independentemente do gênero;
- intersexual: pessoa que nasceu com genitália ambígua, antigamente chamada de hermafrodita;
- NB: não binária, ou seja, neutra – não se identifica com o gênero masculino nem com o feminino;
- pansexual: aquele que sente atração sexual por pessoas, independentemente do gênero;
- transgênero/transexual: pessoa que não se identifica com o gênero determinado no nascimento;
- travesti: sem uma definição clara. É sinônimo de transexual, mas marginalizado. O termo é usado como afirmação política em razão do estigma enfrentado pelos travestis no país.

Em suma, discutir tais conceitos é essencial para superar a organização social e cultural tradicional imposta, influenciando as atitudes, comportamentos e políticas em relação à sexualidade e às identidades de gênero. Reconhecer e desafiar essa normatividade é fundamental para promover a inclusão, a diversidade e o respeito pelos direitos humanos de todas as pessoas, independentemente de suas questões. A proposta é desafiar as normas sociais que colocam a heterossexualidade como padrão e desconsideram outras orientações sexuais. Isso ajuda a promover a diversidade e a inclusão de todas as formas de orientação sexual.

Além disso, ao reconhecer e discutir a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais promove-se o respeito e a aceitação das experiências individuais das pessoas. Isso cria um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Deste modo, a discussão aberta sobre a normatividade da heterossexualidade e as questões de gênero pode ajudar a empoderar as

comunidades LGBTQAPN+, proporcionando um espaço para compartilhar experiências, construir solidariedade e promover mudanças sociais e políticas.

2.3 DISCRIMINAÇÃO E RACISMO ESTRUTURAL CONTRA AS POPULAÇÕES LGBTQIAPN+

Ao abordar a discriminação e o racismo estrutural contra as populações LGBTQIAPN+, reconhece-se que essas comunidades não são homogêneas e enfrentam diferentes formas de opressão com base em identidades interseccionais, como raça, etnia, classe social, habilidade, entre outros.

O racismo estrutural é um fenômeno que permeia todas as esferas da sociedade e afeta pessoas de diversas origens e identidades. Quando se trata das populações LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-binárias), o racismo estrutural pode se manifestar de várias maneiras, exacerbando as experiências de discriminação e marginalização que essas pessoas já enfrentam devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Segundo Almeida (2019), o conceito de racismo estrutural se refere às formas sistêmicas e institucionais de discriminação racial que estão enraizadas nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais de uma sociedade. Ele opera de maneiras sutis e muitas vezes invisíveis, perpetuando desigualdades e privilégios com base na raça, ao ponto ainda de se manifestar em várias áreas da vida social, incluindo educação, saúde, emprego, sistema judicial e mídia. Nesse contexto, é preciso reconhecer e confrontar o racismo estrutural como parte dos esforços para promover a justiça racial e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

Ampliando essa discussão Sant'Anna (2004), o racismo é identificado como uma das formas mais graves de discriminação, pois a pessoa que está sendo alvo dela não tem a capacidade de alterar suas características naturais para agradar outra pessoa. Ele descreve o racismo como uma ideologia que promove a superioridade de certos grupos étnicos sobre outros, baseada em características físicas, origens e descendências. Isso leva a agressões físicas e verbais motivadas apenas pelas diferenças entre os indivíduos. Em outras

palavras, consiste em formar um julgamento prévio sobre alguém sem realmente conhecê-lo. Nesse contexto, as pessoas são julgadas unicamente com base na cor da pele, traços físicos e aparência externa. Este preconceito pode levar a discriminação e tratamento injusto contra aqueles que são alvo dele.

O racismo estrutural, em certa medida, pode impactar as populações LGBTQIAPN+, uma vez que, enfrentam um maior risco de violência física e verbal devido à interseção do racismo e da homofobia/transfobia. Isso pode incluir agressões verbais, ataques físicos e até mesmo crimes de ódio. Para além disso, pode limitar o acesso desse público aos serviços de saúde, moradia, emprego e educação. Isso pode resultar em disparidades significativas em termos de saúde mental, bem-estar e qualidade de vida. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como órgão responsável pelo planejamento e coordenação das políticas judiciárias, tem trabalhado para garantir a padronização e otimização dos processos. Isso visa assegurar que: i) a comunidade LGBTQIA+ tenha acesso justo ao sistema judiciário e ii) seus direitos sejam plenamente garantidos por meio de uma prestação jurisdicional adequada em casos de crimes motivados por LGBTfobia. Os progressos normativos nesse sentido são evidentes e significativos (CNJ, 2022).

Nas mídias e na cultura popular, as pessoas LGBTQIAPN+ muitas vezes são representadas de maneira estereotipada ou marginalizada, e as pessoas LGBTQIAPN+ de minorias étnico-raciais podem enfrentar uma falta de representação positiva e inclusiva que reflita suas experiências. As instituições, incluindo o sistema legal, de saúde e educacional, podem perpetuar o racismo estrutural, resultando em discriminação sistêmica contra esse público de minorias étnico-raciais. Isso pode incluir práticas discriminatórias de policiamento, políticas de saúde inadequadas e falta de proteção contra discriminação no local de trabalho ou na educação (CNJ, 2022).

Combater o racismo estrutural contra as populações LGBTQIAPN+ requer uma abordagem multifacetada que reconheça e aborde as interseções de identidades e experiências. Isso inclui a promoção da diversidade e inclusão em todas as esferas da sociedade, a criação de políticas e programas que abordem as necessidades específicas das pessoas LGBTQIAPN+ de minorias

étnico-raciais e o empoderamento das comunidades para advogarem por mudanças significativas e duradouras.

Segundo Ribeiro (2018), a discriminação refere-se ao tratamento injusto, desigual ou prejudicial de uma pessoa ou grupo com base em características como raça, etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, religião, classe social, idade, habilidade física ou mental, entre outros fatores. A discriminação pode ocorrer em várias áreas da vida, incluindo emprego, habitação, educação, acesso a serviços públicos, atendimento médico e interações sociais. Como exemplos, quando uma pessoa ou instituição trata alguém de forma injusta com base em suas características protegidas por lei, como recusar um emprego a alguém por causa de sua raça ou gênero. Outra possibilidade é quando políticas ou práticas parecem neutras, mas têm um impacto desproporcionalmente negativo em certos grupos.

Trevisan (20018), pontua que a discriminação pode ser identificada ainda em comportamentos ofensivos, hostis ou intimidantes dirigidos a uma pessoa ou grupo com base em suas características protegidas. Isso pode incluir piadas ofensivas, comentários depreciativos ou ameaças. Assim, a prática de separar grupos de pessoas com base em características protegidas, limitando seu acesso a oportunidades, serviços ou recursos. Isso pode ocorrer em escolas, bairros, locais de trabalho, entre outros contextos. Ela se materializa, principalmente em questões relacionadas ao racismo, sexismo, homofobia, transfobia, e outras formas de discriminação específicas.

No que diz respeito as legislações, principalmente, as voltados a garantia de direitos humanos, o combate a discriminação é um princípio fundamental e está presente na maioria dos tratados internacionais, leis e constituições dos Estados, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948 declara que todos os seres humanos têm direito aos direitos e liberdades estabelecidos na Declaração, sem distinção de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição. Além disso, não deve haver discriminação com base na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que uma

pessoa pertence, seja um território independente, sob tutela, sem governo próprio ou sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

No Brasil, o princípio da não-discriminação está estabelecido no artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal, que estabelece como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. Além disso, a Constituição Federal garante o princípio da igualdade formal no artigo 5º, declarando que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade e outros direitos fundamentais (Brasil, 1988).

A discriminação é prejudicial e injusta, violando os direitos humanos básicos das pessoas e contribuindo para a desigualdade, exclusão social e injustiça. Segundo Trevisan (2018), combater a discriminação requer esforços individuais e coletivos para promover a igualdade, a inclusão e o respeito pelos direitos de todas as pessoas, independentemente de suas características pessoais. Muitas pessoas LGBTQIAPN+ também pertencem a grupos racializados que enfrentam discriminação sistêmica com base em sua raça ou etnia. Isso resulta em formas adicionais de discriminação e marginalização, que precisam ser abordadas de forma específica e sensível. Sendo assim, ao reconhecer e discutir o racismo estrutural dentro das comunidades LGBTQIAPN+ desafia-se os estereótipos prejudiciais e preconceitos que perpetuam a marginalização de pessoas racializadas dentro dessas comunidades. Isso ajuda a promover uma cultura mais inclusiva e solidária.

Ribeiro (2018) apresenta dados do Relatório da violência homofóbica no Brasil, divulgado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), diz que a transfobia, em certa medida, condiciona muitas pessoas trans para a prostituição de rua como única alternativa para sobreviver. O seu estudo menciona ainda os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) estima que 90% das pessoas trans acabam recorrendo à prostituição em algum momento de suas vidas, conforme dados coletados em diversas regiões do país.

Um levantamento recente realizado pela *TransgenderEurope*, entre outubro de 2015 e setembro de 2016, classificou o Brasil como o país com o maior número de assassinatos de pessoas transgênero. Confirmado por esses dados alarmantes, a União Nacional LGBT revela que a expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de apenas 35 anos, em comparação com a média de 75,8 anos da população em geral, conforme informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro de 2017 (Ribeiro, 2018).

Mais recente o Conselho Nacional de Justiça, em 2022, apresentou em seu relatório de pesquisa contra a população LGBTQIAPN+, que nos últimos anos, ocorreu o aumento significativo na violência contra a população LGBTQIA+, os dados são de 35,2% nas agressões, 7,2% nos homicídios e 88,4% nos estupros de pessoas identificadas dessa forma (FBSP, 2022).

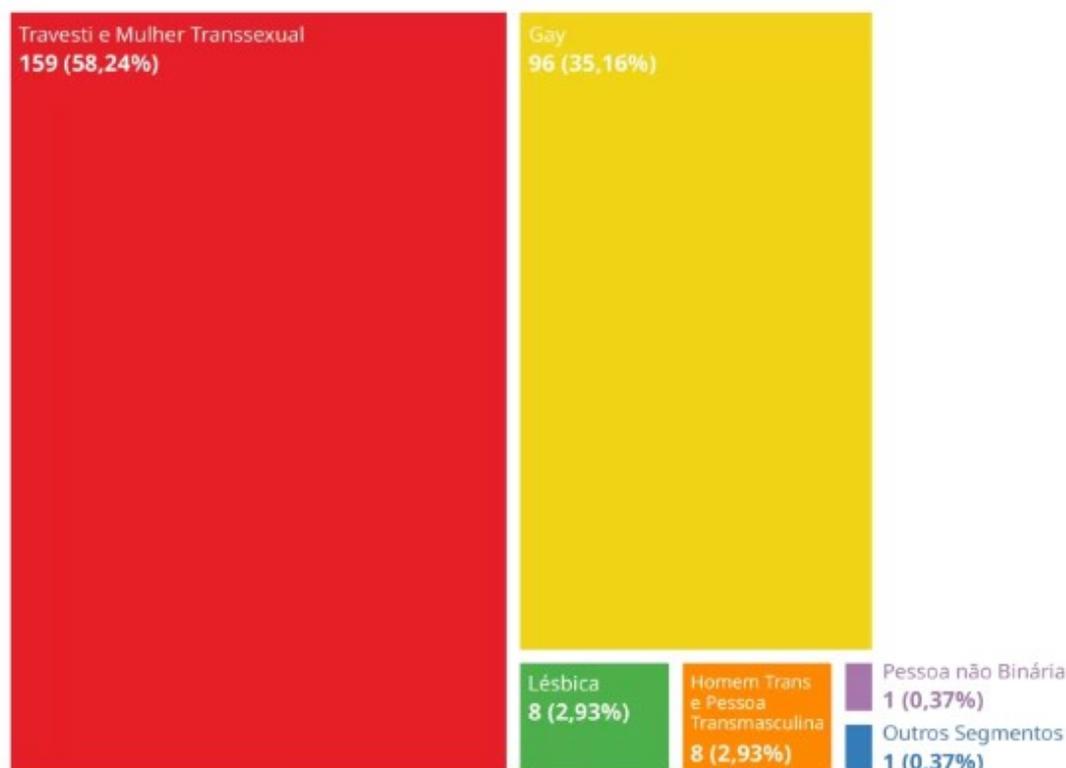
Essa violência está diretamente ligada à discriminação contra essa população, um fenômeno conhecido como "LGBTfobia". Esse termo é definido como qualquer conduta que resulte de uma aversão à identidade de gênero e/ou orientação sexual de alguém, resultando em dano moral ou patrimonial, lesão física, psicológica e/ou sexual, ou até mesmo morte.

O dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil denuncia 273 mortes e violências de pessoas LGBT em 2022. O documento, que é divulgado amplamente, apresentado é resultado do trabalho conjunto do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, iniciado em janeiro de 2020 e coordenado pela Acontece – Arte e Política LGBTI+ e pelo GGB – Grupo Gay da Bahia. Outra parceria realizada para a elaboração do documento foi com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais a (ANTRA) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), com o objetivo de fortalecer e enriquecer o conteúdo deste dossiê.

Em linhas gerais, a base de dados compartilhada que reúne registros de casos ocorridos e documentados em notícias de jornais, portais eletrônicos e redes sociais.

A figura abaixo demonstra o número de mortes dessa parcela em 2022

Figura 1 – número de mortes de LGBTI no Brasil, por seguimento em 2022.

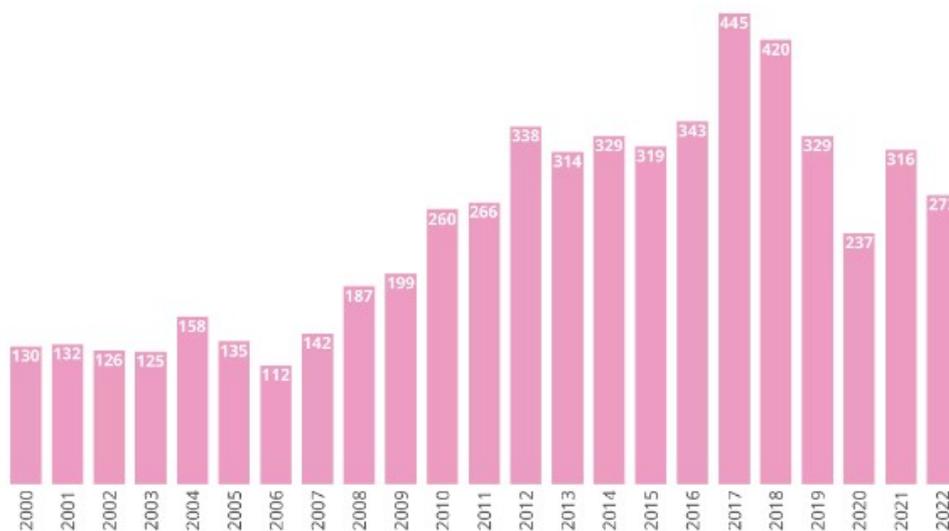


FONTE: OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTI+ NO BRASIL, 2022.

O documento ainda postula que o Brasil assassinou um LGBT a cada 32 horas em 2022. Em 2020, o Observatório registrou um total de 237 mortes de pessoas que fazem parte desse público, em 2021 esse número subiu para 316, e em 2022 foram reportados 273 casos de crimes de ódio. Contudo, é essencial ressaltar que, apesar desses números já representarem uma grande perda de vidas devido à identidade de gênero e/ou orientação sexual, há indícios que sugerem que esses dados ainda estão subnotificados no Brasil.

Isso ocorre porque há uma falta de dados oficiais do governo e nossa pesquisa se baseia principalmente em informações disponíveis na mídia. Essa dependência do reconhecimento da identidade de gênero e da orientação sexual das vítimas pelos veículos de comunicação pode resultar na omissão de muitos casos de violência contra pessoas LGBTQI+.

O gráfico abaixo ilustra número de mortes violentas de LGBTI entre 2000 a 2022

Gráfico 1 – Número de mortes violentas de LGBTI entre 2000 a 2022

FONTE: ACONTECE LGBTI+, GRUPO GAY DA BAHIA, OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTI+ NO BRASIL, 2022.

Ao reconhecer as formas específicas de discriminação enfrentadas pelas pessoas LGBTQIAPN+ racializadas, a sociedade fortalece a solidariedade entre diferentes grupos e promovendo uma abordagem mais inclusiva e interseccional na luta pelos direitos humanos e pela igualdade. Em suma, discutir a discriminação e o racismo estrutural contra as populações LGBTQIAPN+ é essencial para promover a conscientização, a justiça social e a igualdade, além de fortalecer a solidariedade entre diferentes grupos na luta contra todas as formas de opressão.

Ao abordar as interseccionalidades da discriminação, segundo Crenshaw (2002), em sua pesquisa sobre a análise das experiências das mulheres negras (e de outros grupos marginalizados) não pode ser compreendida apenas em termos de raça ou gênero isoladamente, mas sim como uma interseção dessas identidades, influenciadas e moldadas pelas estruturas sociais, políticas e econômicas. Deste modo, a sociedade promove a justiça social e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua raça, etnia, e para o recorte desse trabalho a identidade de gênero ou orientação sexual. Isso é fundamental para construir uma sociedade mais justa e equitativa.

2.4 DIREITOS E A PREVENÇÃO DE OCORRÊNCIAS DE VIOLAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Sabe-se que os indivíduos LGBTQIAPN+ são alvo de discriminação, violência, assédio, ou quaisquer formas de tratamento injusto ou desigual com base na sua orientação sexual, identidade de gênero, ou outras características relacionadas à sua sexualidade ou identidade de gênero. Essas violações podem ocorrer em diferentes contextos, como no ambiente familiar, no trabalho, na escola, em espaços públicos, e até mesmo no sistema judicial. Podem incluir desde casos mais explícitos, como agressões físicas ou verbais, até formas mais sutis de discriminação, como exclusão social, piadas ofensivas, ou negação de oportunidades de emprego ou educação. Em casos extremos, as violações podem levar a danos emocionais, físicos e psicológicos significativos para as vítimas.

A primeira lei estadual de proibição da discriminação por orientação sexual no Brasil data de 1989. Desde então, algumas cidades e estados têm adotado dispositivos semelhantes em suas legislações locais. No entanto, a ausência de uma lei federal resulta na baixa eficácia desses dispositivos. Em 2018, a Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, publicou um novo relatório sobre violência LGBTfóbica no Brasil, referente ao ano de 2016 (BRASIL, 2018). De maneira geral, os relatórios governamentais até então enfocaram a análise das denúncias de violação de direitos humanos contra a população LGBT, principalmente através de canais como o Disque 100 e o Ligue 180.

No âmbito do Judiciário, desde o final dos anos 1990, uma série de ações têm sido conquistadas, evidenciando sua importância como arena de disputas políticas. Destacam-se entendimentos importantes em casos jurisprudenciais relacionados aos direitos de herança, adoção, união civil e casamento entre pessoas do mesmo sexo, e retificação de registro civil para pessoas trans.

No que se refere à disponibilidade de dados institucionais sobre violência contra esse público, em 2011, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lançou um relatório inédito abordando a violência

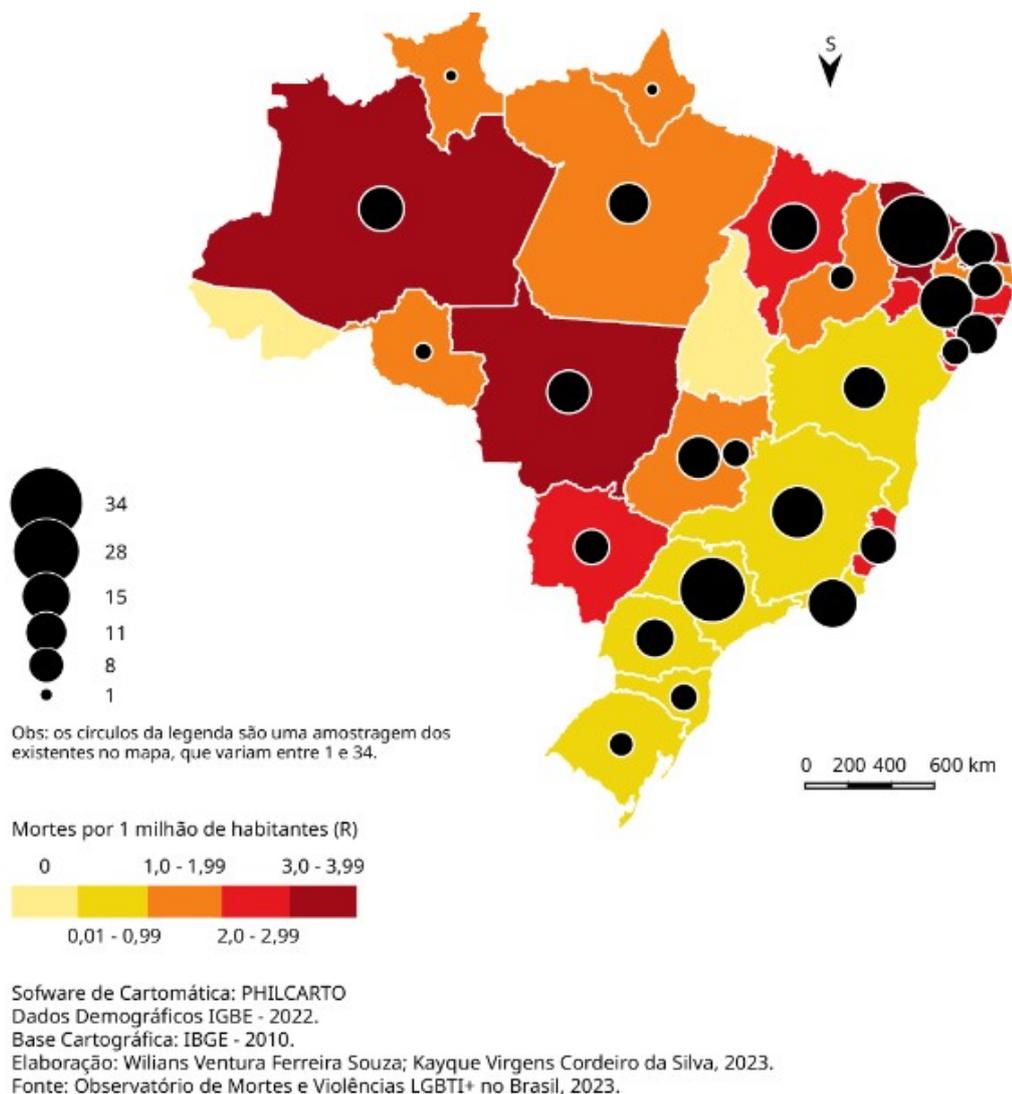
homofóbica no Brasil (BRASIL, 2011). Esse foi o primeiro relatório oficial do Governo Federal a sistematizar dados sobre esse tipo de violência, com o objetivo de quantificar e dar visibilidade à realidade das violações de direitos humanos vividas pela população LGBT.

Posteriormente, em 2016, a Secretaria de Direitos Humanos realizou uma pesquisa (BRASIL, 2016) analisando o atendimento e a investigação de crimes com motivação homofóbica. O estudo apontou para um desconhecimento generalizado sobre o arsenal jurídico disponível para combater a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, tanto por parte de agentes e gestores da segurança pública quanto da própria população vulnerabilizada. Isso contribuiu para uma cultura institucional que resistia ao reconhecimento da LGBTfobia, especialmente por parte dos policiais. O relatório também destacou a dificuldade em reconhecer a materialidade da LGBTfobia durante as investigações, o que dificultava a tipificação penal, especialmente devido à ausência, naquela época, de um marco legal para penalizar a LGBTfobia.

Isso se torna imperioso, uma vez que os dados são alarmantes. Dentre os estados com o maior número de vítimas, Ceará aparece no topo do levantamento, com 34 mortes; seguido por São Paulo, com 28 mortes; e Pernambuco, com 19 mortes. Entretanto, se considerado o número de vítimas por milhão de habitantes, o ranking da violência LGBTfóbica é liderado por Ceará, com 3,80 mortes; Alagoas, com 3,52 mortes e Amazonas, com 3,29 mortes.

O observatório ainda apresenta a distribuição de mortes violetas a esse público por estado.

**Figura 2 – distribuição espacial das mortes violentas do público
LGBTQIAPN+**



FONTE: OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTIQ+ NO BRASIL, 2022.

É importante combater e prevenir essas violações através da implementação de políticas antidiscriminatórias, leis de proteção aos direitos LGBTIQAPN+, programas de conscientização e educação sobre diversidade de gênero e sexualidade, e apoio jurídico e psicossocial para as vítimas. Além disso, é fundamental promover uma cultura de respeito, inclusão e igualdade, onde todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero, possam viver livremente e com dignidade.

Na busca pela proteção dos direitos e pela prevenção da violência contra a comunidade LGBTIQAPN+, é fundamental adotar uma série de medidas abrangentes. Isso inclui a implementação de leis que protejam os direitos civis e humanos da comunidade LGBTIQAPN+, incluindo leis que proíbam a discriminação com base na orientação sexual, identidade de gênero e

características sexuais. Além disso, é importante promover programas educacionais que abordem a diversidade de gênero e sexualidade, combatendo a homofobia, transfobia e outros tipos de preconceito desde cedo, tanto nas escolas quanto na sociedade em geral.

Pereira e Santos (2023) apresentam o resumo das principais ações de 1990 a 2020

Quadro 1 – Resumo das conquistas do público LGBTQIAPN+ levaram ao aumento do debate dessa temática

Datas	Ações
17 de Maio de 1990	A homossexualidade deixa de ser considerada doença após a remoção do termo “homossexualismo” da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde. Nesse dia então, 17 de maio, é comemorado o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia
15 de Maio de 1992	Surge no Rio de Janeiro a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), a primeira associação de travestis do Brasil, uma organização não governamental.
28 de Junho de 1997	Surge a primeira edição da Parada do Orgulho Gay em São Paulo, atualmente o maior evento LGBTQIA+ e provavelmente é o evento de maior repercussão nacional.
10 de Setembro de 1997	É publicada a Resolução nº 1.482/97, onde o Conselho Federal de Medicina regulamenta e permite as cirurgias de redesignação sexual.
07 de Agosto de 2006	É publicada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), cujo o objetivo é reprimir a violência doméstica contra a mulher, que mais adiante passaria a atender mulheres transexuais e travestis femininas
19 de Agosto de 2008	O ministério da Saúde publica a PORTARIA Nº 457, na qual permite o SUS realizar cirurgias de redesignação sexual do tipo neocolpovulvoplastia.
27 de Abril de 2010	O STJ reconhece a legalidade de casais homossexuais no processo de adoção.
9 de Dezembro 2010	O presidente Lula, através do Decreto nº 7388, criou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT)
15 de Maio de 2013	O Conselho Nacional de Justiça publica a Resolução 175 que obriga todos os cartórios do país a realizar casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.
5 de Agosto de 2013	O Estatuto da Juventude cita no Art. 17 da Lei Nº 12.852/2013 que os jovens não sejam discriminados por sua orientação sexual
26 de Abril de 2016	A excelentíssima presidenta Dilma Rousseff assina

	decreto que garante o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
17 de Janeiro de 2018	O Ministério de Educação homologa a resolução que autoriza os estudantes travestis e transexuais a utilizarem o nome social nos registros escolares de todas as instituições da educação básica. Estudantes menores de idade precisam da autorização prévia dos pais ou responsáveis legais.
13 de Junho de 2019	O Supremo Tribunal Federal determina que a discriminação contra pessoas LGBT seja enquadrada nos crimes previstos na Lei Nº 7.716/1989 (Lei do Racismo), até que uma norma específica seja aprovada pelo Congresso Nacional.
9 de Maio de 2020	O STF declara inconstitucional e suspende as normas do Ministério da Saúde e da Anvisa que exigiam aos homens homossexuais e bissexuais a abstinência sexual de um ano para doarem sangue.

Fonte: Pereira e Santos (2023, p.116-117)

Garantir que a comunidade LGBTQIAPN+ tenha acesso igualitário à justiça e a recursos legais para proteger seus direitos também é essencial, incluindo o estabelecimento de serviços jurídicos especializados sensíveis às questões de gênero e orientação sexual. Além disso, é fundamental capacitar as forças policiais para lidar de forma adequada e sensível com crimes de ódio e violência contra pessoas dessa camada através de treinamento em diversidade de gênero e sexualidade.

Outra ação notável foi a criação do documento "Direito das Pessoas LGBTQIAPN+," em 2022, elaborado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil, que aborda, em linhas gerais, questões relacionadas aos direitos das pessoas LGBTQIAPN+. Esta iniciativa reflete a importância atribuída pelo STF à proteção e promoção dos direitos dessa comunidade no país. O material contém análises jurídicas, decisões judiciais relevantes, interpretações constitucionais e recomendações para garantir a igualdade e a não discriminação com base na orientação sexual, identidade de gênero e outras características relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Ao destacar essas questões, o STF demonstra seu compromisso em promover uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade de orientações e identidades sexuais e de gênero (Brasil, 2022).

Figura 3 - LINHA DO TEMPO STF E DIREITOS LGBTQIAP+



Fonte: Brasil, 2022, p. 14

Nesse contexto, os direitos LGBTQIAP+ são fundamentais para garantir a igualdade, a dignidade e o respeito de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou características relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Reconhecer e proteger os direitos dessas pessoas é uma questão de respeito à sua dignidade como seres humanos. Isso significa reconhecer sua identidade, sua autonomia e seu valor como membros da sociedade.

Os direitos LGBTQIAP+ estão intimamente ligados à saúde e ao bem-estar das pessoas dessa comunidade. Isso inclui o acesso a cuidados de saúde adequados e sensíveis às suas necessidades, bem como o direito de viverem sem medo de violência, discriminação ou exclusão social. Para isso, é preciso garantir os direitos ao ponto de permiti-las a terem liberdade e autenticidade, sem a necessidade de esconder quem são ou quem amam. Isso promove o desenvolvimento pessoal e o florescimento individual.

Deste modo, o avanço dos direitos LGBTQIAP+ faz parte dos direitos humanos universais, que devem ser respeitados e protegidos em todas as sociedades. Avançar nesses direitos é um passo importante na luta por justiça,

igualdade e dignidade para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Assim, são essenciais para promover uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa, onde todas as pessoas possam viver livremente, sem medo de discriminação ou preconceito.

2.5 ESPAÇOS, MODELOS DE GOVERNANÇA E ATUAÇÃO CENTROS PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIAPN+ NO BRASIL

No Brasil, os centros de promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ desempenham um papel fundamental na luta pela igualdade, inclusão e proteção dessa comunidade. Isso porque esses espaços assumem diferentes modelos de governança e atuação. Muitos atuam através de organizações não governamentais, fundadas e administradas por ativistas e membros da comunidade. Alguns centros operam como parte de redes ou coletivos que reúnem várias organizações ou grupos locais para fortalecer sua atuação e impacto.

Esses centros, na maioria das vezes, estabelecem parcerias com órgãos governamentais em níveis municipal, estadual e federal para colaborar na implementação de políticas públicas e programas voltados para a comunidade LGBTQIAPN+. Muitos oferecem assistência jurídica gratuita para essas pessoas que enfrentam discriminação, violência ou violação de direitos. Alguns centros fornecem serviços de aconselhamento e apoio psicossocial para ajudar indivíduos a lidarem com questões relacionadas à identidade, orientação sexual, discriminação e violência. Outros realizam atividades de educação e conscientização em escolas, empresas e comunidades para combater o preconceito, promover a diversidade e sensibilizar sobre os direitos. Outra possibilidade de atuação é a oferta de serviços de saúde voltados para as necessidades específicas da comunidade LGBTQIAPN+, incluindo acesso a testes de HIV/AIDS, terapia hormonal para pessoas transgênero, e suporte para questões de saúde mental. Eles desempenham um papel crucial na luta por igualdade, inclusão e respeito para essa comunidade. Através de uma variedade de serviços, atividades e iniciativas, esses centros trabalham para

empoderar e proteger os direitos dessa camada, justamente para promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Zanoli e Falcão (2015) realizaram a pesquisa “Desmanche”: notas sobre as disputas em torno da legitimidade das políticas LGBT no Brasil”, ela fundamenta-se em estudos a cerca das políticas voltadas para a comunidade LGBT em Campinas. O método utilizado inclui observação ativa. Assim, eles analisaram a criação do primeiro Centro de Referência LGBT de Campinas, uma política pública pioneira no Brasil que oferece assistência social, jurídica e psicológica para a comunidade LGBT. Ao examinar essa iniciativa e outras políticas municipais à luz do contexto nacional mais amplo, buscamos compreender como um serviço com menor legitimidade política e social opera em um ambiente onde a homossexualidade é alvo de disputa entre diferentes atores sociais. Argumentaram que o caso de Campinas oferece insights sobre a situação das políticas LGBT no Brasil. Apesar do processo de implementação de algumas políticas, estas tiveram resultados limitados. Além disso, enfrentam resistência na forma de projetos de lei que visaram obstruir o reconhecimento dos LGBT como sujeitos de direitos e entrevistas com líderes e defensores dos direitos LGBT do município.

Rozário (2020), publicou em 2016, o seu estudo que teve como análise os processos organizativos dos movimentos LGBT e de suas contribuições para formulação de políticas públicas destinadas ao enfrentamento à LGBTfobia em Belém do Pará. Tem uma abordagem predominantemente histórica, buscando resgatar a memória do movimento LGBT e fortalecê-lo diante do atual contexto de retrocesso, enfraquecimento dos princípios da Constituição brasileira e violações dos direitos de cidadania. Além disso, visa contribuir para a formação de Assistentes Sociais, destacando o papel fundamental desses profissionais na defesa incansável dos direitos humanos e na intervenção social baseada no projeto ético-político. O desafio enfrentado destacou a importância da pesquisa no âmbito acadêmico e político, evidenciando que, nos dias atuais, as políticas públicas voltadas para a comunidade LGBT. A pesquisa concentrou-se no mapeamento dos movimentos LGBT na cidade de Belém, utilizando procedimentos metodológicos nos quais as mobilizações, como encontros, seminários e reuniões, foram os principais pontos de referência.

Santos (2018) em sua pesquisa “Centros de Referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação: um estudo na cidade de São Paulo” examinou o papel dos Centros de Referência LGBT da cidade São Paulo, destacando suas atuações e funções na sociedade, na tentativa de conhecer em que medida esses cumprem suas funções na sociedade como espaços de informação, cidadania e cultura, bem como a satisfação de seus usuários. Seu estudo trabalhou com cinco Centros (o Centro de Cidadania LGBT Luiz Carlos Ruas- Centro (CCLGBTCENTRO), o Centro de Cidadania LGBT Laura Vermont- Zona Leste (CCLGBTLESTE), o Centro de Cidadania LGBT Edson Nérís - Zona Sul (CCLGBT- SUL), o Centro de Cidadania LGBT Luana Barbosa dos Reis- Zona Norte (CCLGBT- NORTE) e o Centro de Referência e Defesa da Diversidade (CRD)), nos quais foram conduzidas entrevistas com seus coordenadores, aplicados questionários a uma parte de seus usuários, e o pesquisador realizou visitas guiadas. Os resultados indicaram que os espaços são considerados eficientes e satisfatórios pela maioria dos usuários LGBTQIA+, pois, por meio dos serviços, ações e atividades oferecidas, eles auxiliam na resolução de questões relacionadas à identidade de gênero e à sexualidade, além de promoverem o exercício da cidadania.

Segundo Santos (2018), os centros pesquisados possuem estruturas, profissionais e funções semelhantes, focando na luta contra violências, preconceitos, exclusão social e discriminações enfrentadas pela comunidade LGBT. Eles servem como locais de acolhimento e apoio, auxiliando o público em questão a exercer sua cidadania e reivindicar seus direitos por meio de serviços e ações relacionadas à cidadania, informação e cultura. Os espaços oferecem serviços de assistência, orientação e acompanhamento jurídico, social e psicológico, visando principalmente acolher as pessoas que os frequentam e auxiliá-las na luta contra a exclusão social, preconceitos e discriminações, permitindo-lhes exercer plenamente sua cidadania e garantir seus direitos. Ainda fortalecem a cultura, por meio de atividades e eventos culturais que proporcionam aos indivíduos uma compreensão mais profunda de sua realidade e identidade no mundo. Essas iniciativas oferecem oportunidades para autoconhecimento, satisfação de necessidades culturais, desenvolvimento da criatividade e contribuição para a mudança social.

Silva (2019), com seu estudo “arquitetura da informação pervasiva no contexto do centro estadual de referência dos direitos de LGBT e enfrentamento à LGBTFOBIA na Paraíba”, teve o objetivo de analisar a aplicabilidade da Arquitetura da Informação Pervasiva na ecologia de ambientes do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia na Paraíba. A pesquisa teve origem na experiência pessoal do pesquisador ao procurar informações sobre instituições que oferecem apoio para pessoas transexuais no início de seu processo de compreensão da transexualidade. Durante essa busca, ficou evidente que essa dificuldade não era um problema individual, mas sim compartilhado por muitas pessoas na mesma situação.

O trabalho realizado por Silva (2019) concluiu que a importância do Espaço LGBT na vida dos usuários é significativa e pode ser ampliada ainda mais através do uso eficaz das redes sociais para divulgar os serviços oferecidos. Isso pode ser alcançado por meio de atualizações regulares do perfil, destacando o trabalho realizado e compartilhando informações relevantes. Para maximizar essa estratégia, seria benéfico incluir um funcionário especializado em tecnologia para gerenciar as mídias sociais, além de fazer melhorias no sistema – em termos de usabilidade e desenvolvimento e gestão, de uma página web dedicada dentro do site oficial da Secretaria da Mulher no Governo Estadual.

Almeida (2021) realizou o estudo “JUNTXS: Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ em Maceió – AL”, segundo o estudo, essa população sofre diariamente com discriminações e violências, que de certo modo, são agravados pela a impunidade que impera no estado de Alagoas. Para ela, os serviços de assistência e acolhimento para o grupo são insuficientes e escassos, por isso, o seu trabalho teve como objetivo a criação de um Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ em Maceió – AL. Sendo assim, o projeto em questão teve o intuito de lidar com a complexidade do processo arquitetônico, levando em consideração uma variedade de aspectos que influenciam nossa prática, tais como considerações técnicas, legais, funcionais, ambientais, sociais e políticas.

A proposta de Almeida (2021) visa promover o apoio e a visibilidade à causa LGBTQ+, reconhecendo sua importância e destacando um tema que ainda enfrenta considerável resistência e demanda maior atenção. Deste modo, o anteprojeto da pesquisadora buscou se tornar um instrumento de mudança social não apenas para a comunidade LGBTQ+, mas para toda a sociedade. Através de uma estrutura que sirva como abrigo e ponto de referência, o objetivo foi o de oferecer não apenas suporte físico e psicossocial, mas também proporcionar um espaço de acolhimento e novas oportunidades por meio da integração urbana e social.

Freitas (2022) realizou o estudo “Plano Municipal de Políticas Públicas de Cidadania e Direitos LGBT do Município de Salvador: uma análise de sua aplicação frente ao Direito Constitucional a não-discriminação” o objetivo foi analisar a aplicação do Plano Municipal de Políticas Públicas de Cidadania e Direitos LGBT do município de Salvador desde sua criação até o ano de 2020, no que diz respeito a criação de ações governamentais para o combate a LGBTfobia e proteção a seus direitos, bem como descrever os percalços para a construção de políticas públicas voltadas as minorias sexuais. Os resultados da pesquisa indicaram que, na região metropolitana de Salvador, os números de mortes, incluindo suicídios, permanecem estáveis desde 2017, embora continuem sendo um dos mais altos do Brasil. Essa violência afeta principalmente pessoas travestis e transexuais, que perdem suas vidas devido ao preconceito.

Nesse contexto, o estudo de Freitas (2022) concluiu que é imperativo implementar e reformular as políticas públicas em Salvador de forma mais eficaz, a fim de combater a violência contra a comunidade LGBTQIA+ e trabalhar para sua erradicação. Além disso, é crucial avaliar e reformular o documento municipal, direcionando um foco mais intenso para as propostas adotadas. Isso garantirá que possam ser implementadas e monitoradas ao longo do tempo, com o objetivo principal de alcançar a meta fundamental da política governamental: a redução da violência contra a comunidade LGBTQIA+.

As pesquisas que abordaram os centros de apoio a esse público desempenham um papel crucial em várias frentes. Primeiramente, elas

contribuem para o entendimento da eficácia desses centros em fornecer apoio e serviços necessários para a comunidade, como assistência social, jurídica, psicológica e de saúde. Essas pesquisas podem avaliar a qualidade dos serviços oferecidos, identificar lacunas e sugerir melhorias para atender melhor às necessidades da comunidade. Além disso, esses estudos ajudam a destacar a importância dos centros de apoio LGBT na promoção da igualdade de direitos e no combate à discriminação e à violência baseada na orientação sexual e identidade de gênero.

Ao documentar as experiências e desafios enfrentados pela comunidade e a eficácia dos centros de apoio em abordá-los, essas pesquisas fornecem subsídios para defensores de políticas públicas e ativistas na promoção de políticas inclusivas e na defesa dos direitos. Além disso, as pesquisas sobre centros de apoio contribuem para o avanço do conhecimento acadêmico sobre questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, fornecendo insights sobre as experiências vividas por essa parcela e os impactos das políticas e intervenções de apoio.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A trajetória metodológica de uma pesquisa permite ao pesquisador entender o “porquê” e o “como” os problemas e os fenômenos da vida acontecem. Ela tem o objetivo de apresentar a natureza, a abordagem, o propósito, as etapas, a abordagem, o *lócus* da pesquisa, os sujeitos envolvidos, os Instrumentos de coleta de dados e o método de análise. Em outras palavras, pode-se dizer que esta etapa tem a finalidade de compreender o mundo e o de desenvolver a consciência sobre a compreensão de aspectos da realidade que revelam sempre uma tessitura complexa e não linear. Isso em certa medida, implica e mobiliza condições de intervenção e mudanças do contexto pesquisado, contribuindo assim, para a qualidade de vida e bem-estar (MARCONI; LAKATOS, 2011).

Com base na fundamentação teórica e metodológica, tendo como alvo os objetivos e o problema foram necessários cumprir etapas. Sobre elas, Lüdke e André (1986) destacam três para o desenvolvimento da pesquisa: a primeira

diz respeito a exploratória, considerada a fase inicial de preparação da pesquisa e das decisões mais importantes quanto ao processo a ser desenvolvido; a segunda, será a coleta de dados ou pesquisa empírica; e a terceira, será a análise sistemática dos dados e informações. Nessa mesma linha de entendimento, Vergara (2009) corrobora ao dizer que esse momento se dá a partir de três grandes etapas da pesquisa: o planejamento, a execução e a conclusão.

Como etapa essencial, foi realizada uma revisão bibliográfica, ou seja, o levantamento dos conceitos e das teorias que dialogam com o estudo em questão. Assim, será construído o arcabouço teórico que fundamentará a construção da pesquisa. Os principais conceitos serão: Gestão Social, Diversidade e Inclusão, LGBTQIAPN+ e correlatas que traduzam o atendimento de pessoas LGBTQIAPN+ por parte do Estado, direta ou indiretamente.

A partir dos objetivos traçados e da questão-problema a natureza desta pesquisa, portanto, classifica-se como aplicada, uma vez ainda foi apresentado um projeto de intervenção pautado nos ideais de inovação, gestão social e arranjo territorial para melhoria do atendimento multiprofissional ao segmento de pessoas LGBTQIAPN+ estabelecida a partir do CPDD LGBT. Segundo Schwartzman (2002) o objetivo dela é justamente gerar impacto sobre a problemática pesquisada. Isso se dá, principalmente, através de coleta de dados a fim de se obter e confirmar resultados.

Ampliando essa discussão Thiollent (2009, p.36) acrescenta que:

A pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Ela está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Responde a uma demanda formulada por “clientes, atores sociais ou instituições.

A abordagem é a qualitativa, uma vez que essa se relaciona aos fenômenos sociais. Ela ganha destaque nas ciências humanas e sociais, pois responde, interpreta e entende as questões presentes nas ciências humanas e sociais. Seu destaque se dá por partir do ambiente natural e por representar um universo de significados da realidade social que envolve crenças, valores,

atitudes, expectativas e outras. Esses dados, ao serem interpretados por pessoas com base na realidade vivida com seus semelhantes, dão visibilidade à diversidade do mundo (SILVERMAN, 2009).

Denzin e Lincoln (2006, p. 17) ainda pontuam que “a pesquisa qualitativa Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo [...] envolve uma abordagem naturalista, interpretativa [...] seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais”, justamente para entender fenômenos. Sendo assim, o propósito da pesquisa qualitativa é o de apresentar informações e resultados, oferecendo uma ampla gama de dados para apresentar intervenções no campo estudado. Isso contribuirá ainda na qualidade de pesquisas principalmente nas áreas sociais e humanas (PRODANOVI; FREITAS, 2013).

O *lócus* da pesquisa foi o Centro de Proteção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CPDD LGBT, que em linhas gerais, abrange um conjunto de ações intersetoriais de relevante interesse público, voltadas para a garantia dos direitos humanos da população LGBTQIAPN+. Ele está localizado no Casarão da Diversidade, sito à Rua do Tijolo, 8 - Centro, Salvador –BA, mas com ação em todo Estado da Bahia. Cabe lembrar que o CPDD LGBT, centro/órgão vinculado à Secretaria de Justiça, executado pela Instituição Beneficente Conceição Macedo – IBCM, através de chamamento público e assinatura de termo de colaboração, que em linhas gerais é um Centro de Promoção e Defesa de Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersex, Assexuadas, Pansexuais, Não Binaries ou Neutres e segmentos que surgirem no panorama de gênero, orientação e/ou identidade sexual.

Sendo assim, foi utilizada a abordagem metodológica qualitativa de caráter exploratório-descritivo por meio do estudo de caso, uma vez que, o CPDD será pauta de discussão e de experiências organizacionais. Na visão de Stake (2000), os estudos de caso, em certa medida, podem prover experiências naturalísticas, contribuindo ainda, a partir da própria experiência analisada, associações e relações com outros casos que apresentem o mesmo fenômeno. Sobre ele Godoy (2008, p.139) [...] postula que:

O estudo de caso, favorece o engajamento do pesquisador com o cotidiano da administração, proporcionando uma

compreensão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada da realidade das organizações. Além disso, espera-se do estudo de caso que ele traga contribuições aos problemas da prática. Ao centrar a atenção numa instância em particular, mas estendendo o olhar para as múltiplas dimensões ali envolvidas, o estudo de caso pode se constituir numa rica fonte de informações para medidas de natureza prática e decisões políticas, trazendo contribuições tanto para a pesquisa acadêmica quanto para a vida organizacional.

Deste modo, foram coletadas informações relevantes através de relatórios produzidos pela instituição, no período de maio de 2022 a maio de 2023, comparando os números e informações dos dois semestres em questão. Assim, caracteriza-se também como documental. A ideia foi o de justamente analisar os dados de pessoas assistidas pelo CPDD LGBT, mas sem entrevistar os assistidos; os dados são extensos e frutos de anamnese de integrantes de equipe especializada (assistente social, advogados, pedagogas, psicólogas e técnicas). Assim, trata-se de uma pesquisa documental, pois serão utilizados os documentos internos da organização mencionados, pois segundo Cellard (2008, p. 296) considera o relatório como “[...] declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento [...] arquivo de dados gerado por processadores de texto”.

É válido mencionar ainda que antes de iniciar o trabalho de campo, na primeira fase, foi preciso conhecer a história, a estrutura, a atuação e o funcionamento do centro. Sendo assim, será necessária uma observação participante, que possibilitará a apreensão da realidade estudada, bem como das interações do pesquisador com os envolvidos nos eventos (ANGROSINO, 2009).

Nesse momento, o pesquisador deixa de ser um mero espectador e passa a variar de interações sociais. Sobre isso Godoy (1995, p.133-134) pontua que “o conteúdo das observações geralmente envolve uma parte descritiva de que ocorre no campo e uma parte reflexiva, que inclui comentários pessoais do pesquisador”,

Como instrumento de pesquisa, foi aplicada uma entrevista via google forms<https://docs.google.com/forms/d/1fNQF6Yhvnu0SpM_klaGD8YLRUx89iBgUFMndZoGMgdY/edit> a vinte integrantes da equipe técnica do Centro, sobre formas e fluxos de atendimento, viagens, estratégias de acolhimento,

atendimento, dentre outras informações. Segundo Vergara (2009), a entrevista é um instrumento utilizado nos mais diversos campos, principalmente no âmbito das ciências humanas e sociais. A coleta de dados e/ou informações envolvem duas pessoas – entrevistador e entrevistado, por meio de um diálogo que facilita a compreensão de um tema. Nesse momento, busca-se obter informações significativas, que possam contribuir para responder a um determinado problema de pesquisa, sendo ainda colocadas como fontes ricas de informações.

A partir das informações obtidas, o método de análise aplicado foi a análise de conteúdo. Esta é compreendida por Gomes (2010) como um conjunto de técnicas responsáveis pela análise da comunicação e das informações obtidas. Assim, será necessário definir categorias de análise. Nesse momento, estará agrupando elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger os aspectos com características comuns ou que se inter-relacionam. As unidades de registro podem ser palavras, frases ou orações, temas, personagens, acontecimentos ou documentos obtidos mediante a decomposição do conjunto da mensagem. A análise de conteúdo, em linhas gerais, abrangerá as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos dados obtidos e sua interpretação.

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo é uma das técnicas mais utilizadas nas ciências sociais, da comunicação, da psicologia e das ciências humanas, isso porque, visa compreender e interpretar o significado de um determinado conteúdo, que pode ser identificado em textos, imagens, vídeos, entrevistas, entre outros.

Essa técnica envolve três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, se define os objetivos da análise, e o pesquisador seleciona o material a ser analisado, realizando as primeiras leituras do material, justamente para se familiarizar com o conteúdo. Nesse momento ainda, busca-se estabelecer categorias ou unidades de análise que serão utilizadas para classificar e organizar o material (BARDIN, 1977).

O segundo momento, foi a exploração do material, em que ocorre a realização de uma leitura ou visualização mais detalhada do conteúdo, identificando e destacando as unidades de análise relevantes. E por fim, o

tratamento dos resultados, nesse momento, as unidades de análise serão colocadas em categorias ou temas mais amplos, buscando identificar padrões, relações e significados, para depois apresentar a tabulação dessas, que poderá ser com a criação de tabelas, gráficos ou outras formas de representação dos dados coletados. A interpretação dos dados coletados servirá como base para compreender o significado e as inferências possíveis a partir do conteúdo analisado.

Em suma, pode-se dizer que a análise de conteúdo segundo Bardin (1977) pode ser aplicada de forma qualitativa, permitindo ao pesquisador explorar de forma sistemática e rigorosa o conteúdo coletado. Dentre as suas contribuições o destaque para a possibilidade de compreensão e interpretação de dados, o que permitirá, de certo modo, a organização sistemática e estruturada dos dados, possibilitando a identificação de padrões, temas recorrentes e tendências. Sendo assim, com a pesquisa, será possível revelar informações, ideias ou conceitos.

3.1 CENTRO DE PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Ao longo da história, observa-se que muitos foram os direitos negados aos grupos chamados de “minorias”, dentre eles, o LGBTQIAPN+. Isso foi/é fruto da perpetuação da discriminação e do racismo estrutural que foram impregnados na sociedade brasileira. Mott (2005) nos coloca que mesmo após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, esse público ainda tem, lastimavelmente, muito a denunciar, uma vez que os crimes ainda são evidentes.

Com o intuito de diminuir e erradicar a discriminação e violência anti-homossexual algumas ações foram criadas, como a Grupo Gay da Bahia, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, que todos os anos vem divulgando e combatendo inúmeros casos de violação dos direitos humanos e assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil. Esse contexto, comprova que a intolerância, a discriminação de gênero, a violência e os assassinatos e demais crimes têm se

mantido nos últimos anos praticamente nos mesmos patamares de selvageria e impunidade.

Não tão raro, observam-se situações em que não se efetivam a defesa dos Direitos individuais e coletivos da LGBTQIAPN+, seja em qual âmbito for: preventivo, protetivo e demais garantias de direitos. Isso pode ser confirmado no próprio Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, ao colocar que em 2021, houve no Brasil:

[...] pelo menos 316 mortes violentas de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo (LGBTI+). Esse número representa um aumento de 33,3% em relação ao ano anterior, quando foram 237 mortes. A pesquisa mostra que os perfis mais violentados foram: Homens gays (45,89%), com um total de 145 mortes; travestis e mulheres trans (44,62%), com 141 mortes; Mulheres lésbicas representam 3,80% das mortes (12 casos); homens trans e pessoas transmasculinas somam 2,53% dos casos (oito mortes); Pessoas bissexuais (0,95%) e pessoas identificadas como outros segmentos (0,95%) tiveram 3 mortes cada grupo (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

O relatório do Grupo Gay da Bahia, 2021 pontuou que Salvador, no mesmo ano, foi considerada a capital mais insegura para LGBTI+ em 2021, com 12 mortes registradas. Com o destaque para a morte de Bruno Vida (homem trans), 44, a vítima era Cidadania LGBT da Prefeitura Municipal de Salvador (BA). O seu falecimento ocorreu no dia 06/04/2021, após dois meses de internamento (GGB, 2021)

A Bahia, em certa medida, avançou no enfrentamento de algumas desigualdades existentes, principalmente com a atuação do Grupo Gay da Bahia (GGB), que por mais de 42 anos, conduziu a única pesquisa nacional sobre as mortes violentas consequentes da LGBTQIAPN+fobia, considerando todos os segmentos da comunidade LGBTI+. Em linhas gerais, o esse grupo é uma organização não governamental, que desde a década de 80 assume a responsabilidade da defesa dos direitos desse grupo no Brasil.

Mais recente, o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT – CPDDLGBT, em Salvador. Esse é uma espécie de equipamento de acolhimento, atendimento e encaminhamento de demandas das vítimas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero,

Pan, Não-binárias e mais, de violação de direitos Humanos, promoção de ações afirmativas da cidadania desse grupo. Também servem como articulação e apoio dos Comitês de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia dentre as suas atribuições:

- a) Oferecer serviço de apoio jurídico e psicossocial para vítimas de violência homolesbo-transfóbica;
- b) Realizar ações de promoção dos Direitos Humanos e cidadania de LGBT como oficinas, palestras, seminários e outros;
- c) Oferecer apoio técnico, material e logístico para o funcionamento dos Comitês de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia;
- d) Auxiliar e/ou fomentar que os organismos executores da política LGBT nos estados, Distrito Federal e municípios produzam relatórios periódicos acerca da violência homolesbo-transfóbica.
- e) Articular a rede assistencial para o acolhimento para a população LGBT;
- f) Monitorar denúncias provenientes da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos dentro da sua área de atuação (CPDD, 2016).

Desde a sua implementação atua, principalmente, na promoção da diversidade, os direitos da pessoa e no combate à intolerância das pessoas LGBTQIAPN+. Para tanto, são necessárias ações que possam fortalecer e ampliar ainda mais sua atuação. Na tentativa de reduzir homicídios e todo e qualquer tipo de crime para essa população. Assim, evidencia-se o destaque para o problema social a ser analisado e o grande desafio do CPDD LGBT.

Nesse contexto, a proposta de intervenção deste estudo foi justamente de fortalecer ainda mais a atuação deste que vem atuando na mudança de contexto Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

Cabe lembrar que, a Instituição Assistencial Beneficente Conceição Macedo – IBCM, executora à época do CPDD LGBT, é uma organização sem fins lucrativos, que há 37 anos atua em defesa das minorias sociais e às pessoas em extrema vulnerabilidade social que vivem e convivem com HIV/AIDS e, para isso, exerce atividades diversas que pactuam na assistência integral desse grupo de pessoas.

A IBCM possui títulos de utilidade pública Municipal, Estadual e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido pelo Governo Federal. Atualmente, além de executar o CPDD, a IBCM desenvolve, outras ações:

- Creche VIHDA - que atende, em turno integral, 83 crianças de 02 a 05 anos, vivendo e convivendo com o HIV/AIDS;
- Casas de apoio - 29 (vinte e nove) lares mantidos pela IBCM para mulheres chefes de família e suas proles, vivendo com HIV/AIDS e que se encontravam em situação de rua;
- República para jovens LGBTQIAPN+ em vulnerabilidade social; • Emprego e renda – através do Projeto Adolescente Aprendiz. Insere anualmente 350 adolescentes e jovens, no mundo do trabalho;
- População em situação de rua - Abordagem diária, com fornecimento de alimentação, EPIS e orientação de prevenção ao COVID-19;
- Profissionais do Sexo – Abordagem quinzenal noturna nos seus locais de atuação na cidade do Salvador, com disponibilização de insumos e apoio na defesa dos seus direitos. Trabalho realizado há 10 anos e que atualmente beneficia mais de 350 pessoas;
- Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM;
- Promoção da saúde de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, com orientação nutricional, fornecimento de alimentação e cestas básicas, adesão ao tratamento com antirretrovirais e acompanhamento médico-ambulatorial; • Saúde reprodutiva e prevenção de gravidez em mulheres soropositivas, reduzindo a 0% a transmissão vertical do HIV/AIDS;
- Grupo de convivência para 60 idosas que vivem com HIV/AIDS (CPDD, 2023, p. 06).

A principal missão da IBCM é garantir os direitos humanos e proteger aqueles que sofrem violações, promovendo a fiscalização social para assegurar a efetiva aplicação dessas garantias, especialmente em prol das comunidades mais vulneráveis e das minorias políticas. Através de parcerias estabelecidas ao longo de sua trajetória, a IBCM implementou com sucesso projetos financiados por diversas organizações, tanto nacionais quanto internacionais, públicas e privadas, alcançando seus objetivos de forma eficaz.

O reconhecimento e respeito conquistados com sua prática bem-sucedida levaram a premiações e distinções.

Em 2004, a instituição foi premiada pela Instituição Saúde Brasil com o "AIDS Responsabilidade Social" pelo projeto Mulheres Empreendedoras, e também recebeu o prêmio "Development Market Place" do Banco Mundial pelo Projeto Adolescente Aprendiz, voltado à inserção de jovens vulneráveis no mercado de trabalho. No ano seguinte, em 2005, a IBCM foi novamente reconhecida com o prêmio "Top of Mind de Recursos Humanos" pelo mesmo trabalho. Em agosto de 2009, a instituição recebeu a Comenda no Grau Comendador do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO TRT-5, em reconhecimento à sua atuação em prol dos direitos humanos.

Para assegurar o sucesso pleno na implementação da política de promoção e defesa de direitos, tanto no Casarão da Diversidade quanto fora dele, a equipe do CPDD estabeleceu um procedimento de atendimento com etapas internas de acompanhamento de casos, ações e objetivos. As informações apresentadas neste item permitem a identificação dos processos que compõem nossos serviços. As principais formas de acesso são: Atendimento proativo – Serviços prestados em eventos de mobilização social, de forma presencial e online; Parcerias com órgãos da Rede - atendimentos encaminhados por entidades públicas e instituições parceiras que mantêm contato direto com a equipe para agendar serviços; DISQUE 100 - Acompanhamento de pessoas que chegam até nossa sede por meio de informações nas redes sociais ou por recomendações de outros indivíduos assistidos pelas equipes; Demanda espontânea – Acompanhamento de pessoas que chegam até sede por meio de informações nas redes sociais ou por recomendações de outras pessoas assistidas por nossas equipes.

Deste modo, é imperioso dar maior visibilidade para a organização, aumentando ainda mais o alcance das pessoas e famílias atendidas. Para isso é necessário colocar em prática um projeto de intervenção com os ideais de inovação social e arranjo territorial para governança integral para o CPDD LGBT.

3.2 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS

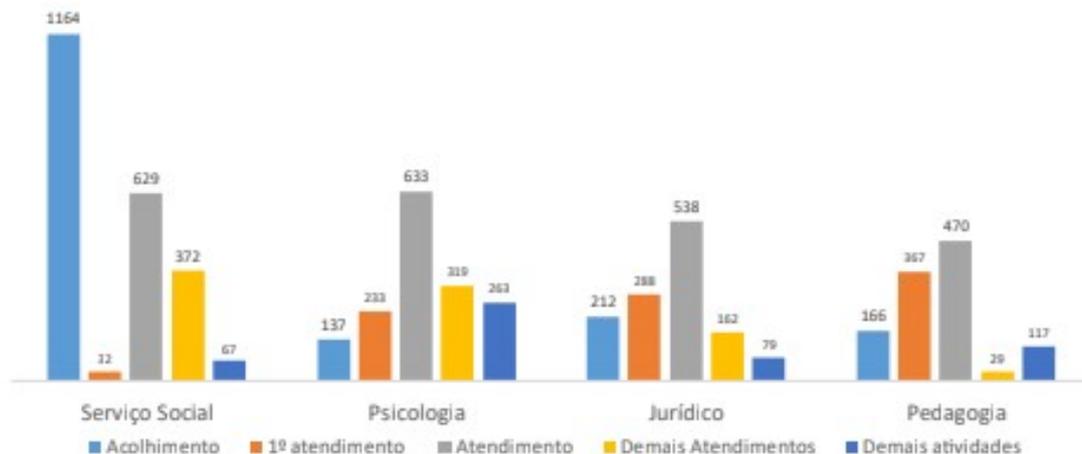
O relatório do CPDD tem como finalidade fornecer resultados sobre as ações realizadas pela IBCM em colaboração com o Governo Estadual da Bahia, através do Edital de Convocação Pública número 05/2021 CPDD LGBT.

A partir das informações presentes nos relatórios mensais entre setembro de 2022 e maio de 2023, assim como nos relatórios quadrimestrais de setembro a dezembro de 2022 e janeiro a abril de 2023, foram conduzidas avaliações com o intuito de embasar os dados e fornecer elementos para a análise dessas sanções e das políticas públicas requeridas para atender adequadamente as pessoas LGBTQIAPN+ durante esse período. O documento tem como finalidade avaliar o alcance dos objetivos propostos para as iniciativas mencionadas no edital, além de fornecer sugestões para aprimorar a descrição das atividades, a fim de garantir que os dados produzidos pela organização responsável sejam mais claros, transparentes e precisos.

As atividades realizadas pelo centro incluem reuniões, atendimentos em grupo, parcerias, treinamentos, mutirões e outras iniciativas realizadas para alcançar as metas estabelecidas no plano de ação, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento personalizado e valorização integral das pessoas assistidas por nós. De forma sintetizada e por meio de números, apresentam em seus relatórios os resultados das ações realizadas conforme a divisão de tarefas por eixo temático de acompanhamento interdisciplinar.

No relatório são expostos os dados numéricos, fazendo uma comparação entre as metas e o desempenho real.

Gráfico 2 – Quantitativo de atendimento por equipe técnica



Fonte: CPDD, 2023.

A equipe de Serviço Social oferece um suporte abrangente para promover o desenvolvimento pleno, como por exemplo: auxílio na solicitação de benefícios públicos e ajuda financeira, alojamento emergencial para indivíduos em situação de rua e extrema vulnerabilidade, encaminhamento para serviços de saúde, orientação sobre testes rápidos, vacinação e outras medidas preventivas, além de facilitar o acesso a vantagens incluídas no nosso programa de trabalho (refeição - aparência-limpeza).

O serviço psicológico também se torna essencial, pois oferece suporte para questões emocionais, escuta especializada, encaminhamento para cuidados de saúde mental, encaminhamento para tratamentos e terapias hormonais. Segundo a ABGLT (2010) parte desse grupo, sofre com perturbações psicológicas que se manifestam através de um medo doentio e um ódio irracional, desproporcional, persistente e repulsivo, que pode e deve ser tratado. Essas fobias podem ser categorizadas de acordo com a orientação sexual ou identidade de gênero com as quais as pessoas LGBT se identificam.

A homofobia é o ato de discriminação, preconceito e outras formas de violência cometidas contra indivíduos com base em sua orientação sexual e/ou identidade de gênero presumida. Por outro lado, a lesbofobia é o preconceito, discriminação e outras formas de violência contra mulheres lésbicas ou presumivelmente lésbicas, devido à sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. A bifobia consiste na discriminação, preconceito e outras formas de violência cometidas contra pessoas bissexuais ou presumivelmente bissexuais,

devido à sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Já a transfobia refere-se à discriminação, preconceito e outras formas de violência contra pessoas transgênero, travestis e transexuais, devido à sua identidade de gênero.

O atendimento jurídico orienta situações de correção de nomes e gêneros, casos de desrespeito aos direitos, desdobramentos da correção de nomes e gêneros, orientações legais sobre processos em andamento. Sobre esse tipo de ação Colling (2015) ressalta que leis não são suficientes para mudar atitudes discriminatórias e preconceituosas, sendo fundamental a transformação da cultura de cada região para promover a aceitação das diversidades. Dessa forma, tanto a legislação quanto a mudança cultural são elementos indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva, consciente e capaz de conviver respeitosamente com as minorias sexuais.

A equipe educacional propõe a elaboração de estratégias funcionais e envolventes para inclusão em programas de aprimoramento educacional, oportunidades de emprego, atividades artísticas e culturais previstas em nosso plano de ação, direcionamento para vagas de emprego e programas de ingresso nas universidades. Calixto, Côrtes e Soares (2016, p. 94), em um estudo realizado na região da Paraíba, pontuam que Centros de Referência devem funcionar como local cuja finalidade é promover a igualdade de direitos civis e humanos para indivíduos LGBT, além de combater a discriminação e a violência baseadas na orientação sexual e identidade de gênero. Uma das suas atividades consiste em criar uma rede de apoio e defesa dos direitos LGBT, sendo garantidos também com o acesso à educação. Essa rede tem como objetivo melhorar os serviços prestados à comunidade e propor estratégias interdisciplinares para combater a homofobia e outras formas de desrespeito aos direitos humanos.

Depois de passar pelo primeiro acolhimento e resolver sua demanda inicial, a pessoa é acompanhada por equipes adicionais em outras assistências que garantem o acompanhamento completo de seu progresso. Assim, o indivíduo é direcionado a outras iniciativas, as ações realizadas pelas equipes

que não estão ligadas a um indivíduo específico, mas que contribuem para fortalecer a defesa dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, como mutirões, eventos, capacitações de profissionais, palestras, cursos breves, workshops, talk shows, entre outros.

O atendimento realizado pelo CPDD ganha destaque, pois trata-se da materialização de políticas públicas e da atuação da sociedade civil. Sobre isso Ramos (2008) ressalta que essas políticas ainda não recebem a devida atenção da sociedade, sendo consideradas secundárias e associadas apenas ao prazer, culto a valores e tradições ou à preservação da memória histórica. Para o autor, é fundamental que as políticas culturais sejam colocadas no centro das estratégias de desenvolvimento. Nesse sentido, as ações que visam promover o enriquecimento cultural apresentam dois aspectos de grande importância. Em primeiro lugar, porque capacitam as pessoas, tornando-as mais críticas, criativas e cultas. Isso eleva a condição humana e destaca as habilidades do corpo, da mente e do espírito. Em segundo lugar, porque representam, por si só, atividades econômicas que podem gerar renda e criar novas oportunidades de mercado.

Cabe lembrar que a avaliação interseccional das pessoas assistidas no CPDD, centra-se, principalmente na comunidade travesti e transexual, devido ao seu alto número em termos absolutos e em termos de características sociais. Na cidade de Salvador, é fundamental destacar a urgência de direcionar esforços para as pessoas trans e travestis, pois são elas que estão no centro das estatísticas mais preocupantes em relação à proteção de seus direitos. Nesse sentido, garantias primordiais, através dos indicadores que podem resultar em morte. Em números absolutos, a população de homens trans acolhidos e acompanhados no CPDD representa dezenas de pessoas em situação de vulnerabilidade, enquanto as mulheres chegam a centenas, nos mesmos critérios. A transmasculinidade é algo relativamente recente e potencialmente reforçado pela heteronormatividade. É evidente que há mais pessoas trans masculinas que concluíram o ensino básico e possuem alguma fonte de renda. Essas pessoas também são em menor número em situação de rua e em encaminhamentos para abrigamento. É relevante destacar que o

grupo de pessoas transmasculinas acolhidas e acompanhadas pelo CPDD representa 10% do total de indivíduos acolhidos (CPDD, 2023).

Nesse contexto, para Azevedo (2001), CPDD, precisa ser um local para desenvolver ações, atividades e serviços relacionados à informação, cidadania e cultura. Suas principais atividades envolvem a defesa dos direitos humanos, a promoção da cidadania desse público que por muitos anos foi marginalizado. Assim, com a realização de eventos culturais, o atendimento humanitário, a articulação com o poder público e a sociedade civil, além da prestação de serviços de informação

Em uma síntese, é possível afirmar que dentro do grupo de 550 indivíduos que se identificaram como Trans ou Travestis durante o acolhimento, do CPDD, 153 são HOMENS TRANS, sendo a maioria deles pretos, heterossexuais, com ensino médio completo, sem residência fixa e sem renda. Entre as pessoas trans acompanhadas pelo centro as pessoas Trans masculinas apresentam melhores níveis de escolaridade e, conseqüentemente, são menos excluídas do mundo de trabalho. No entanto, os índices de violência continuam sendo significativos. Em relação aos HOMENS TRANS, os registros mostram que 22 dessas pessoas já foram vítimas de algum tipo de violência e 15 delas sofreram ameaças de morte (CPDD, 2023).

Valores significativos podem ser encontrados, considerando que o número de participantes aumentou em relação ao estudo anterior, com um total de 397 indivíduos auto-declarados como mulheres trans ou travestis. É notável que a maioria delas são negras, heterossexuais, não possuem ensino médio completo, não têm residência fixa e vivem sem renda. Devido à exclusão do mercado de trabalho formal, muitas dessas mulheres vêm na prostituição a única maneira de gerar renda, aumentando sua vulnerabilidade e o risco de violência.

Os dados numéricos são exibidos principalmente em quatro quadros. Quadro 02 os apresenta em duas colunas separadas, enquanto o Quadro 03 foi criado somente com base nos relatórios mensais, uma vez que o relatório trimestral para o período de janeiro a abril de 2023 ainda está em andamento.

Nos Quadros 04 e 05, são detalhados os resultados mensais nos dois períodos de quatro meses e, a partir da comparação entre o planejado e o realizado, é feita uma análise do percentual de cumprimento.

Quadro 02 – Metas e valores atingidos no quadrimestre setembro a dezembro de 2022 – com base nos relatórios mensais e no consolidado quadrimestral

Eixo – Ação	Meta para o Quadrimestre	Valor Atingido no Quadrimestre (com base nos relatórios mensais)	Valor Atingido no Quadrimestre (relatório quadrimestral)
01 – Ação 01 - Atendimento multidisciplinar com serviços sociojurídicos, pedagógicos, psicossociais e da assistente social para pessoas LGBTQIA+, visando atuar na preservação e reparação dos seus direitos na capital e interior do Estado.	300 atendimentos	284 atendimentos	281 atendimentos
02 - Ação 01 - Garantir por meio de mutirões de retificação de nome social o direito a adequação de nome e gênero de pessoas travestis e transexuais.	30 retificações	40 retificações	37 retificações
03 - Ação 01 - Promoção de cursos preparatórios para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tendo como público prioritário as pessoas trans, visando a inclusão de pessoas LGBTQIA+ nas universidades e cursos profissionalizantes.	30 participantes	30 participantes	41 pessoas matriculadas para cursos preparatórios e de elevação da escolaridade. 4 cursos de capacitação técnica e gerencia de preparação para o mundo do trabalho para pessoa LGBTQIA+ 60 pessoas matriculadas no exame

04 - Ação 01 - Capacitação de agentes que atuam em serviços públicos, tendo com prioridade os da área de saúde, segurança pública, educação e assistência social.	4 reuniões	8 reuniões	3 Reuniões com a Coordenação de Políticas LGBT 3 Reuniões/Painéis com apresentação de dados e resultados do trabalho CPDD para UFBA e outros gestores Públicos nacionais e internacionais.
	2 capacitações	14 capacitações	09 Capacitações
	90 pessoas atendidas	240 pessoas atendidas	103 pessoas atendidas
04 - Ação 02 - Distribuição de alimentos e materiais de higiene pessoal para pessoas LGBTQIA+ que estão em situação de fome e privados de acessar serviços públicos.	200 kits distribuídos	50 kits distribuídos	200 kits distribuídos
05 - Ação 01 - Promover e apoiar a realização de cursos de capacitação técnica e gerência de preparação para o mundo do trabalho para pessoa LGBTQIA+ e suas especificidades, considerando orientação sexual e identidades de gênero.	4 cursos de qualificação profissional	5 cursos de qualificação profissional	02 Cursos de qualificação profissional
	1 relatório de encaminhamento	Não há menção a relatório de encaminhamento	01 relatório parceria com instituições de encaminhamento
05 - Ação 02 - Apoiar e fomentar empreendimentos de pessoas LGBTQIA+.	4 fomentos a empreendimentos	13 fomentos a empreendimentos	40 fomentos a empreendimentos
	8 cursos de capacitação técnica e gerencial	Não consta no relatório	8 cursos de capacitação técnica e gerencial
06 - Ação 01 - Promover e acolher atividades culturais ou grupos de cultura LGBTQIA+ no Casarão da Diversidade	8 ações realizadas no CASARÃO DA DIVERSIDADE, incluindo as ações de Fomento	27 ações realizadas no CASARÃO DA DIVERSIDADE, incluindo as ações de Fomento	27 ações realizadas no CASARÃO DA DIVERSIDADE

07 - Ação 01 - Construção do Relatório de monitoramento de denúncias oriundas do Disque 100 e da Ouvidoria Geral do Estado.	Nenhum relatório de encaminhamento	Nenhum relatório de encaminhamento	1 relatório de encaminhamento
	4 reuniões	23 reuniões	4 reuniões com Gestão de Parceria
	1 material informativo	1 material informativo	01 materiais informativos
	16 publicações em redes sociais	53 publicações em redes sociais	1 publicações de caráter Informativo nas redes sociais sobre serviços do CPDD LGBT
	1 relatório analítico	Não há relatório analítico	Não há relatório analítico
07 - Ação 02 - Realização de reuniões com agentes governamentais e não-governamentais, formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para promoção de direitos e enfrentamento às violências LGBT.	4 reuniões	1 reunião	37 reuniões

Fonte: CPDD, 2021/2023

Quadro 03 – Metas e Valores Atingidos no Quadrimestre janeiro abril de 2023 – Com base nos relatórios mensais

Eixo – Ação	Meta para o Quadrimestre	Valor Atingido no Quadrimestre (com base nos relatórios mensais)
01 – Ação 01 - Atendimento multidisciplinar com serviços sociojurídicos, pedagógicos, psicossociais e da assistente social para pessoas LGBTQIA+, visando atuar na preservação e reparação dos seus direitos na capital e interior do Estado.	300 atendimentos	331 atendimentos
02 - Ação 01 - Garantir por meio de mutirões de retificação de nome social o direito a adequação de nome e gênero de pessoas travestis e transexuais.	30 retificações	79 retificações
03 - Ação 01 - Promoção de cursos preparatórios para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio	30 pessoas matriculadas para cursos preparatórios e de elevação da	72 participantes de cursos

(ENEM), tendo como público prioritário as pessoas trans, visando a inclusão de pessoas LGBTQIA+ nas universidades e cursos profissionalizantes.	escolaridade	
04 - Ação 01 - Capacitação de agentes que atuam em serviços públicos, tendo com prioridade os da área de saúde, segurança pública, educação e assistência social.	4 reuniões	6 reuniões
	2 capacitações	20 capacitações
	90 pessoas atendidas	137 pessoas atendidas
04 – Ação 02 - Distribuição de alimentos e materiais de higiene pessoal para pessoas LGBTQIA+ que estão em situação de fome e privados de acessar serviços públicos.	200 kits distribuídos	250 kits distribuídos
05 - Ação 01 - Promover e apoiar a realização de cursos de capacitação técnica e gerencia de preparação para o mundo do trabalho para pessoa LGBTQIA+ e suas especificidades, considerando orientação sexual e identidades de gênero.	4 cursos de qualificação profissional	11 cursos de qualificação profissional
	1 relatório de encaminhamento	3 relatório de encaminhamento
05 - Ação 02 - Apoiar e fomentar empreendimentos de pessoas LGBTQIA+.	4 fomentos a empreendimentos	17 fomentos a empreendimentos, incluindo cursos de capacitação técnica e gerencial
	4 cursos de capacitação técnica e gerencial	
06 - Ação 01 - Promover e acolher atividades culturais ou grupos de cultura LGBTQIA+ no Casarão da Diversidade	4ações realizadas no CASARÃO DA DIVERSIDADE	9 ações realizadas no CASARÃO DA DIVERSIDADE
07 - Ação 01 - Construção do Relatório de monitoramento de denúncias oriundas do Disque 100 e da Ouvidoria Geral do Estado.	1 relatório de encaminhamento	1 relatório de encaminhamento
	4 reuniões	14 reuniões
	1 material informativo	2 material informativo
	16 publicações em redes sociais	77 publicações em redes sociais
	1 relatório analítico	1 relatório analítico
07 – Ação 02 - Realização de reuniões com agentes governamentais e não-governamentais, formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para promoção de direitos e enfrentamento às violências LGBT.	4 reuniões	5 reuniões

Fonte: CPDD, 2021/2023

Quadro 04 - Discriminação Mensal das Quantidades por Eixo e Ação – Setembro a dezembro de 2022

Eixo e Ação	Item	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total Atingido no Quadrimestre (*)	Meta do Quadrimestre	% da Meta
		2022	2022	2022	2022			
01 – 01	Atendimento	75	67	88	54	284	300	94,67%
02 – 01	Retificações	0	16	5	19	40	30	133,33%
03 – 01	Participantes em curso	9	21	0	0	30	30	100,00%
04 – 01	Reuniões	5	1	1	1	8	4	200,00%
	Capacitações	5	3	3	3	14	2	700,00%
	Pessoas Atendidas	90	50	50	50	240	90	266,67%
04 – 02	Distribuição de Kits	50	0	0	0	50	200	25,00%
05 – 01	Cursos	2	0	1	2	5	4	125,00%
	Relatórios	0	0	0	0	0	1	0,00%
05 – 02	Fomentos e Empreendimentos	0	0	9	4	13	4	325,00%
06 – 01	Ações no Casarão	2	3	0	3	8	4	200,00%
	Ações de Fomento	4	4	3	8	19	4	475,00%
07 – 01	Relatórios	0	0	0	0	0	0	---
	Reuniões	0	14	1	8	23	4	575,00%
	Material informativo	0	1	0	0	1	1	100,00%
	Publicações em Redes Sociais	0	22	18	13	53	16	331,25%
	Relatório analítico	0	0	0	0	0	0	---
07 – 02	Reuniões	1	0	0	0	1	0	---

Fonte: CPDD, 2021/2023

Quadro 05 - Discriminação Mensal por Eixo e Ação – Janeiro a Abril de 2023

Eixo e Ação	ITEM	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Total Atingido no Quadrimestre (*)	Meta do Quadrimestre	%
		2023	2023	2023	2023			
01 – 01	Atendimento	102	79	75	75	331	300	110,33%
02 – 01	Retificações	20	7	44	8	79	30	263,33%

03 – 01	Participantes em curso	18	54	0	0	72	30	240,00%
04 – 01	Reuniões / Mutirões	1	1	2	2	6	4	150,00%
	Capacitações	2	4	11	3	20	2	1000,00%
	Pessoas Atendidas	50	61	0	26	137	90	152,22%
04 – 02	Distribuição de Kits	0	50	50	150	250	200	125,00%
05 – 01	Cursos	1	3	4	3	11	4	275,00%
	Relatórios	1	0	1	1	3	1	300,00%
05 – 02	Fomentos e Empreendimentos	2	1	7	7	17	4	425,00%
06 – 01	Ações no Casarão	5	1	1	2	9	4	225,00%
	Ações de Fomento	5	1	3	0	9	4	225,00%
07 – 01	Relatórios	1	0	0	0	1	1	100,00%
	Reuniões	2	5	6	1	14	4	350,00%
	Material informativo	1	0	1	0	2	1	200,00%
	Publicações em Redes Sociais	24	5	36	12	77	16	481,25%
	Relatório analítico	1	0	0	0	1	1	100,00%
07 – 02	Reuniões	0	5	0	0	5	4	125,00%

Fonte: CPDD, 2021/2023

Os dados mostram que o centro estimula a interação entre diversos grupos de indivíduos e a união entre eles, o que ressalta a importância estratégica das reuniões voltadas para a coordenação de políticas LGBT e a relevância de alinhá-las estabelecendo um plano de ação conjunto. O suporte e o estímulo ao empreendedorismo, em conjunto com políticas de assistência, garantirão ao público apoiado o auxílio necessário para vencer os obstáculos que surgem para o empreendedor que integra uma comunidade que, além de enfrentar os desafios inerentes à atividade empreendedora, é desafiada a superar todo tipo de discriminação e barreiras que lhe são impostas.

Diversas são as diretrizes apresentadas pelo núcleo, o Eixo 01 – “consolidação de laços e integração da rede de combate à violência contra”. O documento destaca que foram registradas 168 pessoas transgênero e 18

indivíduos residentes no interior do estado. Em outras palavras, ocorreram um total de 300 atendimentos e foi ressaltado o suporte prestado às pessoas transgênero. Com base nos 18 atendimentos no interior, é indispensável mencionar que os outros 282 atendimentos se deram na região metropolitana.

No tópico 02 "cidadania operacional" a iniciativa é "Assegurar por intermédio de mutirões de modificação de nomenclatura social o direito à adequação de nome e identidade de indivíduos travestis e transgêneros". No terceiro Eixo "ensino para a pluralidade", alcançamos plenamente a meta estabelecida. No documento de prestação de contas a cada quatro meses, a meta foi alcançada em apenas 70%. Na Abordagem 04 "bem-estar social e prestação de serviços públicos", Nesta abordagem, houve uma situação diferente, as reuniões planejadas na Iniciativa 01 da Abordagem 04 são mencionadas no documento de progresso quadrimestral, porém não são mencionadas nos documentos mensais.

Dentro do Eixo 06 intitulado como "cultura em ação", as duas atividades foram realizadas em proporções de 325% e 375% da meta estabelecida. No Eixo 07 "Enfrentamento Operacional à Violência contra Pessoas LGBTQIA+ "é notável a disparidade significativa entre os relatórios mensais e o relatório consolidado. Nos primeiros, constam 11 reuniões com indivíduos governamentais e não-governamentais, responsáveis pela formulação, fiscalização e implementação de políticas para a promoção de direitos e combate às violências LGBT.

Ao avaliar os resultados de maneira global, nota-se que a maioria das atividades alcançou suas metas. Ademais, várias ações obtiveram resultados muito acima do esperado. Portanto, é importante analisar se é necessário reestruturar os esforços de forma a garantir um equilíbrio na realização das metas, uma vez que cerca de 31,25% das atividades planejadas para o trimestre ainda não foram iniciadas. Esses dados, além de confirmarem o reconhecimento da diversidade, também colocam em prática o compromisso do CPDD com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, em especial o número 5 que visa promover a EQUIDADE DE GÊNERO.

As ações e o compromisso do CPDD corrobora com a visão de Zanoli (2013) ao colocar que a implementação do Centro de Referência parte de uma iniciativa governamental que oferece assistência social, jurídica e psicológica à comunidade LGBT. Aponta que esse local têm como principal missão promover a cidadania da população LGBTQIAPN+, oferecendo serviços sociais essenciais. Além disso, os Centros precisam e devem prestar serviços gratuitos à comunidade, com financiamento público para garantir seu funcionamento e contribuir para o combate aos preconceitos e à violência baseados em questões de identidade de gênero e sexualidade. Esses locais também podem servir como pontos de encontro e convivência. E para isso, é preciso fortalecer parcerias com instituições governamentais, não governamentais e privadas para compartilhar informações, propor políticas públicas e promover cidadania e os direitos da população LGBT.

É fundamental destacar que os projetos conduzidos pela IBCM, em parceria com o governo baiano, e analisados nesta pesquisa, estão alinhados com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco na comunidade LGBTQIAPN+. Temas como a luta contraa pobreza, a promoção da saúde e do bem-estar, a busca por empregos dignos, a redução das disparidades e a valorização das parcerias e dos meios de implementação são claramente evidenciados nas ações propostas e em curso. Nesse contexto, a atuação do projeto ganha destaque.

3.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A para a realização deste trabalho, a pesquisa contou ainda com a participação de profissionais que trabalharam diretamente com o CPDD na sua maioria, bem como de profissionais de centros ou espaços de atendimento em Lauro de Freitas, Camaçari e Feira de Santana. A aplicação da entrevista foi realizada pelo *googleforms*, garantindo a integridade de todos os participantes, para além de não ter interferência direta do entrevistador. Todos assinaram eletronicamente a aceitação do TCLE para garantir a autenticidade e indicaram o CPF e o nome completo, mas por questões éticas todos serão preservados.

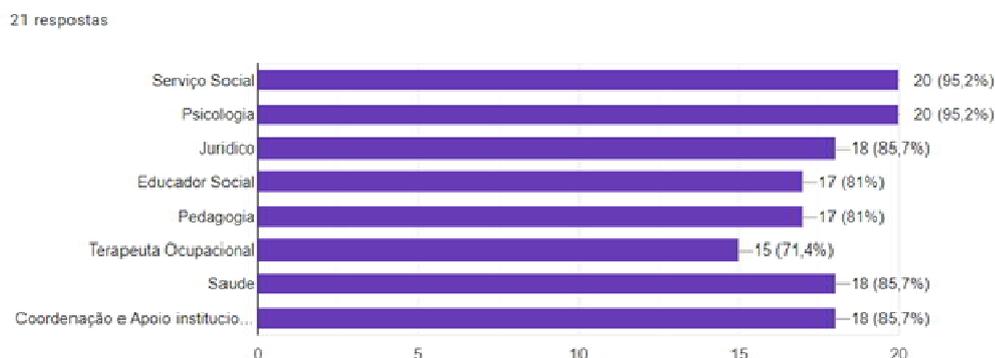
Os vinte e um participantes atuam como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, médicos e advogados.



Fonte: Autoria Própria, 2024.

Questionados sobre quais profissionais devem integrar equipe de atendimento a pessoas LGBTQIAPN+

Gráfico 2 –Profissionais que devem integrar equipe de atendimento a pessoas LGBTQIAPN+



Fonte: Autoria Própria, 2024

Os profissionais citados exercem funções indispensáveis no apoio e acolhimento dos espaços voltados para a diversidade de gênero e orientação sexual. Abaixo, destacamos a relevância de cada um:

O educador social desempenha um papel fundamental ao fornecer informações e conscientização sobre questões que envolvem a comunidade LGBTQIAPN+ através de workshops, palestras e grupos de discussão, eles

colaboram para promover o entendimento, respeito e aceitação da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero. Além disso, oferecem suporte emocional e orientação para indivíduos que enfrentam discriminação ou desafios devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Os profissionais da área de Serviço Social possuem uma função fundamental em fornecer suporte e orientação para indivíduos da comunidade que estão passando por dificuldades sociais, emocionais, financeiras ou jurídicas. Eles têm a capacidade de auxiliar na conexão dessas pessoas com recursos como abrigo seguro, cuidados médicos, aconselhamento psicológico, oportunidades de emprego e auxílio legal.

O papel do coordenador é fortalecer e ampliar os recursos disponíveis para apoiar a comunidade LGBTQIAPN+. Eles trabalham em parceria com entidades governamentais, ONGs, grupos locais e escolas para criar programas e serviços que atendam às necessidades únicas desse grupo. Além disso, coordenam ações de conscientização, eventos e esforços de defesa para garantir os direitos e a igualdade para indivíduos LGBTQIAPN+.

Advogados especializados em direitos desse grupo desempenham um papel crucial na luta pelos direitos civis, equidade e justiça para a comunidade. Eles fornecem aconselhamento legal, representação jurídica e defesa em situações de discriminação, violência doméstica, questões de identidade de gênero, direitos parentais, casamento e outros assuntos legais que impactam as pessoas dessa comunidade. Além disso, atuam na promoção de legislação que assegure os direitos e a equidade desses indivíduos.

De forma sucinta, esses especialistas exercem funções indispensáveis e complementares no provimento de auxílio amplo e integrado para a comunidade, facilitando a superação dos obstáculos sociais, emocionais, econômicos e jurídicos que diversos integrantes desse grupo enfrentam.

Questionados sobre profissionais citados, quais três são mais necessários em locais que não possuem recursos suficientes para uma equipe maior ou um número expressivo de pessoas LGBTQIAPN+ para atendimento, os participantes pontuaram que:

Serviço social, psicologia e jurídico

Psicologia - Pedagogia - Serviço social

Todos em equivalente importância pois, de forma isolada sempre estará faltando uma peça essencial. Para não ficar em Silêncio penso que Serviço social, psicologia e coordenação.

Entendo que uma equipe multiprofissional seja interessante com articulação entre jurídico, psicologia e serviço social, diante das especificidades necessárias e atenção mais objetiva e direta frente aos possíveis casos vivenciados.

Serviço social, jurídico e psicologia

Coordenação/Serviço Social/Psicologia

Serviço Social, psicologia, saúde

Assistente social / Psicólogo e educador social

Psicologia, jurídico e coordenação e apoio institucional para articulação com a rede.

Serviço Social, Psicologia e Jurídico

Serviços Social, Jurídico e Psicologia

Serviço social, psicologia, saúde

Educadora social, assistente social, coordenador de rede

Assistentes Sociais, Psicólogas e Advogadas

Assistente social, psicologia, jurídico

PSICÓLOGO, JURÍDICO, SAÚDE

Saúde

Serviço social, psicologia, saúde

Serviço Social, Psicologia, Saúde

Serviço Social, Psicologia e Jurídico (ENTREVISTADOS, 2024).

As falas dos entrevistados corroboram com a visão de Santos (2018) ao colocar que os centros de referência são locais que têm como principal missão atender as necessidades de informação dos seus usuários e oferecer serviços e ações que possam ajudá-los a resolver seus problemas e demandas. Isso se torna essencial, pois o objetivo desses é fornecer serviços relacionados à informação, cidadania e cultura, buscando fortalecer as pessoas que fazem parte das minorias sexuais e de gênero para que possam exercer sua

cidadania e lidar com questões referentes à identidade de gênero e sexualidade.

Ainda sobre isso Silva (2019) coloca que é através de ações que visam enfrentar a violência e a discriminação baseadas na orientação sexual e identidade de gênero, além de combater a exclusão e a desigualdade social, e promover a auto-estima da comunidade LGBT. Dentre os principais serviços oferecidos estão o suporte psicossocial e jurídico, educação para a cidadania, articulação de políticas públicas, divulgação de informações e realização de atividades culturais. Quando eficazes e satisfatórios, esses serviços e atividades podem ser essenciais para ajudar os membros da comunidade a superar as dificuldades causadas pelo preconceito, discriminação e exclusão social.

Questionados sobre como considera importante ter conhecimento sobre as questões específicas enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ ou lugar de fala e os motivos

Sim. Sem este conhecimento é impossível uma atuação humanizada e que realmente apresente mudanças positivas, acolhedoras e assertivas impactando a vida dessa comunidade.

Sim. Para garantir atendimento acolhedor

Outra questão complicada de responder. Penso que não é um ou outro e sim um e outro. O enfrentamento é necessário, mas fica mais forte com o lugar de fala do seguimento.

Considero de extrema importância vez que corresponde a um local de representatividade e inspiração para as demais integrantes dessa comunidade. Entendo mais interessante ainda ser uma pessoa com espaço de fala e vivências para poder tratar dos temas com o afincado necessário e enrijecer as bases e proximidades entre sujeito de direito e sujeito violentado. Como atualmente o corpo de pessoas LGBTQIAPN+ tem sido qualificado e integrado de forma ainda mais incidente as mais diversas áreas, acredito que o foco na comunidade trans e travesti deva ser um compromisso das instituições por ser marginalizada dentro de um grupo que já se faz marginalizado, revelando seu espaço de vulnerabilidade ainda maior face às diversas violências enfrentadas em nossa sociedade.

Sim, é de extrema importância ter esse conhecimentos pois, a comunidade LGPTQIAPN+, enfrenta diversas adversidade que os deixam a margem da Sociedade ,por exemplos os enfrentamentos constantes de violências e violações dos seus

direitos e a negações do nome social e a impossibilidade de retificação do nome e gênero torna a vida da comunidade LGPTQIAPN+ descaso cotidiano. Sobre lugar de falar, é preciso que tenha mais ocupações de representante da comunidade LGPTQIAPN+ nos espaços, nas instituições e entidades de poder políticos tanto na esfera federal, estadual e municipal.

Sim. Existem especificidades no atendimento à população LGBTQIAPN+ que, quando não se tem letramento/conhecimento, acabam sendo negligenciadas, sendo o espaço - que deveria ser de cuidado - mais um potencializado das violências experiências.

Sim. Porque só se alcança um diálogo horizontal com a população LGBTQPN com entendimento das suas dores e vivências sem esse olhar não tem como compreender suas particularidades .

Sim, pois a partir deste conhecimento se torna possível de alguma forma contribuir para melhoria e proteção desta comunidade

Porque é necessário conhecer os problemas e as dificuldades para saber trabalhar elas.

Mais que importante, necessário ter conhecimento sobre as questões específicas enfrentadas pela comunidade LGBTQ+, tendo em vista que combatemos aquilo que conhecemos. Lugar de fala é um assunto delicado, pois não pode ser referir apenas a comunidade, mas sim a todes que desejam lutar contra o sistema de opressão e garantir o bem viver de forma igualitária para todas as pessoas independentemente da identidade de gênero, orientação sexual e/ou expressão de gênero.

Sim, com certeza! Precisamos ter pertencimento para defender e implementar as políticas públicas.

Sim

Sim. Nada sobre eles sem eles. Conhecer é fundamental para prestar serviço à esta comunidade

Sim, faz-se necessário a compreensão dos atravessamentos emocionais e sociais que interferem na vida das pessoas LGBTQIAPN+ diante dos marcadores sociais, principalmente na população mais vulnerável, porque o preconceito e estigmas sociais presentes em nossa cultura reforça os privilégios das classes dominantes.

Sim, para atender com qualidade e saber os procedimentos devido

Sim e não. Conhecimento sobre questões da comunidade facilitam o entendimento de dores e traz ao interlocutor empatia, mas não precisa fazer parte da comunidade (ser uma pessoa LGBTQIAPN+) para lutar contra o preconceito, isso é dever de todos.

Sim. Para agregar respeito e entender peculiaridades

Ter conhecimento, pois necessita de um olhar mais cuidadoso para garantia de direitos

Sim. Para saber lidar com as demandas

Ter conhecimento sobre questões específicas enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ é crucial para entender suas reais necessidades. O profissional bem preparado consegue desenvolver um olhar apurado para identificar violações e mapear rotas para resolver demandas com base na legislação, políticas públicas e sociais existentes (ENTREVISTADOS, 2024).

Os discursos pontuam a importância do atendimento humanizado. Sobre isso Coutinho (2015) pontua que a abordagem centrada no ser humano, conhecida como atuação humanizada, coloca a pessoa e suas necessidades, anseios e sentimentos como prioridade. Essa filosofia é aplicada em diferentes áreas, como saúde, assistência social, educação e também no ambiente profissional de forma ampla.

Segundo Falk et al (2010) colocam que, de maneira abrangente, a prática humanizada engloba a empatia, enquanto a habilidade de se colocar na posição do próximo, entendendo suas emoções, sentimentos e pontos de vista. Essencial para compreender as necessidades e angústias das pessoas, e agir de forma empática e apropriada. Sendo assim, todos devem ser vistos como detentores de um valor único e devem ser tratados com dignidade e consideração, não importando sua origem, identidade, orientação, status social ou qualquer outro aspecto.

Cabe lembrar que para estabelecer confiança e promover um ambiente de apoio mútuo, é fundamental uma comunicação aberta, clara, honesta e respeitosa. Isso inclui a prática de ouvir atentamente, se expressar de maneira compreensível e transparente, e estar disponível para o diálogo. Assim, para Coutinho (2015) busca-se o desenvolvimento da autonomia e do empoderamento dos indivíduos, habilitando-os a fazer escolhas conscientes em relação às suas próprias vidas e práticas. Isso inclui fornecer dados pertinentes, valorizar suas decisões e auxiliá-los na busca por seus objetivos.

Ampliando essa discussão Oliveira et al. (2008) colocam que a pessoa deve ser vista como um todo, considerando não apenas o corpo, mas também

a mente, as relações sociais, a cultura e a espiritualidade. Isso resulta em uma abordagem completa que visa compreender e satisfazer as diversas facetas do bem-estar humano. No cotidiano, a abordagem humanizada pode ser expressa por meio de várias formas, como fornecer cuidados de saúde considerando as escolhas e exigências dos pacientes, oferecer apoio emocional e social a pessoas em condições de fragilidade, promover ambientes de trabalho que sejam inclusivos e favoreçam a colaboração, dentre outras iniciativas. Sendo assim, o desempenho humanizado foca no indivíduo, respeitando sua singularidade, dignidade e qualidade de vida, e visando incentivar vínculos pautados no respeito, compaixão e atenção recíproca.

Questionados sobre quais estratégias você sugere ou considera importantes para criar um ambiente acolhedor e inclusivo para pessoas LGBTQIAPN+

Autoconhecimento e exercício de escuta e análise . Sem o autoconhecimento e aprendizado de suas limitações e posturas é impossível lidar com outra pessoa, principalmente com as pessoas LGBTQIAPN+, entendendo dentro de uma visão interseccional.

Afeto, objetividade e rapidez.

Montagem de uma equipe multidisciplinar com todos os seguimentos da sociedade, o que permitiria o acolhimento, sem julgamentos, de qualquer ser humano do seguimento lgbt. Em outras palavras, criar um grupo com Lgbt, Hetero, com todas as religiões, com todas as ideologias políticas para não ficar dentro de uma bolha.

Inicialmente um espaço que possa proporcionar acolhimento e escuta ativa, com condições de ressaltar o espaço cidadão que aquelas pessoas em necessidade devem ter acesso e fomentar ativamente que seu espaço enquanto dignos sejam destacados.

O conhecimento é a chave para tratar qualquer cidadão com respeito e dignidade e se tratando da comunidade LGPTQIAPN+ temos que ter sensibilidade e respeitar a opção sexual, a orientação sexual e o gênero que cada um se identifica. Respeita o outro com empatia também é uma forma de acolher.

Acrescentar aos processos de treinamento de empresas letramento básico voltados para questões LGBTQIAPN+, tanto o acolhimento aos membros LGBTQIAPN+ que compõem as equipes quanto o atendimento ao público externo, bem como a disseminação de informações sobre equipamentos especializados no atendimento à comunidade e sobre as

legislações vigentes; vagas afirmativas e treinamentos específicos para pessoas LGBTQIAPN+ levando em consideração as reverberações psicossociais da violência experienciadas e suas influências na adaptação ao novo emprego e grupo de trabalho.

A identificação dos seus pares no ambiente. Ou seja, pessoas LGBTQIP trabalhando nesses espaços de acolhimento.

A existe do corpo profissional formado por pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ na sua maioria.

Acolhimento com uma equipe que faça parte da comunidade. Que possua lugar de fala e/ou conhecimento das dificuldades enfrentadas pela comunidade.

Um ambiente ocupado por pessoas que tenham sensibilidade com a causa em dimensões sociais/estruturais, além de uma estrutura que se localize estrategicamente para acesso da população de forma facilitada.

Um ambiente humanizada, acolhedor, colorido e simples.

Políticas públicas

Equipe capacitada e livre de toda forma de preconceito e discriminação. Canais de comunicação permanente entre pessoas atendidas e coordenação. Pessoas LGBTQIAPN+ na equipe

O diálogo constante sobre a temática, formação continuada, em unidades de saúde é necessário perguntar a identidade de gênero e orientação sexual para maior compreender os atravessamentos sociais que permeia aquela história de vida, nas instituições implantar programas de treinamento sobre as necessidades e cuidados da população LGBT.

Formar profissionais, tem um ambiente acolhedor, conhecer as especificidades do público atendido

primeiro a escuta sensível, tais pessoas chegam aos espaços avidas por ser escutadas e muitas vezes isso salva vidas.

Respeitar

Equipe técnica bem treinada, ambiente que oferte qualidade e oportunidade para mandatarios (as)

Poder de Escuta

Creio que um ambiente acolhedor vai além de simplesmente implementar signos visuais de apoio à cultura LGBTQIAPN+ como bandeiras, paredes pintadas e frases de empoderamento. Embora a ambientação faça parte, não é tudo, como muitos locais que se dizem acolhedores parecem pensar. Acolher a comunidade, além de oferecer um sorriso e um abraço, requer ter pessoas treinadas e sensibilizadas para entender as reais demandas de nossa comunidade. É crucial promover um trabalho integrado com outras políticas e redes para que o espaço seja seguro e a pessoa saiba que não

Segundo Almeida (2021), os indivíduos da comunidade LGBTQIAPN+ podem encontrar obstáculos ao acessar cuidados de saúde adequados devido à discriminação, desconhecimento por parte dos profissionais de saúde e escassez de serviços especializados. É fundamental assegurar um ambiente receptivo e inclusivo nos serviços de saúde, promover capacitação em diversidade e sensibilidade para os profissionais de saúde e disponibilizar atendimentos personalizados de acordo com as necessidades da comunidade. Sendo assim, é essencial garantir assistência jurídica, como a efetivação de leis anti-discriminação e prevenção de crimes motivados por ódio, além de disponibilizar recursos de segurança e apoio para indivíduos em situações de risco.

Outra importância no atendimento desse público é levar em consideração que muitos enfrentam comumente a falta de aceitação dentro do círculo familiar, intimidação na instituição de ensino e carência de rede de apoio. Torna-se fundamental disponibilizar ambientes seguros e receptivos, como centros específicos para a juventude LGBTQIAPN+, grupos de suporte e iniciativas de mentoria, a fim de auxiliar esses jovens na interação com outros membros da comunidade e na obtenção de suporte emocional e direcionamento. Assim, é fundamental que as diretrizes governamentais, iniciativas sociais e métodos institucionais levem em conta as demandas e contextos da comunidade LGBTQIAPN+ e busquem fomentar a equidade, integração e equidade para todos, sem distinção de identidade de gênero ou orientação sexual.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) do Brasil ainda disponibiliza diretrizes fundamentais para a atuação de profissionais da psicologia em políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTQIA+ pontua que as indicações técnicas ressaltam a necessidade de uma postura respeitosa, inclusiva e sem preconceitos ao tratar de temas ligados à variedade de gênero e orientação sexual. Assim, é preciso valorizar e reconhecer a pluralidade de identidades de gênero e orientações sexuais, respeitando a liberdade de escolha e os direitos fundamentais de cada indivíduo, sem discriminação com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Questionados sobre quais são os principais desafios que você percebe ao atender pessoas LGBTQIAPN+ e como você os aborda

As limitações sociais, culturais, econômicas. O não se enxergar como ser capaz de alcançar espaços para além dos de vulnerabilidade. Ressignificando-os, trabalhando o “eu” para um novo entendimento perante a coletividade.

Ser capaz de se comunicar de maneira clara e sensível é essencial. Isso inclui usar pronomes e nomes corretos, evitar suposições sobre identidades de gênero ou orientações sexuais, e estar aberto a aprender e corrigir-se quando necessário.

O preconceito e a vergonha, em regra, em assumir o que é e quem é.

O principal desafio observado é a desconfiança sobre a validade dos sistemas que a pessoa enfrenta em seu cotidiano. No trabalho vivenciado com a comunidade, estive face às diversas violências que foram implicadas com várias de minhas assistidas, que revelam ser o Estado o principal violador dos direitos da comunidade, tanto na forma ativa como na passiva, vez que os sistemas são instruídos a visibilizar corpos e identidades em razão da sua forma e apresentação. Outra questão importante é compreender o espaço da pessoa que fala e manter sempre atenção no contexto de visualizar as possíveis necessidades daquele cidadão que está em necessidade, observando, sempre que possível a interlocução entre duas áreas para fornecer um atendimento com qualidade e atenção.

Os principais desafios são atender umas pessoas LGPTQIAPN+ que já sofreu tanto preconceito que já não mais acredita nela e na sua escolha sexual e de gênero.

A falta de sintonia com a rede, fazendo-se necessário acionar órgãos/instituições que possam

A dificuldade de falar sobre suas dores e se fazer ser compreendido sem sofrer mais um julgamento. Os abordos sempre com uma escuta ativa permitindo que contêm o que deseja ou sentem de forma empática mostrando afetividade e respeito por sua trajetória de vida.

O volume de demandas, pois a princípio eles chegam com uma demanda e durante o processo de atendimento se desencadeiam outras

A dependência financeira das pessoas LGBTQIAPN+ aos seus familiares que muitas vezes são seus abusadores. Também a falta de qualificação e experiência para atuar no campo de trabalho. Abordo a necessidade de qualificação para que se possa ter independência financeira.

A rejeição social é um impacto que perpassa pelos corpos de pessoas LGBTQ+. Para mim, o principal desafio é orientar as

peças no sentido do merecimento. Merecer ser acolhida em todas as suas dimensões não é o código implantado nas mentes dessas pessoas, ao contrário. Daí ao chegar num equipamento de proteção existe a desconfiança, a raiva, o medo... uma miscelânea de sentimentos e sensações que são projetados.

Questões familiares e financeiras. Tu aborda com uma escuta sensível e apontando caminhos.

Na saúde, acolhendo e respeitando

Deixá-las à vontade e criar um clima de confiança e aceitação total

O abandono familiar, inexistência da rede de apoio, sofrimento emocional e psíquico diante dos diferentes níveis de opressão e exclusão. Desta forma, são pessoas fragilizadas e necessita de acolhimento humanizado, após compreender a necessidade apresentada, é fundamental discutir com a pessoa as possibilidades de cuidado e intervenção para melhor corresponder com sua estrutura psicossocial.

Fala de investimento, profissionais não preparados

Desafio foram vários: fazer as pessoas entenderem que estava ali para ajudar e prestar serviços que beneficiassem; conquistar a confiança para que pudessem desabafar. A abordagem sempre com muito afeto e cuidado. O intuito era poder sanar as situações da melhor forma possível.

Cordialidade

Ambiente apropriado, com uma escuta qualificada para encaminhar e acompanhar as demandas trazidas

Preconceito

Como assistente social, o principal desafio são as barreiras impostas por uma estrutura que não é pensada para atender às reais demandas das pessoas atendidas. Na verdade, sabemos que essa falta de consideração é mais uma tecnologia de opressão destinada a esmagar e apagar essa comunidade. Por exemplo, quando encaminho pessoas para realizar uma simples atualização do Cadastro Único para programas sociais, é controverso precisar explicar, sendo um profissional que tem como compromisso ético-político a defesa intransigente de grupos minorizados, que o nome social de uma travesti não estará em sistema e no cadastro oficial. E que o nome morto estará em evidência. É desafiador também ver o crescente número de pessoas trans sem moradia após serem expulsas de casa e não ter nenhum equipamento especializado e específico para acolher essa população. O meu principal desafio é justamente tentar criar maneiras e articular processos para tentar atender as necessidades, mesmo que o sistema dificulte a nossa ação (ENTREVISTADOS, 2024).

fomentando a equidade, a justiça e os direitos humanos em todos os setores da comunidade (Brasil, 2023).

Outra problemática identificada nos discursos é a falta de suporte familiar e a ausência de uma rede de apoio são obstáculos importantes enfrentados por diversos integrantes da comunidade. Essas questões podem resultar em um intenso sofrimento tanto emocional quanto psicológico, principalmente quando associadas aos variados tipos de discriminação e exclusão que muitos encaram diariamente. Muitos, infelizmente são excluídos por seus familiares ao exporem sua identidade de gênero ou orientação sexual. Isso pode acarretar em uma percepção de solidão, isolamento e ausência de amparo emocional e prático. Segundo Mioto (1997), a rejeição familiar pode causar um profundo impacto na autoconfiança, no sentimento de pertencimento e na saúde psicológica desses indivíduos.

A falta de indivíduos para compartilhar vivências, receber apoio emocional e orientações práticas pode dificultar o enfrentamento das dificuldades do dia a dia e a superação do preconceito e da discriminação. Para Mioto (1997), a resistência contra a solidão familiar, a ausência de suporte e os níveis de opressão e exclusão podem resultar em um intenso sofrimento emocional e mental. Isso pode se manifestar por meio de ansiedade, depressão, baixa autoconfiança, sentimentos de responsabilidade, constrangimento e até ideias suicidas. A deterioração na saúde psicológica pode ser agravada pela ausência de disponibilidade para receber assistência em saúde mental que leve em consideração as questões de gênero e sexualidade. Frente a essas dificuldades, torna-se essencial uma resposta abrangente que envolva o suporte familiar, o fortalecimento da rede comunitária de apoio, a valorização da aceitação e integração social, e a disponibilidade de serviços de saúde mental que levem em consideração as questões de gênero e sexualidade.

Nesse contexto, a conscientização, a educação e o engajamento social também são fundamentais para combater o estigma e a discriminação, e para criar ambientes mais acolhedores e inclusivos para todas as pessoas dessa parcela.

Questionados sobre como eles lidam com situações em que uma pessoa LGBTQIAPN+ enfrenta discriminação ou preconceito fora do ambiente de atendimento

Analisando a situação em questão, para que também não seja colocada em risco, mas tomando as atitudes cabíveis. Articulação de rede que possa fornecer apoio, desde denúncias até ações práticas de suporte físico e emocional.

Demonstrar empatia é crucial para criar um ambiente acolhedor e seguro para membros da comunidade LGBT. Isso implica ouvir atentamente, validar suas experiências e sentimentos, e mostrar respeito por suas identidades sem julgamento.

Tento orientar quanto aos direitos.

Em regra tento intervir no contexto de destacar que a conduta é violenta para a comunidade e instruir a pessoa violentada sobre seus direitos. Atualmente essa prática tem sido visualizada de forma mais ativa por ativistas que defendem as minorias, o que explica o avanço na quantidade de denúncias e busca pelo registro correto das violências. Porém, é sempre importante manter cautela e observar a situação para evitar que você se ponha em risco.

Oriento, informo e encaminho para setores de jurisprudência porque discriminação ou preconceito fora ou dentro do ambiente de trabalho e enquadrado como crime de racismo com agravante de ser preso pela justiça.

Acolher o sofrimento trazido pela pessoa, explicitar as possibilidades de encaminhamento do caso e fazê-los conforme o desejo da vítima e criar estratégias de fortalecimento psíquico frente aos contextos de violência vivenciados.

Busco da melhor forma possível assegurar os seus direitos seja com autodefesa ou buscando os órgãos competentes para ajudar.

O melhor caminho nunca será o silêncio e diante disto é auxiliar para que a mesma consiga resolver as questões com apoio.

Que acione a justiça, prestando queixa em alguma delegacia.

Primeiro é o acolhimento aquela pessoa que sofreu a violência. Em seguida, encaminhamento para órgãos da rede que possam auxiliar na denúncia.

Inicialmente acolhimento e escuta e depois encaminhando-o para os órgãos pertinentes.

Acolho e procuro os órgãos responsáveis para punir os responsáveis

Apoio à vítima e denúncia nos órgãos competentes, em vista da punição dos autores de tais atos. Ampla divulgação nas mídias.

Nas situações que é possível suporte a vítima, assistência imediata necessária e orientação sobre os seus direitos e possibilidades de denúncia, informações de locais para atendimento LGBTQIAPN+.

Sim

Infelizmente eram situações que não se tinha controle. Muitas pessoas da comunidade traziam essa queixa de maus-tratos, preconceitos e discriminação, muitas vezes dentro da própria instituição. Nós da equipe sempre prezávamos pelo respeito.

Acolhendo

Orientar quanto aos direitos humanos, o respeito, a tolerância, convivência e o acolhimento

Orientação a buscar seus direitos

Como pessoa LGBTQIAPN+, primeiro avalio como intervir sem comprometer minha própria segurança e garantindo a efetividade da ação. O caminho quase sempre envolve uma intervenção imediata para cessar a situação, acolher a pessoa violentada e oferecer o suporte necessário para que as medidas legais sejam tomadas. (ENTREVISTADOS, 2024).

Os entrevistados comentam a importância de assegurar que os indivíduos LGBTQIAPN+ tenham acesso ao apoio emocional, social e prático de que necessitam, a criação e fortalecimento de uma rede de apoio para essa comunidade. Para isso, é essencial estabelecer redes de suporte presenciais ou virtuais para que os integrantes da comunidade possam se encontrar, compartilhar vivências, trocar conhecimentos, fornecer apoio emocional e se relacionar com outros indivíduos que estão passando por situações parecidas.

Os discursos dos participantes também corroboram com o que é discutido no estudo de Almeida (2021), uma vez que, os centros precisam dar suporte e fortalecer entidades comunitárias engajadas na proteção dos direitos e na promoção do bem-estar da comunidade LGBTQIAPN+. Essas entidades podem disponibilizar diversos serviços, tais como aconselhamento, indicações para fontes de auxílio, grupos de apoio, eventos sociais e atividades de conscientização. Para isso, é imperioso assegurar que os profissionais estejam capacitados e conscientes para atender de forma adequada as necessidades específicas da comunidade LGBTQIAPN+, incluindo o acesso a serviços de saúde mental, cuidados de saúde culturalmente competentes e suporte social.

Rozário (2020) postula que muitas ações de conscientização devem incentivar a aceitação, integração e valorização da diversidade de identidade de gênero e orientação sexual. Isso engloba a capacitação em diversidade e empatia para funcionários, professores, líderes locais e a sociedade em geral. Para isso, é essencial criar alianças e parcerias com outras entidades, instituições e grupos que tenham o mesmo comprometimento em apoiar e defender os direitos e a qualidade de vida da comunidade LGBTQIAPN+. Isso pode envolver trabalhos em conjunto com organizações de direitos humanos, instituições educacionais, corporações, veículos de comunicação e governos.

Em suma, é essencial que uma rede de suporte à comunidade LGBTQIAPN+ seja ampla, acolhedora e atenta às demandas e vivências desse grupo variado. Essa rede precisa garantir apoio emocional, social, prático e institucional, visando a equidade, o respeito e o bem-estar de todas as pessoas que fazem parte dela.

Questionados sobre quais são as principais competências que você considera essenciais para atender efetivamente a comunidade LGBT e como citar algum impedimento para profissionais atenderem a esta comunidade

Autoconhecimento, escuta, senso de coletividade, comprometimento, empatia e inteligência emocional. Acredito que a principal barreira para profissionais atenderem são os julgamentos e crenças pessoais que os cegam diante do bem-estar que obrigatoriamente devem promover.

Para atender efetivamente a comunidade LGBT, é essencial que os profissionais desenvolvam competências como sensibilidade cultural, empatia, comunicação eficaz e conhecimento sobre direitos e legislações. Superar impedimentos como preconceito, falta de formação, ambientes de trabalho hostis, barreiras sistêmicas e medo de repercussões requer um compromisso contínuo com a educação, a defesa de políticas inclusivas e a criação de ambientes seguros e acolhedores.

Todas são essenciais, se faltar alguma, sempre vai faltar algo. Sé é para responder algumas digo que ter acesso a Justiça, cidadania, saúde e direitos sociais.

Inicialmente compreendo como importantes a empatia, senso crítico e destreza vez que em algumas situações será importante atuar de forma célere e urgente para a resolução dos casos e não há forma de esperar para atuar. Empatia se faz importante para compreender o espaço do outro e buscar fazer com que a outra pessoa compreenda que ela está sendo

acolhida e pode confiar no trabalho que está sendo desenvolvido. Como impedimentos, acredito que uma base extremamente conservadora que limite e viole as identidades e orientações de gênero e sexualidade devem ser repudiadas e impedidas, evitando a violência dentro do próprio acolhimento.

As principais Competências são grupos multiprofissionais qualificados e formados com as legislações dos direitos e proteção da comunidade LGPTQIAPN+. Que dentre esses profissionais tenha o assistente social para fazer o acolhimento e a escuta qualificada para compreender a situação das demandas, psicológicos para compreender e orientar a respeito da saúde mental, advogados para defender a respeito da discriminação e preconceito e para os devidos encaminhamentos e entrada da retificação de nome e gênero, sobre profissionais de pedagogia para o encaminhamento e formação e qualificação, pois em dados recolhido no CPDD BA, existe um índice alto de pessoas LGPTQIAPN que não concluiu seus estudos por causa das violências e discriminações dentro dos espaços escolares.

Resiliência, empatia e resolubilidade.

Capacitação técnica, experiência com Direitos humanos e ativismo social. Os maiores impedimentos são a falta do querer mesmo o preconceito e homofobia.

O respeito e a escuta são necessários para o desenvolvimento do atendimento

Empatia, paciência, tolerância religiosa, sensibilidade e atenção. Acredito que ser muito religioso e conservador sejam impedimentos para que se realize um bom trabalho.

Humanidade, empatia, resiliência e terapia em dias.

Falta de habilidades específicas de alguns profissionais, orçamento e recursos.

Em recepção, falta de empatia e respeito muitos são preconceituosos

Abertura à diversidade. Conhecimento dos direitos de pessoas LGBT

Escuta qualificada, sensibilidade, conhecimento prévio sobre os direitos da população LGBT e letramento para que evite equívocos ou violações de direito, não menos importante um espaço humanizado. O único impedimento para atender pessoas LGPTQIAPN+ encontra-se na cristalização dos pensamentos enviesados por crenças limitantes.

Dificuldade na compreensão das especificidades, falta de treinamento, profissionais despreparados e sem interesse em aprender

Primeiro e muito importante é se identificar com a causa, ter respeito e empatia pela comunidade e pela sua pauta que é

extensa, além disso, gostar de trabalhar com gente, pq independente de sua orientação sexual, todas as pessoas merecem respeito.

Saúde e jurídico

Entender o ser social na sua totalidade como ser humano de direitos como qualquer outro, principal impedimento sem sombra de dúvidas é o preconceito

Conhecimento da demanda

Empatia, competência técnica, facilidade em se articular e comprometimento (ENTREVISTADOS, 2024).

Para fornecer um atendimento qualificado para a comunidade em questão, é necessário possuir habilidades técnicas, interpessoais e sensibilidade cultural. Assim como os entrevistados Santos (2018) pontua que os centros devem possuir a habilidade de se colocar na perspectiva do próximo, compreender as vivências, sentimentos e obstáculos singulares enfrentados pelos assistidos. Isso engloba reconhecer e valorizar a pluralidade de identidades de gênero e preferências sexuais.

Silva (2019) pontua a importância do respeito à diversidade cultural, ou seja, é essencial reconhecer e compreender os aspectos culturais, sociais e históricos que impactam a vida da comunidade, como o preconceito, a segregação e a agressão sofridas por diversos integrantes desse grupo. Isso inclui evitar a adesão a preconceitos generalizados, reconhecer as vantagens que alguns possuem e estar disposto a aprender continuamente. Para isso os profissionais que estão a frente deste devem adquirir saberes atualizados acerca de temas ligados à diversidade de gênero, preferência sexual, bem-estar psicológico, direitos fundamentais, leis contra a discriminação e recursos de assistência. Tal preparo possibilita fornecer dados precisos, orientações pertinentes e encaminhamentos adequados.

Preciado (2011) pontua que a comunicação deve ser eficiente, assim, os profissionais precisam desenvolver a habilidade para se expressar de maneira transparente, cortês e imparcial, adequando a forma de se comunicar às exigências e escolhas particulares de cada um. Isso abrange escutar com atenção, formular questões abertas, reconhecer emoções e elucidar dados de modo acessível. A atuação jurídica e auxílio devem promover de forma ativa os direitos e interesses da comunidade, ao ponto ainda de fornecer suporte

emocional, social e prático para indivíduos que estejam enfrentando situações de discriminação, violência ou obstáculos ligados à sua identidade de gênero ou orientação sexual. Isso inclui orientação para acesso a serviços, assistência legal, acompanhamento psicológico e estímulo para buscar apoio sempre que necessário.

Os discursos ainda ratificam o que é colocado por Pereira e Santos (2023) ao colocarem que os profissionais devem reconhecer a importância de respeitar e dar suporte à autonomia das pessoas dessa comunidade, entendendo que cada pessoa possui o direito de determinar sua identidade de gênero e orientação sexual, além de poder fazer decisões que estejam alinhadas com seus valores e desejos individuais. Assim, é preciso colaborar com colegas de trabalho, empresas, entidades e líderes locais em prol da equidade, inclusão e qualidade de vida da comunidade LGBTQIAPN+. Isso inclui criar alianças positivas, compartilhar conhecimento, unir esforços e colaborar para superar obstáculos e alcançar metas compartilhadas. Essas habilidades são essenciais para fornecer um apoio eficiente e empático à comunidade LGBTQIAPN+, colaborando na promoção de um ambiente mais acolhedor, gentil e justo para todos, sem distinção de gênero ou sexualidade.

Questionados sobre a possibilidade de considerar que há uma rede para apoio consistente a Pessoas LGBTQIAPN+ e quais órgãos ou grupos pode citar que tem apoio importante

Quando se há pessoas da comunidade e influentes, essa consistência se potencializa. Para além disso, é uma consistência questionável. Poderia citar o CPDD LGBT, Mães do Arco-íris, Defensoria Pública do Estado da Bahia e Ministério Público.

Não existe rede de apoio eficaz

Com seriedade e compromisso só a IBCM.

Existe uma construção em rede porém todavia muito débil. O Estado não se compromete com a causa, permitindo com que violências sejam direcionadas, as pessoas se insurgem de forma a impugnar existências baseadas em preceitos religiosos extremamente conservadores incabíveis para a nossa realidade e empresas são relegadas ao espaço de tapar os olhos e evitar se comprometer com o espaço, sendo importante modificar o presente cenário para fazer com que a comunidade possa se firmar e seguir rumos ainda mais importantes na construção de uma cidadania ainda mais plena e completa.

Atualmente conheço algumas casas de acolhimento, como é o exemplo da casa aurora e da casa Marielle Franco, grupos como o da comissão da diversidade da OAB que tem atuado de forma significativa e algumas iniciativas escassas que buscam promover os Direitos da comunidade.

Não existe uma rede consistente, existe equipamentos que na sua grande maioria são pontuais com início e fim para serem executados os serviços assistências e de proteção.

Enxergo o trabalho em rede ainda muito fragilizado, muitas políticas públicas não solidificadas e suscetíveis ao desmonte. Mas algum órgão se destaca como por exemplo o MPBA, com o trabalho da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, a Coordenadoria Especializada de Proteção aos Direitos Humanos da DPE/BA e diversos coletivos que se mobilizam entre seus membros para garantir os direitos da comunidade.

Não. Temos muitos parceiros, mas muito se precisar avançar. As estatísticas está aí que mostra que ainda não avançamos o suficiente ainda existe muito fragmentado que deixa a comunidade desassistida vindo a óbito ou muita das vezes viver em subempregos trazendo uma vida de miserabilidade.

Sim: Defensoria Pública, MP . IBCM coletivos LGBTQIAPN+ e as lideranças independentes

Sim. SJDH através do CPDD

Sim. Pode melhorar? Deve. Cito Defensoria Pública e MP como órgãos essenciais para proteção às pessoas LGBT+.

Existe sim, porém, muito frágil. Defensoria pública, CPDD, MP, SJDH e OAB

Casa Mariele franco que acolhe pessoas LGBTs em situações de rua

Não há! Defensoria pública, ministério público, IBCM, mães da diversidade , grupo pro homo diversidade, site dois terços.

A nível de Assistência Social e garantia de Direitos Humanos, não. Diante da fragilidade da manutenção dos atendimentos e intervenções do CPDD - BA a longo prazo, as atividades são interrompidas, pois se estabelece a nível de projeto. As Unidades de Acolhimento Institucional apresentam preconceito estrutural, além de possuírem viés religiosos, sendo assim, restringem e oprimem as expressões de gênero e orientação sexual. Visto um avanço significativo na saúde, ampliação no cuidado a população Trans+ nos Ambulatório Trans (SESAB, HUPES), o Ambulatório Municipal Especializado em Saúde LGBTQIA+ (Salvador) e Centro de Referência LGBT+ (Santo Antônio de Jesus) e implantação do Ambulatório Trans+ na Hospital Materno-Infantil Dr. Joaquim Sampaio (Ilhéus).

Defensoria Pública, secretarias de educação, saúde, direitos humanos, segurança pública, desenvolvimento social fortalecer

Não. Apesar de ter Secretarias e várias pessoas envolvidas na proteção dessa comunidade, temos altos índices de assassinatos, agressões e morte de pessoas LGBTQIAPN+. Além das políticas públicas para defesa e garantia de direitos da comunidade LGBTQIAPN+, precisa-se de punições mais rigorosas para os crimes contra a comunidade.

Saúde e jurídico

Núcleo LGBTQIAPN+ FEIRA DE SANTANA, SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DA BAHIA

Não há

Se a pergunta fosse apenas sobre a existência de uma rede de apoio, poderia afirmar que sim, pois há de fato um conjunto de pessoas, instituições e grupos, além de alguns poucos equipamentos públicos, que, dentro de suas capacidades, oferecem suporte à comunidade. No entanto, não considero essa rede consistente, pois está constantemente fragilizada por questões como politicagem, disputas pessoais e escassez de recursos, entre outros fatores. Essa falsa percepção de uma consistência não deve ser usada como uma "cortina de fumaça" para ofuscar o fato de que muitas pessoas continuam sem acesso efetivo a direitos essenciais. Quem faz parte dessa rede, em realidade, trabalha incansavelmente para costurar a efetividade pontual da resolução de cada situação (ENTREVISTADOS, 2024).

Assim como os entrevistados pontuaram, em diversos países ao redor do mundo, é possível encontrar uma ampla rede de suporte dedicada à comunidade LGBTQIAPN+, formada por entidades governamentais, organizações sem fins lucrativos, movimentos comunitários e projetos acadêmicos.

Alguns exemplos dessas instâncias ou coletivos que exercem papel relevante nessa rede de apoio são: Diversas organizações sem fins lucrativos para a defesa dos direitos e auxílio à comunidade LGBTQIAPN+ podem ser encontradas em diversos países, disponibilizando uma ampla gama de benefícios, como orientação, apoio psicológico, auxílio legal, encaminhamento a serviços de saúde e ações de conscientização e educação.

Tem aumentado os locais de apoio e acolhimento LGBTQIAPN+ em diversas localidades existem espaços de apoio e acolhimento, onde indivíduos conseguem acessar auxílio, orientação, aconselhamento e orientações sobre seus direitos e os serviços oferecidos. Esses locais podem ser geridos por entidades governamentais, instituições de ensino, organizações não

governamentais ou coletivos comunitários. Além disso, existem diversos grupos de suporte e comunidades, onde é possível fazer conexões, trocar vivências, receber apoio emocional e ter acesso a informações sobre recursos e serviços que podem ajudar.

Nos últimos anos, instituições de ensino superior e centros de pesquisa frequentemente criam projetos e ações direcionados à comunidade LGBTQIAPN+, como estudos sobre temas ligados à identidade de gênero e orientação sexual, ações de conscientização e educação, e parcerias com organizações da sociedade civil. Alguns governos contam com órgãos específicos responsáveis pela defesa dos direitos pela adoção de políticas públicas que visam promover a igualdade, como secretarias de diversidade, comitês de defesa dos direitos humanos ou comissões de diversidade de gênero e sexual. Essas instituições podem atuar na elaboração de leis contra a discriminação, na promoção de uma educação inclusiva e na garantia do acesso a serviços de saúde apropriados.

Corporações e instituições com visão inclusiva, como empresas e organizações que adotam políticas e iniciativas inclusivas para colaboradores LGBTQIAPN+, como a criação de grupos de afinidade, treinamentos sobre diversidade e inclusão, e o incentivo a iniciativas e eventos da comunidade. Estes são apenas alguns casos de organizações e coletivos que fazem parte da estrutura de suporte à comunidade LGBTQIAPN+. É fundamental que essa estrutura se expanda e se fortaleça cada vez mais, assegurando que todos os integrantes tenham acesso ao auxílio e aos meios necessários para viverem com respeito, proteção e equidade.

Questionados sobre existência de alguma outra informação importante que você gostaria de compartilhar sobre o seu trabalho com a comunidade LGBTQIAPN+

Entender a educação como potência transformadora das realidades adversas dessa população é um desafio extremo. Essa resignificação é posta em última escala de prioridades, muitas vezes, por não ter um retorno imediato de mudanças, se comparado com outros trabalhos desempenhados. Mas, aos poucos, esse entendimento vai se fazendo presente e parte das escolhas de muitas e muitos da comunidade LGBTQIAPN+. A pedagogia social ela tem especificidades que

nenhuma outra vai trazer de amplitude, empatia e contextos vivenciados.

O Atual governo do Estado e Federal só fazem propaganda, pois efetivamente nada fazem.

Tenho buscado contribuir de forma significativa com estudos versados na construção normativa internacional em prol da defesa da comunidade LGBTQIAPN+ nas mais diversas nações e espaços, estamos atualmente passando por um eixo de retrocessos em diversos países e isso causa certa preocupação então observo ser o presente trabalho realizado importantíssimo para a manutenção de um padrão de qualidade superior e necessário aos eixos de assistência e atenção a todas as pessoas da comunidade que são vítimas do nosso CISTema que oprime e mata.

Sim, a informação importante que quero compartilhar que o universo LGPTQIAPN,é um universo grandioso, que simplesmente a discriminações e preconceitos destrói comunidade e extermina pessoas maravilhosas e que merecem respeito e viver com as suas escolhas. Que é de grande importância que os órgão público tenha um olhar mais apurados para essa comunidade que está sendo exterminada e eu observo mais a maioria das pessoas LGPTQIAPN+que sofre com essa violência são pretas e periféricas.

Trabalhar com a população LGBTQIAPN+ é ser capaz de apagar o máximo possível de incêndios, mas ainda assim precisar lidar com a frustração frente às limitações de uma rede de atenção fragilizada.

Um trabalho consolidado surge efeito mais ele isolado nada adianta. Ou seja, é um trabalho multiprofissional, territorial e subsidiado.

Que o resultado deste trabalho traga nos caminhos para melhoria no atendimentos da comunidade com empatia e humanização. Boa sorte!

Sim. O quando era desafiador saber que cada integrante da comunidade tinha suas particularidades e quanto se fazia necessário ter um olhar minucioso a suas queixas e demandas

Gostaria de Falar sobre a dificuldade de acesso à alguns serviços e orçamento.

Acolhimento respeitando os pronomes

Pessoas mais vulneráveis desta comunidade carecem de maior apoio e atenção.

Tenho como compromisso pessoal, enquanto responsabilidade política social, implicar-me no processo de reparação histórica, em ações e práticas de promoção a saúde da população LGBTQIAPN+, como mulher cisgênero e heterossexual reconheço o lugar de privilégio cedido a minha existência, diante da leitura sobre minha imagem associada aos padrões sociais de orientação sexual e gênero. Contudo, reconheço a

importância de ser uma aliada na luta contra a LGBTfobia, manter o diálogo diário contra o preconceito, contribuir para elucidar novas ações no enfrentamento contra os discursos de ódio como prática profissional e social.

Fortalecer a rede de proteção

Trato população HIV+

Criação de unidade de atendimento voltado apenas para o público tanto na esfera da assistência, quanto da saúde para que possamos prestar um atendimento totalmente voltado para todos, todas, todes

Equipamentos com equipes qualificadas na área

Não. (ENTREVISTADOS, 2024).

Os discursos dos participantes apresentam elementos importantes, como por exemplo, compreender a importância da educação como catalisadora de mudanças positivas para esse grupo específico é um verdadeiro desafio. Essa nova visão acaba ficando em segundo plano, já que os resultados não são instantâneos como em outras áreas de atuação. No entanto, aos poucos, esse conceito vai sendo valorizado e faz parte das decisões de diversos membros da comunidade LGBTQIAPN+. A pedagogia social apresenta características únicas que não são encontradas em nenhuma outra abordagem, como a abrangência, empatia e experiências vivenciais.

As falas corroboram com o ideal postulado por Freire (1995), que por sua vez defendia a concepção de ensino como uma ação política e libertadora, na qual os professores são incentivados a analisar de forma crítica sua atuação e sua influência na mudança da comunidade. Assim os centros de referência precisam pautar-se em práticas que fortaleçam a conscientização como um caminho para que os indivíduos adquiram maior conhecimento sobre sua realidade social, política e cultural, identificando as formas de poder e as desigualdades que permeiam a sociedade. Assim, a educação precisa permitir aos estudantes questionar e enfrentar as estruturas de poder e opressão, motivando-os a se tornarem protagonistas na construção de uma comunidade mais equitativa e participativa.

Freire (1995) ainda ressalta a relevância da comunicação como um instrumento essencial no processo de ensino. O enfoque deve ser baseado na comunicação na educação, em que educadores e estudantes se engajam em

um diálogo aberto e igualitário, no qual suas vivências, saberes e visões são apreciados e respeitados. Através da comunicação, os estudantes são incentivados a refletir de forma crítica, aprimorar sua capacidade de análise e reflexão, e buscar soluções em conjunto para os desafios que enfrentam.

As falas ainda expressam a importância do universo em questão. Isso é ratificado por Mott (2005) ao colocar que esse grupo se destaca pela diversidade e no qual a discriminação e o preconceito podem causar danos irreparáveis, prejudicando indivíduos maravilhosos que merecem respeito e o direito de fazer suas escolhas. É fundamental que as autoridades públicas estejam atentas a essa comunidade, que está sendo alvo de violência e exclusão, especialmente considerando que a maioria das pessoas LGPTQIAPN+ que enfrentam esses desafios são negras e vivem em áreas periféricas.

A comunidade LGPTQIAPN+ tem um papel fundamental na defesa da diversidade, inclusão e respeito pelos direitos humanos em nossa sociedade. Nesse espaço, indivíduos têm a liberdade de serem autênticos em relação a sua identidade de gênero e orientação sexual, sem temer discriminação ou preconceito. Abaixo estão algumas razões que destacam a importância desse universo. Assim, ao reconhecer e festejar a variedade, o espaço LGPTQIAPN+ combate de forma direta a discriminação e o preconceito relacionados à orientação sexual e identidade de gênero. Isso ajuda a promover a criação de uma comunidade mais equitativa e acolhedora, onde todos são respeitados e valorizados, não importando sua orientação sexual ou identidade de gênero.

4 PROJETO DE INTERVENÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DO ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL DE PESSOAS LGPTQIAPN+

O objetivo deste capítulo é apresentar uma proposta de modelo de equipamento ou de fluxos para atendimento das necessidades não atendidas da população LGPTQIAPN+, pelo CPDD LGBT.

Segundo Prodanovi e Freitas (2013), um projeto de intervenção consiste em uma estratégia estruturada e planejada com o propósito de resolver uma

situação específica ou fomentar uma transformação almejada em um determinado âmbito ou contexto. Pode ser aplicado em diversas áreas, tais como saúde, educação, assistência social, meio ambiente, entre outras. A relevância está na sua capacidade de encontrar soluções para questões já existentes, aprimorar métodos e processos, estimular o crescimento e alcançar metas determinadas. Há diversas razões que destacam a importância dos planos de ação.

Para Tenorio (2007), as iniciativas de intervenção são elaboradas com o propósito de lidar com desafios particulares e encontrar respostas eficazes para eles. Elas possibilitam uma maneira organizada e metódica de detectar as origens dos problemas e criar táticas para resolvê-los. Assim, as iniciativas de intervenção constituem um meio eficaz de instigar transformações benéficas em diversos cenários. Elas têm a capacidade de implementar novas abordagens, diretrizes e métodos que aprimorem o bem-estar das pessoas, fortaleçam instituições e comunidades, e fomentem o progresso sustentável.

Regularmente os projetos de intervenção possuem metas precisas e mensuráveis que guiam suas ações e avaliações. Elas servem como um plano para atingir objetivos específicos em um período de tempo definido, assegurando que as atividades realizadas sejam direcionadas e eficazes. Deste modo, muitas vezes requerem a colaboração de diversas partes interessadas, tais como pessoas, entidades, grupos e autoridades. Thiollent (2009) coloca que esses funcionam como instrumentos que incentivam a participação e a contribuição de todos os participantes durante o planejamento, execução e análise das intervenções.

As ações de intervenção proporcionam chances para adquirir conhecimento com situações anteriores, analisar o avanço e realizar modificações conforme preciso. Elas estimulam uma mentalidade de aprendizado e aprimoramento constante, possibilitando que instituições e grupos sociais se ajustem e reajam de maneira eficiente a desafios em contínua mudança. Em suma, o projeto de intervenção tem uma função importante na solução de questões, estimulando transformações, atingindo metas específicas, envolvendo partes interessadas e promovendo aprendizado constante. Eles representam um recurso significativo para impulsionar o

crescimento e avanço em diversas situações, colaborando para o bem-estar e a melhoria da vida das pessoas e das comunidades.

Uma proposta de intervenção para fortalecer o atendimento multiprofissional de indivíduos LGBTQIAPN+ pode ser elaborada com o propósito de incentivar uma abordagem mais abrangente, empática e eficiente para suprir as demandas desse grupo variado. Segue um modelo potencial para a organização desse projeto:

Título: Promoção da Sensibilidade e Inclusão através do Reforço do Atendimento Multiprofissional para Indivíduos LGBTQIAPN+

Metas do Planejamento:

Preparar especialistas de diferentes áreas para fornecer um suporte multidisciplinar inclusivo e empático às demandas individuais da comunidade LGBTQIAPN+;

Elaborar diretrizes e procedimentos para a prestação de serviços de saúde, assistência social, educação e demais áreas, com o objetivo de assegurar a equidade no acesso e a excelência no atendimento à comunidade LGBTQIAPN+;

Incentivar a reflexão e a empatia em relação à diversidade de gênero e orientação sexual entre profissionais das áreas da saúde, assistência social, educação e demais campos;

Criar alianças com entidades da sociedade civil, coletivos locais e defensores LGBTQIAPN+ com o intuito de assegurar a integração e engajamento da população no planejamento e execução da iniciativa.

Ações:

Oferecimento de treinamentos e cursos para trabalhadores de diferentes setores, discutindo assuntos como identidade de gênero, orientação sexual, linguagem inclusiva, combate à discriminação e estereótipos, entre outros.

Produção de conteúdos educativos e de ferramentas online, como manuais de orientação, diretrizes para atendimento e material informativo, acessíveis tanto para profissionais quanto para a comunidade em geral.

Estabelecimento de fóruns de conversa e comunidades virtuais para estimular a partilha de vivências, a troca de conhecimentos e a análise reflexiva de temas ligados à pluralidade sexual e de identidade de gênero.

Organização de ações de conscientização e atividades comunitárias para destacar a importância e a integração da comunidade LGBTQIAPN+ e combater a intolerância e os estigmas.

Monitoramento constante do impacto do projeto, utilizando indicadores de performance, pesquisas de avaliação e retorno da comunidade, a fim de assegurar a efetividade e importância das ações realizadas.

Resultados Almejados:

Indivíduos qualificados e comprometidos em proporcionar um atendimento multidisciplinar inclusivo e empático às demandas da comunidade LGBTQIAPN+.

Aprimoramento da excelência e facilidade de acesso nos atendimentos de saúde, apoio social, ensino e demais áreas destinadas à comunidade LGBTQIAPN+.

Diminuição da exclusão, preconceito e disparidade enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+ na obtenção de serviços e na comunicação com profissionais.

Fortalecimento dos laços entre membros da equipe e indivíduos LGBTQIAPN+, incentivando uma parceria baseada em confiança e respeito recíproco.

Estímulo de uma cultura interna e externa mais acolhedora e tolerante em relação à diversidade de identidade de gênero e orientação sexual.

Nesse contexto, a ideia é fortalecer o atendimento multidisciplinar às pessoas LGBTQIAPN+ requer um comprometimento constante com a equidade, a integração e os direitos humanos. É essencial incluir a comunidade no planejamento, execução e avaliação do plano, assegurando que suas necessidades, vivências e pontos de vista sejam considerados em todas as etapas. Da mesma forma, é crucial estabelecer parcerias e colaborações com organizações da sociedade civil, instituições de ensino, órgãos governamentais e outros envolvidos para garantir o êxito e a perpetuidade das ações desenvolvidas.

5 RESIDÊNCIA SOCIAL: TEORIA E PRÁTICA A PARTIR DO OLHAR DA GESTÃO SOCIAL

Os importantes pesquisadores sobre Gestão Social têm apresentado como é possível a interação do sujeito em conhecer mais as problemáticas existentes na sociedade e como o gestor social deve agir, com projetos e ações que estejam voltados para a melhoria de determinada situação. França Filho (2012) defende que a Gestão Social é considerada em dois níveis: problemática da sociedade e modalidade específica de gestão. Aqui, compreende-se, ela possibilita e discute como fatores externos, como cultura, socioambiental, afetam a vida em coletivo na sociedade.

Um marco acadêmico importante para a Gestão Social foi a implantação de cursos na Universidade. Um exemplo foi na Universidade Federal da Bahia, com a implementação do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social (MDGS), que forma profissionais gestores sociais. Nele também foi possível a identificar a metodologia Residência Social, desenvolvido pela pesquisadora Tânia Fischer (et al 2019), e importante na perspectiva de formar sujeitos críticos e reflexivos através da teoria e da prática, possibilitando a eles o contato com ações cotidianas e interação com o saber científico ou popular.

Ante o exposto, a residência foi realizada pelo mestrando Renildo Barbosa, em São Paulo, no período entre 18/03 e 01/04/2024, tendo como acolhedora a organização Movimento de Pimpadores – Pimp My Carroça.

Deste modo, foi utilizado relatório e diário de campo para descrever a parte prática da Residência Social.

5.1 GESTÃO SOCIAL: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

A sociedade está em constante evolução, as mudanças em determinados períodos fazem parte da evolução dos sujeitos e compreendem as formas sociais, culturais, econômicas, geográficas e históricas que os envolvem. Cada vez mais é possível observar que as ações humanas fazem parte de contexto individual e coletivo, para isso é preciso estudar e valorizar a gestão social, enquanto fator que contribui para formar sujeitos que atuaram na gestão.

A gestão social atua no âmbito da territorialidade, compreendendo as questões sociais, locais, de forma articulada nos territórios, possibilitando aos gestores elaboração de projetos e ações de forma interorganizada. “As interorganizações são constituídas por organizações diferenciadas, conectadas por propósitos comuns, isto é, integradas. A associação se faz pela complementaridade - portanto, pela busca do diferente que possa cooperar para se atingir um resultado” (Fischer, 2012, p. 4).

Na discussão de Rodrigues (2012) Gestão Social é um processo no qual as atividades permitem organizar e ampliar a capacidades dos atores sociais no que cerca os fatores de domínio, alcance e controle das consequências e impactos sociais que envolvem as questões políticas, culturais, ambientais ou econômicas, ela está presente nos setores privados e públicos. No que cerne ao setor público, a Gestão Social deve assegurar e promover a cidadania.

Em uma importante análise sobre a Gestão Social, França Filho (2012) destaca que ela tem sido cada vez mais reconhecida no âmbito da Administração, com alguns pesquisadores cada vez mais dedicados a estudá-la. Ela está associada as políticas sociais, com isso está associada as ações do governo, envolve questões econômicas, políticas, culturais e ambientais. O pesquisador destaca que:

Gestão Social lida com a economia na medida em que a problemática da gestão das demandas e necessidades sociais, hoje, através da própria sociedade, supõe, em grande parte das situações, ocupar-se com a mobilização de recursos

(econômicos) e trabalhar com outras lógicas de organização da atividade econômica (FRANÇA FILHO, 2012, p. 108).

Ampliando essa discussão, Jobim (2006) afirma que este é um conceito ainda em processo de construção, com pouca literatura, mas que enfrenta desafios para ser superado na literatura tradicional no meio das organizações sociais e dos estabelecimentos entre as parcerias entre o poder público e a sociedade civil. Ela se mostra importante porque apresenta a harmonia e igualdade entre os semelhantes.

Ainda de acordo com Jobim (2006) a gestão social atua com base na solidariedade, por isso os gestores eficientes buscam resultado na qualificação profissional, principalmente nas organizações não governamentais, desempenhando eficiência com conhecimento e reciprocidade. Para esses gestores sociais, a relação entre o econômico e o social está relacionada, mas o primeiro é transformado em questões de cunho social, político, cultural, possibilitando o desenvolvimento da cidadania.

Segundo Barreto e Boullosa (2010), a gestão social vem se consolidando no Brasil, como um campo de práticas e conhecimentos que possibilita modelos mais democráticos e plurais de gestão de problemas que são estimados de relevância social e que estão voltados para o desenvolvimento sócio-territorial ou local. O reconhecimento da gestão social tem possibilitado que cada vez mais haja profissionais formados que se reconhecem como gestores sociais. Ao falar da formação dos profissionais gestores sociais, as autoras destacam que:

[...] até mesmo um olhar panorâmico sobre a oferta de formação em gestão social pode revelar a multiplicidade de interpretações não da temática em si, mas também diferentes explorações de componentes curriculares e estratégicas de ensino-aprendizagem que buscam relacionar teoria e/com prática, ensino e/com vivência, aprendizagem individual e /com aprendizagem social (BARRETO; BOULLOSA, 2010, p. 184).

Ao discutir a função da gestão social, Fischer (et al 2006, p. 36) destaca o papel do gestor social, e conceitua como:

O gestor social é um mediador entre o conhecimento e a prática, posicionando-se como indivíduo em relação, estabelecendo transações entre instituições, redes e redes deredes. As interorganizações são o ser lócus dominante. Interorganizações são nós de articulação entre agentes governamentais, do setor privado e das organizações da

sociedade civil, que assumem um papel fundamental nos processos de desenvolvimento local (FISCHER, et al 2006, p. 36).

Nesse contexto de importância da gestão social, o espaço acadêmico, nas últimas décadas, tem buscado ter esse curso nas suas agendas. De acordo com Cançado (2014), exemplos de universidades que ofertam gestão social estão Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade de São Paulo – USP e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, além da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Um importante marco na formação acadêmica de gestores sociais foi a implantação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social, que desde a implantação tem formado profissionais mestres a partir do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social (MDGS). Esse Programa “busca apoiar a capacitação de lideranças estratégicas para a gestão social do desenvolvimento territorial e contribuir para a formação de um quadro qualificado de gestores sociais que possam atuar com competência em organizações da sociedade civil, governos, empresas, interorganizações, redes e outras instituições” (UFBA, 2024). Esse Programa ampliou o olhar dos estudiosos sobre a temática e, de forma pioneira, possibilitou o olhar sobre a formação de profissionais na área.

Nesse sentido, observa-se que a Gestão Social é muito importante, dada suas contribuições e sua ampliação no âmbito acadêmico vem sendo cada vez mais observada e aceita.

5.2 RESIDÊNCIA SOCIAL: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Diante da importância da Gestão Social e os conhecimentos que ela possibilita em prol de questões vivenciadas no âmbito territorial e local, a UFBA estabeleceu a residência social como metodologia no processo de formação de gestores sociais na Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social. Como metodologia, a residência social propicia conhecimento especificamente voltado para a gestão social.

Aqui precisamos destacar a importância da pesquisadora Tânia Fischer ao desenvolver a Residência Social enquanto metodologia na Pós-Graduação

em Desenvolvimento e Gestão Social, em 2001, em busca de proporcionar ao estudante maior reflexão e possibilidade de contato com a prática-reflexiva através de contextos práticos, que eram os habituais àquele tempo. Ao discorrer sobre o histórico desta metodologia, Barreto e Boulosa (2010, p. 185) apontam que:

Esta metodologia vem sendo experimentada e aplicada desde 2001 em projetos de extensão desenvolvidos pelo CIAGS/UFBA, assim como incorporada desde 2002 aos desenhos curriculares dos cursos de Especialização em gestão social e responsabilidade social, do Mestrado multidisciplinar e profissionalizante em desenvolvimento e gestão social e, mais recentemente, incorporada ao curso de graduação tecnológica em gestão pública e social (em implantação desde 2009), todos da mesma Universidade e sempre promovidos pelo CIAGS, no âmbito da Escola de Administração (EAUFBA).

Ao discutir o que é residência social, destaca-se que ela deve ser entendida como conhecimento que associa diferentes saberes, ou seja, tanto o popular quanto o científico, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento territorial. Um dos desafios dela é observar uma realidade social e sem modificar suas características que compõe, mas permitir ao observador a apropriação de conhecimento para a criação de novos conhecimentos, de forma coletiva, a partir das políticas públicas, de forma que auxilie os gestores a dialogar com diversas realidades.

Fischer (et al 2019, p. 15) ainda pontua que que “ainda de acordo com a Residência Social tem como objetivo integrar os conhecimentos aprendidos durante o curso a partir de uma aprendizagem que estimule lidar com questões que envolvem sua prática profissional através de um olhar científico e investigativo”. Mas, é preciso compreender que ela exige etapas de planejamento a serem seguidas, para que ocorra tudo certo dentro da proposta de conhecimento do estudante.

Ao escrever sobre suas vivências na Residência Social, Jobim (2006) destaca que ela é um caminho metodológico que pode contribuir para inclusão de sujeitos excluídos, que vivem privados de direitos até mesmo mínimos, o que afeta suas transformações como cidadãos presentes na sociedade. Esses indivíduos vivem à margem da sociedade e fazem parte da perpetuação das desigualdades sociais que configuram o déficit social, mas que precisa ser reavaliado pelo Estado, que precisa implantar políticas públicas para reduzir ou solucionar esse problema.

Para França Filho e Schommer (2006), a Residência Social é uma metodologia que permite o residente vivenciar experiências que promovem a aprendizagem por meio da interação com outros sujeitos, em diferentes organizações a através do mesmo grau de práticas compartilhadas. Essa metodologia possibilita que as aprendizagens sejam desenvolvidas a partir de práticas coletivas e que respeitam os conhecimentos do outro. “Esse envolvimento de caráter sócio-prático gera oportunidades de intercâmbio, de combinação e de geração de novos conhecimentos que são compartilhados entre indivíduos e entre comunidades de prática já existentes” (FRANÇA FILHO; SCHOMMER, 2006, p. 132).

Nesse sentido, a Gestão Social contribui para a Residência Social. De acordo com Barreto e Boullosa (2010, p. 185) a Residência Social parte de três dimensões da “ação prática-reflexiva: socialização de diferentes saberes, compreensão mais complexa da realidade; e conexões entre ensino, pesquisa e extensão”. Nesse contexto, é preciso compreender que as Ciências Sociais e Humanas também influenciaram nesta metodologia uma vez que proporciona ao residente a ação de observador- participante:

Em tal perspectiva, o aluno-residente seria inserido dentro de um contexto que fomentasse as condições necessárias para que ele desenvolvesse capacidades e competências inerentes à função de gestor social, a partir da articulação de três dimensões de ação prático-reflexiva: socialização de diferentes saberes, compreensão mais complexa da realidade; e conexões entre ensino, pesquisa e extensão (Barreto E Boullosa, 2010, p. 104).

Deste modo, a Residência Social faz-se uma metodologia que importância na formação dos alunos do curso de Gestão Social porque aprendem a conviver com outros sujeitos e suas questões políticas, sociais e culturais com um olhar atento as questões territoriais locais, a partir da prática teórica e prática, com socialização, observação e interação de forma que possibilite o desenvolvimento de projetos e ações que permita contribuir com o gestor social através das políticas sociais.

5.30 CASO DO MOVIMENTO DE PIMPADORES – PIMP MY CARROÇA

A Residência Social foi realizada no Movimento de Pimpadores – Pimp My Carroça: Organização da Sociedade Civil, fundada em 2007, que em linhas

gerais, atua na Defesa de Direitos de Catadores (as) de Resíduos Sólidos, Justiça Climática e Enfrentamento a Racismo Ambiental.

A Missão institucional da organização é a de criar e desenvolver ações criativas e colaborativas a fim de impactar positivamente no reconhecimento e remuneração justa das catadoras e catadores de materiais recicláveis perante a sociedade civil, poder público e privado, no Brasil e no mundo.

Com a prática é possível dizer que enquanto pesquisador, consegui alcançar os resultados propostos em seu Plano de Trabalho para a Residência Social, uma vez que uma foram apresentadas informações sobre a Residência Social à Especialista Amanda Barbalho e, pelo menos um mês antes da chegada a São Paulo, já estávamos organizando as atividades, especialmente o cronograma de atividades com respectivos profissionais responsáveis por diferentes setores, além de integrar a comissão organizadora de Seminário sobre Racismo Ambiental e Letramento Racial. Já no espaço de prática, na sede da Pim My Carroça, passei a interagir com todos os setores, acompanhar atendimentos a catadoras (es) de resíduos sólidos e suas ações de valorização a esta categoria, com participação em ações externas, tanto em exposição de móveis e artigos de decoração reaproveitados, quanto em atendimento em outro bairro a Catadores (as) de outra área. Pudemos verificar os fluxos de atendimento por profissionais diretamente a Catadores (as), quanto de ações de outros departamentos, conforme figura abaixo. Desta interação, pude contribuir com sugestão para formação de fluxos de atendimento por equipe multiprofissional..

A avaliação da experiência da Residência Social foi de grande relevância, uma vez que se tratou de uma atividade primordial e necessária a manutenção do nosso ambiente, atuando diretamente com uma categoria profissional invisível e sem reconhecimento de seus direitos, que são Catadores (as) de resíduos sólidos, responsáveis por recolher 90% do que chamamos de “lixo”, gerando economia e retirando do ambiente, sem remuneração, o que deveria ser retirado por quem produz tais itens.

Muitas foram as competências, habilidades e atitudes desenvolvidas durante a Residência Social, com o destaque pela possibilidade de desenvolver a capacidade de adaptação a realidades diferentes das que vivencio, pessoal e profissionalmente, com vivência a atendimento a público distinto do que tenho

como foco na pesquisa do Mestrado e no meu viver profissional. Além disso, pela percepção do quanto podemos, ainda que tardiamente, contribuir com o meio ambiente, evitando graves consequências climáticas. Ainda pela constatação do desrespeito a frágil legislação sobre a logística reversa por parte de produtores de resíduos sólidos de materiais que a natureza não absorve ou degrada, alguns com séculos para serem eliminados. E por fim, pela escuta qualificada de pessoas oriundas de diferentes Estados e Países, vivendo ao redor da coleta de resíduos sólidos, o que de certo modo, contribuiu para enriquecer ainda mais nos estudos sobre racismo ambiental e as consequências sobre populações vulnerabilizadas historicamente.

Todos os componentes curriculares já cursados ajudaram durante a Residência Social, pois contribuíram para o sucesso do período da experiência, desde os mais teóricos do início do Mestrado, com questões históricas, econômicas, relacionados ainda ao indivíduo e contemporaneidade, passando pelos conceitos de Gestão Social, Desenvolvimento Territorial e as práticas metodológicas e pesquisa aplicada. As políticas Públicas discutidas e avaliadas, com qualificação e análise de impactos puderam ser identificados no dia a dia da residência social aplicada.

As dicas para futuros residentes sociais são: que vivenciem o máximo de tempo possível as novas realidades que o espaço e atividades da acolhedora possam proporcionar; peçam informações antes da chegada sobre horários, costumes e práticas locais; sempre peça apoio a quem estiver no local e instituição, pois são realidades diferentes da que vivemos; faça anotações, audios, vídeos e registros diariamente, inclusive de atividades on line.

Quadro 6 - Síntese dos Resultados:

Semana	Atividades Realizadas	Data	Carga-horária diária	Síntese dos resultados
1	<p>Visitas institucionais.</p> <p>Reunião on line com Equipe Pimp My Carroça</p>	18/03	Das 8 as 18h: 10 h	<p>Apresentação da Residência Social e da Pimp My Carroça para atuação em defesa de Catadoras (es) de Resíduos Sólidos à representantes do Instituto Cuidare e do Projeto Pão para o Povo da Rua.</p> <p>Organização de Seminário sobre Racismo Ambiental e Letramento</p>

				Racial.
	Preparação e pesquisa para Seminário ; Cronograma atividades diárias e conhecimento dos setores;	19/03	Das 8 às 16h: 8h	Planejamento e organização da atividade a ser realizada, com divisão de tarefas; Construção de planejamento de atividades de forma organizada e diária. Definição de facilitadores;
	Reunião com Líderes de áreas / setores; Ida a Exposição Pimp Store	20/03	Das 8 às 19h: 11h	Conhecimento da história da Pimp My Carroça, seu desenvolvimento, surgimento de setores e missões até a configuração organizacional da atualidade, passando por diferentes setores; Conhecimento de exposição e participação da divisão Pimp Store numa exposição;
	Conhecimento de setores; Projeto Coletando Cidadania. Gravação de conteúdo para redes sociais;	21/03	Das 8 às 19h: 11h	Conversa com Catadoras e Catadores, interação na Cooperativa local e setor de Reparos físicos. Observação e apoio na atividade de atendimento a Catadoras (es) da Região, em área externa, parceria com entidade em Tremembé e financiada pela TetraPark; Gravação de conteúdo sobre o Dia pela eliminação da discriminação racial e defesa de religiões de Matriz Africana;
	Conversa com representantes de EcoPontos e cooperativas Atendimento a Acadêmicos; Reunião sobre Seminário	22/03	Das 9 às 17h: 8h	Compreensão de funcionamento de locais de recebimento de resíduos sólidos e seus fluxos de contato com doadores; Interação com Acadêmicos de Gestão Ambiental e Logística para contribuição em trabalho de conclusão de curso; Análise final da apresentação do seminário e definição de papéis nas dinâmicas;
	Conversa com Gestor	26/03	Das 9 às 15h: 6h	Entendimento de fundação e construção do marco zero da Pimp My Carroça até dias atuais;

2	Atendimento			Escuta de demandas e apresentação a responsável do setor;
	Conversa sobre o Cataki	27/03	Das 9 às 15h: 6h	Conhecimento sobre a criação do aplicativo, função de unir doadores e catadoras (es), dados sobre atuação em todo país;
	Reunião com Organização não governamental e empresa;			Apresentação institucional a representantes do Instituto CCR e da CCR Metrô para parceria e atuação para coleta de resíduos sólidos e grafites sobre a temática;
	Reunião interna	28/03	Das 10 às 17h: 7h	Conversa com responsável do Setor de Amparo e Reparos, sugestão de equipe multiprofissional e atendimento em local específico para Catadoras (es);
	Seminário			Participação como Facilitador, discorrendo com conteúdos e casos, exemplos e possíveis soluções;
	Reunião com Mulheres sobre Projeto	29/03	Das 15 às 17h: 2 h	Entendimento sobre fluxo de emenda parlamentar, contribuição com a escrita do projeto;

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

No dia 18/03, ocorreu a realização de visitas institucionais com intuito de realizar a apresentação da Residência Social e da instituição acolhedora Pimp My Carroça, visando parceria na defesa de direitos de Catadoras (es) de Resíduos Sólidos; Inicialmente deslocamento a Avenida Paulista, Instituto Cuidare (<https://www.institutocuidare.org.br/>), com missão de ações educacionais, implantação de hortas comunitárias e realização de eventos nacionais, dentre eles a exposição Diversos; Logo após deslocamento a sede do Projeto Pão para o Povo da Rua, executado pelo Instituto de Pesquisa da Cozinha Brasileira - IPCB (<https://www.ipcb.net.br/doi%C3%A7%C3%A3o-marmitta-solid%C3%A1ria-ipcb>), que atende a população em situação de rua, com número expressivo com atividade de catação de resíduos sólidos. Nas instituições visitadas percepção de equipe multiprofissional com presença

predominante de profissionais do Serviço Social, Educação Popular e Básica, além de técnicos especializados (agrícola, pedagogos e gastronomia ou cozinha); Percepção que as possibilidades de contribuir com meio ambiente ainda não é a prática em todas as atividades, no campo da teoria ou formas básicas de demonstração; Coleta de materiais físicos e apresentação de propostas de ter a Pimp My Carroça como referência em futuras atividades e palestras com Catadoras (es), bem como tratamento adequado aos resíduos sólidos e demais materiais usualmente jogados no que chamamos de lixo; Após almoço, reunião on line com Equipe Pimp My Carroça, Amanda Barbalho na condução sobre o que produzimos até aqui para a organização de Seminário sobre Racismo Ambiental e Letramento Racial, verificando os materiais de referência, a apresentação e dinâmicas que serão utilizadas. Carga horária do primeiro dia de 10 h de atividades;

No dia 19/03, a partir das 8h, continuidade da preparação e pesquisa para Seminário, com planejamento e organização da atividade a ser realizada, com divisão de tarefas; Definição de facilitadores; A imersão e debate sobre os temas relacionados a letramento racial, pacto da branquitude e racismo ambiental foram ricos e nos prepararam para a formação a ser facilitada com toda equipe. Catadoras (as) são vítimas de diversas formas racistas da sociedade. Ilustrar e descrever, relacionando com as evoluções históricas deste mal, dará a todos envolvidos uma base de melhor atuar na defesa de direitos, de forma a combater a interseccionalidade do racismo e seus componentes. Após atividade inicial, passei para construção com a equipe do cronograma diários atividades diárias e conhecimento dos setores, devido a divisão institucional e diversas atividades; Construção de planejamento de atividades de forma organizada e diária ; Carga horária diária de 8h, acumulada de 18h.

No dia 20/03. Reunião com Líderes de áreas / setores; Conhecimento da história da Pimp My Carroça, seu desenvolvimento, surgimento de setores e missões até a configuração organizacional da atualidade, passando por diferentes setores; A Pimp, carinhosamente chamando, hoje se divide em várias frentes e setores definidos, desde o acolhimento de Catadoras (es), passando por reparos e organização de seus equipamentos, desenvolvimentos

de tecnologias, advocacy, defesa de políticas públicas, geração de novas lideranças, até chegar ao entendimento que toda engrenagem – ambiente organizacional – deve girar em prol da categoria, com condições para que representantes natos ocupem posições de privilégio e poder, inclusive na Pimp, há esta definição, com esforços e recursos aplicados para tal. Entrando no clima, numa lotação de cinco pessoas da equipe, em veículo popular, calor humano e frio do clima, deslocamento a Exposição Pimp Store em evento internacional de Mostra de Designers, no Palácio Itália, ponto histórico e turístico de São Paulo capital. Em meio a designers, artistas plásticos especializados em móveis, artesanatos e acessórios para casas e imóveis, lá estava a Pimp store com Catadores (as) coletando resíduos sólidos e também apresentando uma gama de móveis e peças transformadas de “lixo” para artes e decorações, tendo valor agregado e energia renovável. Proposição de que nas etiquetas de preços, também seja inserido quantidade de carbono não emitido e outras unidades que representem o respeito ou proteção ao meio ambiente. Das 8 às 19h, 11h diárias, acumulando 29 horas.

No dia, 21/03 trabalhamos com conhecimento de setores, ambientando com clima frio, conversa com setor de reparos e com responsável pela cooperativa; As carroças e veículos especiais propostos pela Pimp My Carroça são todos de tração mecânica, sem tração humana mais. São veículos com marchas, velocidade e motores elétricos. Estudo e investimento para tornar cada vez mais leves, de acordo com a realidade da área de Catadores (as). Manuseio supervisionado de uma das carroças. Deslocamento para Tremembé, local de realização do Projeto Coletando Cidadania, que atende a mais de 50 Catadoras (es), desenvolve atividades de escuta qualificada, encaminhamentos a serviços públicos e de parceiros para fortalecer a atividade do público beneficiado. Observação e apoio na atividade de atendimento a Catadoras (es) da Região, em área externa, parceria com entidade em Tremembé e financiada pela TetraPark; Nesta edição houve a participação de representantes do município, integrante da equipe de CRAS, com orientações e referenciamento de Catadores (as) no território. Gravação de conteúdo sobre o Dia pela eliminação da discriminação racial e defesa de religiões de Matriz Africana; . Das 8 às 19h: 11h. Acumuladas 40 horas.

No dia 22/03, teve a conversa com representantes de EcoPontos e cooperativas; Compreensão de funcionamento de locais de recebimento de resíduos sólidos e seus fluxos de contato com doadores, resistência em se pagar pelo trabalho de Catadoras (es), por parte de doadores e das empresas que possuem obrigação na logística reversa, conforme legislação. Sentimento pelos profissionais de invisibilidade e, o que piora a análise, tratamento desumano e indigno por parte da população e órgãos públicos; Atendimento a Acadêmicos; Interação com Acadêmicos de Gestão Ambiental e Logística para contribuição em trabalho de conclusão de curso, onde percebeos a forma superficial e sem prática do tema tratado em ambientes acadêmicos e em nossa vida; Sugestão de sistematizar história da Pimp My Carroça e trabalhos de pesquisas já realizados, inserindo repositório no site que facilite o acesso anterior antes da visita, com perguntas que são básicas e poderiam ter sido respondidas numa leitura, qualificando as visitas posteriores. Reunião sobre Seminário; Análise final da apresentação do seminário e definição de papéis nas dinâmicas; Das 9 às 17h, 8h de atividades. Acumulado de 48 horas.

No dia 26/03, realizamos a conversa com Gestor, com gravação de video, ouvindo depoimento de seu primeiro contato como ativista com Catador, ao primeiro evento mobilizando artistas e Catadores (as) no Vale do Anhagabau, até dias atuais com todo investimento, sucesso e dores conquistados. Visita ao atelie de produção das artes e materias transformados a partir do que chama de lixo. Entendimento de fundação e construção do marco zero da Pimp My Carroça até dias atuais; Sugestão de criação de Centro de Referência e Atendimento a Catadoras (es) de Resíduos Sólidos com equipe multiprofissional e espaço pensado na redução de vulnerabilidades para este público, tendo em vista toda a história e crescimento das ações e estrutura. Atendimento, escuta de demandas e apresnetação a responsável do setor; Das 9 as 15h, atuação em 6h. Acumulado de 54 horas.

No dia 27/03, ainda foi possível, dialogar sobre o Cataki, conhecimento sobre a criação do aplicativo, função de unir doadores e catadoras (es), dados sobre atuação em todo país; Visualização dos dados por estado e cidades, a dificultadde do contato remoto e o impacto das ações durante e pós pandemia. Discussão como atualizar os dados de cadastros em Salvador e Bahia. Plano

de reunir, visitar e encaminhar localmente a serviços básicos que reduzam as vulnerabilidades. Reunião com Organização não governamental e empresa, após articulação para apresentação institucional a representantes do Instituto CCR e da CCR Metrô, visando parceria e atuação para coleta de resíduos sólidos e grafites sobre a temática; Das 9 às 15h, com 6h de atividades. Acumulado de 60 horas

No dia 28/03, ocorreu a reunião interna; Conversa com responsável do Setor de Amparo e Reparos, sugestão de equipe multiprofissional e atendimento em local específico para Catadoras (es), conforme já apresentado ao Gestor no dia anterior. Discussão sobre o papel de porta de entrada e acolhimento tendo o Serviço Social como grande responsável, como campo de conhecimento e ciência, mas contando com o serviço de reparo, que pode ser o motivo da maioria de Catadoras (es) que vão até a Pimp, visando a manutenção ou aquisição de equipamento e, a partir disso, vislumbra uma gama de serviços e apoios que não imaginaria encontrar. Seminário; Participação como Facilitador, discorrendo com conteúdos e casos, exemplos e possíveis soluções; Das 10 às 17h, com 7h de atividades, acumulado de 67 horas.

E no dia 29/03 (feriado), a Reunião com Mulheres sobre Projeto; Entendimento sobre fluxo de emenda parlamentar, contribuição com a escrita do projeto; Através de atuação de Catadora integrante da Pimp My Carroça como incidente institucional junto a parlamentares foi concedida emenda parlamentar com recursos para projeto que será direcionado a Mulheres Catadoras. Das 15 às 17h, atividade remota por 2 h, totalizando 69 horas de residência social prática.

A experiência foi de grande significado, uma vez que foi possível colocar a prática desse conhecimento, que segundo Cançado (2014), trata-se de uma forma de gerenciamento que incorpora métodos de gestão e liderança com ênfase em metas sociais, culturais e sustentáveis. Além disso, o objetivo a organização, de modo geral é o de garantir o bem-estar da sociedade e a conservação do meio ambiente, levando em consideração a participação ativa da população e o fortalecimento dos laços sociais. Essa prática pode ser

implementada em diversos cenários, como ONGs, empresas privadas, governos e iniciativas comunitárias.

Para Fischer (2012), pontua que essa ação, tem a possibilidade de incluir a população nas decisões, assegurando que as opiniões locais sejam levadas em conta nas políticas e ações. Para tanto, é fundamental que as práticas de gestão social sejam pautadas pela transparência e pela prestação de contas, de modo que as organizações sejam claras em suas ações e forneçam informações aos seus públicos de interesse.

Ampliando essa discussão, França Filho (2006) coloca que a Gestão Social deve ter o enfoque na equidade social, garantindo que todas as comunidades, sobretudo as minoritárias, tenham acesso a recursos e possibilidades. Ao ponto de promover o Desenvolvimento Sustentável com práticas que levam em consideração o impacto no meio ambiente e na sociedade, visando garantir a sustentabilidade em longo prazo. Além disso, estimula a colaboração entre diversos segmentos da comunidade, englobando o governamental, o empresarial e o setor não governamental.

6 MAPEAMENTO DE CENTROS E ORGANIZAÇÕES QUE ATENDEM A COMUNIDADE LGBTQIAPN+ E PROPOSTA DE FLUXO DE ATENDIMENTO COMO TECNOLOGIA SOCIAL

A diversidade precisa ser cada vez mais ratificada na sociedade. A importância do olhar social, da sensibilização sobre os direitos de todos os grupos sociais e, em especial, das pessoas LGBTQIAPN+, traz para o âmbito das discussões a promoção da igualdade e equidade entre todos. Os espaços de discussão e ampliação do debate das dificuldades enfrentadas, dos direitos negligenciados ou negados são importantes para que seja compreendido como se dá o processo de exclusão social, da forma como ela opera na vida de cada cidadão que pertence à comunidade LGBTQIAPN+ e de como isso reflete na sociedade como um todo.

É nesse viés que o discurso preconceituoso se estabeleceu na sociedade, uma vez que a diferença entre os conceitos e como se dão enfrenta resistência de determinados grupos, acerca do olhar científico sobre eles. Com isso, desde

a década de 1980 tem-se observado o surgimento de ONGs, Centros e Associações que são relevantes na luta contra a homofobia e na garantia da luta pelos direitos desse público.

Percebe-se também que não há um modelo de implantação de espaços, sejam eles governamentais, não governamentais ou interorganizações, existindo diferentes equipes e composições. Apresentamos após análise de respostas a pesquisa realizada e mapeamento, algumas configurações e fluxos de atendimento, com o objetivo de contribuir com atendimento humanizado a pessoas LGBTQIAPN+.

Ante o exposto, esta secção tem como objetivo apresentar instituições que foram mapeadas e estão na ativa em prol de acolher e garantir os direitos da população LGBTQIAPN+ em todo o Brasil, bem como apresentar, sob o conceito de Tecnologia Social, manual contendo sugestões de equipes multiprofissionais e fluxos de atendimento a este segmento em vulnerabilidade.

A comunidade LGBTQIAPN+ ainda enfrenta muitos desafios que versam pela garantia dos seus direitos e a implantação de políticas públicas que estejam direcionadas a ela. Ainda que o século XX e as primeiras décadas do atual século propuseram debates que giram em torno dos direitos para a cidadania desse público, observa-se que ainda há muito preconceito e discriminação, que em muitos casos começam dentro do ambiente familiar.

Aqui cabe salientar que:

É importante dizer que, embora as primeiras interlocuções do Movimento LGBT com o Estado remontem à década de 1980 por meio da difícil luta contra a epidemia do HIV/Aids, foi somente a partir de 2004, com o advento do Programa Brasil Sem Homofobia no governo Lula (2003-2010), que uma agenda mais ampla em torno da cidadania LGBT começou a vigorar no âmbito da Administração Pública Federal com ares de política de Estado (FEITOSA, 2019, p. 3).

Os movimentos em defesa dos homossexuais, na segunda metade do século XX, destacavam a importância da luta com a violência sofrida por eles e a urgente necessidade de implantação de políticas públicas que assegurassem seus direitos. “Nesse contexto, a principal bandeira de luta era a exclusão da homossexualidade como doença na Organização Mundial de Saúde, no entanto os movimentos deparavam-se com um Estado autoritário e militar”

(ROZARIO, 2020, p. 12) que dificultava a própria militância, mas que fazia com eles mantivessem a luta.

A partir de diversas discussões acadêmicas e movimentos militantes observou-se a sexualidade teve uma pauta significativa que possibilitou a desconstrução de normas e padrões que estavam ligados à sexualidade humana. Conforme destaca:

O avanço histórico das reflexões teóricas acerca da sexualidade humana impulsionou a construção de outras subjetividades de gênero e sexo, por exemplo, a manifestação da livre orientação sexual (aqui destaco a diversidade das expressões sexuais e identidades de gêneros: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) (...) Desse modo, gênero, identidade de gênero e sexualidade incluem-se no universo de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas e tornam-se elementos essenciais a partir da problematização e investigação que superam interrogativas, ocasionando reflexões empírico-teóricas das subjetividades, além de livre expressão das identidades ao longo da história.

O debate social sobre as denominações a respeito da vida íntima das pessoas se deu a partir de dialógicos históricos que implicaram nas leituras atuais. Tais visões estão circunscritas nos diversos setores e grupos sociais que ajudaram no fomento dos preconceitos e do que ficou estabelecido como padrão para a sociedade. A esse respeito, Freitas (2022, p. 23) destaca que "É comum para as pessoas que nunca estudaram acerca da sexualidade confundir três termos muito utilizados atualmente: sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero".

Nesse cenário que a Organização Mundial de Saúde (OMS) entende que a sexualidade como uma expressão da identidade do sujeito:

A sexualidade é uma energia que nos motiva para encontrar amor, contato, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental (Organização Mundial de Saúde, 2001).

Durante as décadas de 1970 e 1980 observou-se que o movimento LGBT foi ganhando força no país, mesmo com a Ditadura Militar. No entanto, o preconceito ganhou ainda mais expansão a epidemia do HIV – Aids, com o

surgimento do denominado “peste gay”. Naquele contexto, a militância LGBT teve que lutar também “no combate contra a AIDS, pelo fato do grupo (principalmente os gays), em conjunto aos viciados em drogas injetáveis, passaram a ser vistos pela população como vetores de transmissão” (ALMEIDA, 2021, p. 21).

Entendendo essas questões que envolve a sexualidade e a militância em busca de assegurar que a homossexualidade não era uma doença, conforme era considerada, o que contribuía ainda mais para a discriminação e diferentes tipos de violência, que “em 17 de maio de 1990 a OMS “retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID)” (VEIGA, 2020). Aqui, é importante ressaltar as contribuições dos debates acadêmicos, as pesquisas sobre a temática e militância para que a homossexualidade não fosse considerada uma doença.

No entanto, ainda se observa que há muito preconceito na sociedade no que tange à comunidade LGBTQIAPN+, o que violenta seus direitos e, em muitos casos, a implantação de políticas públicas efetivas. De acordo com Balthazar (2012) o preconceito vivenciado pelos homossexuais ainda é uma realidade, uma ameaça real que os faz perder privilégios sociais, criam fronteiras, demarcam diferenças coletivas, exclui, elimina e subordina e inferioriza esses sujeitos.

Neste contexto que se inserem as organizações que passaram a surgir a partir da década de 1980 em busca de assegurar, lutar e acolher pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ que de alguma forma vivencia situações de risco ou vulnerabilidade, tal como que buscam contribuir para que seus direitos sejam assegurados. Em todo o país é possível identificar muitas ONGs que buscam atender a população LGBTQIAPN+, algumas delas atendem especificamente as pessoas transexuais e travestis, outras se dedicam aos cuidados sobre as que são soro positivas.

No geral, a maioria dessas organizações se dedicam a atender a todos que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+, e oferece diversos serviços que versam por educação, saúde e atendimento jurídico.

Ante o exposto, a seguir serão elencadas algumas organizações, das inúmeras espalhadas pelo país. Também são apresentadas características que

as constituem para que possamos ter uma base de constituição, possíveis equipes e as demandas que buscam solucionar:

O Centro Provisório de Acolhimento (CPA), localizado na Rua Tenente Possolo, centro, no Rio de Janeiro, capital, foi fundado em 2020 com o objetivo de atender e acolher pessoas LGBTQIAPN+. O CPA atende em média 50 pessoas em situação de rua e de vulnerabilidade social e foi inaugurado no dia 28 de junho, em homenagem ao Dia do Orgulho LGBTQIAPN++.

“O novo CPA possui quartos duplos e triplos, com banheiros individuais, área ao ar livre, além de contar com todos os serviços socioassistenciais que já fazem parte da rede da SMASDH” (JORNAL DO BRASIL, 2020). O local é higienizado e oferece conforto ao público.

O CPA foi inaugurado em momento muito crítico da sociedade, porque era tempos da pandemia da Covid 19, e naquele tempo muitas pessoas estavam em situação de vulnerabilidade devido e medo em decorrência do vírus. Muitos sujeitos perderam seus lares e tornaram-se moradores de rua, o que dificultou ainda mais a sobrevivência. Com isso, o CPA tornou-se um importante espaço de acesso, permanência e acolhimento da comunidade, que tinham atendimento de saúde, cama, produtos de higiene, alimentação e vestimentas. É preciso salientar que a comunidade LGBTQIAPN+ foi um dos públicos mais atingidos durante a pandemia, devido a fatores como trabalho, moradia ou família, por isso o CPA tornou-se um importante espaço de acolhimento.

Em 2023 foi inaugurado no Rio de Janeiro o Centro de Acolhimento e Promoção de Combate à Violência LBTQIfóbica, que tem como objetivo oferecer atendimentos jurídicos e psicológicos à comunidade LGTBQIA+ que esteja em situação de vulnerabilidade. O Centro é liderado pelo Grupo Pela Vidda-RJ, que além de contribuir com a comunidade também atende pessoas que são HIV+.

O Centro oferece acompanhamento com profissionais voluntários, com atendimento tanto individual quanto coletivamente, em parceria e fomento com o Estado, Ministério dos Direitos Humanos e do Programa Rio Sem LGBTQIA+fobia. Todo o trabalho desenvolvido no Centro é pautado na legislação, buscando assegurar os direitos e a cidadania desse público.

De acordo com a reportagem publicada pela Agência Brasil (2023), o referido Centro busca estudar sobre a situação da comunidade na sociedade porque ainda há muita negligência do Poder Público e preconceito das delegacias de polícia e centros de atendimento, principalmente quando se trata das pessoas transsexuais.

Dessa forma, o Centro de Acolhimento e Promoção de Combate à Violência LGBTQIA+fóbica oferece importante serviço à comunidade LGBTQIAPN+, no que tange ao apoio jurídico e psicológico.

O Centro de atendimento LGBTQIAPN+ fica localizado em Miracema, no Noroeste Fluminense, no Rio de Janeiro, foi inaugurado em 2021, tem como objetivo oferecer à comunidade apoio jurídico e social de forma presencial. O apoio ao Centro vem da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Governo do Rio de Janeiro. Em suma, trata-se de um importante momento para a comunidade, que pode ser acolhido de forma presencial, a partir da ética, da responsabilidade e do respeito às individualidades dos sujeitos. Ele também oferece ações que possibilitam a visibilidade das pessoas transsexuais na sociedade.

Os Centros de atendimento a mulheres e à comunidade LGBTQIAPN+ existem no Rio de Janeiro com o objetivo de atender mulheres com filhos que estão em situação de violência, que não corram risco de morte e podem permanecer nos Centros por 15 dias, tendo apoio tanto jurídico quanto psicossocial. Nele também são aceitas mulheres da comunidade LGBTQIAPN+ que estão nessa situação de vulnerabilidade, vivenciam violência e precisam de ajudar e apoio.

O Centro de Cidadania LGBTQIAPN+ Sul Fluminense foi criado a partir de reivindicações sobre as demandas da comunidade local, o Centro de Cidadania LGBTQIAPN+ Sul Fluminense recebe apoio do programa Rio Sem Homofobia e tem como objetivo atender a comunidade LGBTQIAPN+ da região Fluminense através do combate a homofobia e a promoção a cidadania desse público. No entanto, nos últimos anos o Centro enfrentou problemas financeiros que pudesse possibilitar sua expansão, mas conseguiu se manter e busca apoio para atender o entorno da região. De acordo com Gandra (2018) o Centro de Cidadania LGBTQIAPN+ Sul Fluminense é fundamental para o atendimento, com seriedade, para as pessoas da comunidade por isso

contribui com a reflexão de outros locais para que tenham Centros que contribua com esse público. Assim, ele apresenta uma visão ampla sobre o atendimento a comunidade LGBTQIAPN+, porque não apenas pensa na comunidade local, mas no seu entorno para outros sujeitos possam ser atendimentos e se sintam seguros.

A Eternamente Sou foi fundada em São Paulo, m 2017, a associação Eternamente Sou atende os idosos da comunidade LGBTQIAPN+ com o objetivo de desenvolver ações que sejam voltadas para âmbito psicossocial. O olhar da Eternamente Sou é voltado para a inclusão da Terceira Idade, considerando que sofrem preconceitos, são excluídos e invisíveis. A equipe de multiprofissionais da associação conta com psicólogos, assistentes sociais, advogados e médicos. Ela tem feito um trabalho cada vez mais inclusivo e reconhecido tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro.

A 7 Casa 1 apresenta importantes contribuições para a comunidade LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade e expulsa de casa, a ONG Casa 1, localizada em São Paulo, fundada em 2016, atua nos aspectos institucionais, educação, cultura e psicossocial. Ela recebe jovens com idade entre 18 a 25 anos com diferentes orientações sexuais e identidade de gênero. “A residência tem como foco a promoção de autonomia e organização de jovens que, de uma hora para outra, se veem sem um teto. Funcionando como casa de passagem, o tempo de estadia é de quatro meses” (CASA 1, 2024). Esses jovens recebem apoio e acompanhamento e muitos conseguem ingressar no mercado de trabalho. Dentre as atividades desenvolvidas estão as oficinas de desenho, performance, teatro, cozinha, escrita e shoulder bag. A Casa 1 tem um site oficial que apresenta os resultados dos trabalhos desenvolvidos, é por onde também o público podem fazer doações, principalmente de roupas, para ajudar os jovens acolhidos.

O Grupo Brasileiro de Promoção da Cidadania – GGLOSLGBTQI+ com sede em Picos, no Piauí, fundado em 2007, a auto-organização GGLOSLGBTQI+ atende pessoas LGBTQIAPN+s, e atua com a prevenção e divulgação de informação sobre IST/HIV/Aids, Hepatites e Direitos difusos. Ele é formado especificamente por “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersex (LGBTQI+), contando sempre com parcerias com os órgãos públicos, municipais, estaduais, federais e de outros profissionais”

(GGLOSLGBTQI+, 2024). Um dos aspectos mais importantes da militância e atuação do GGLOSLGBTQI+ é sobre as formas de viver, discriminação e defesa dos direitos humanos das pessoas que vivem e convivem com HIV – Aids. O grupo realiza diversas ações em parceria com o Poder Público e instituições privadas.

O Instituto Cultura Arte Memória LGBTQI+ (Instituto LGBTQI+) está localizado no Distrito Federal, o Instituto Cultura Arte Memória LGBTQI+ (Instituto LGBTQI+) foi fundado em 2017, conta com professores LGBTQIAPN+s para que busque preservar a memória da cultura e da história desse público. O Instituto oferece os serviços de dança, teatro, acesso à biblioteca e formação continuada. “A entidade produz e apoia ações e projetos no campo da pesquisa, difusão cultural, preservação de bens culturais e cuidado comunitário, buscando garantir o acesso da comunidade LGBTQI+ à sua cultura, arte e memória” (Instituto LGBTQI+, 2024). Ele tem forte atuação com os aspectos da educação e as questões sociais que direcionada para a comunidade. No entanto, vale ressaltar que os estudos não se restringem ao Distrito Federal, mas, sim, em todo o Brasil. Além do mais, o Instituto LGBTQI+ possui um site onde os usuários podem assinar e realizar o pagamento mensal, que direcionado para investir nas ações que são desenvolvidas.

O Instituto Mais Diversidade é uma ONG sem fins lucrativos que tem como objetivo articular soluções que desempenham impactos sociais que empoderem profissionalmente a comunidade LGBTQIAPN+. A principal localidade do Instituto é em São Paulo e promove parcerias com grandes empresas e bancos para que as ações sejam desenvolvidas, da mesma forma que contribui para que os sujeitos consigam ingressar no mercado de trabalho.

A LGBTQIA+ Movimento é uma ONG, localizada no Rio de Janeiro, que tem como público-alvo atender o público LGBTQIAPN+ que tem se refugiado e imigrantes, através de apoio, integração e afeto para eles. Dentre os serviços ofertados estão mutirão para retirada dos documentos de migração, doação de roupas, tratamento de saúde, empregabilidade e acolhimento sócio-jurídico. Além disso, são ofertados e desenvolvidas ações educativas, sensibilizações e capacitações, consultoria em migração e refúgio e consultoria em diversidade, gênero e sexualidade. Vale ressaltar que durante a pandemia, a ONG foi um importante espaço de acolhimento e acompanhamento para os

refugiados e imigrantes LGBTQIAPN+s que se viram desamparados com moradia, acesso à serviços de saúde, alimentos, empregabilidade e vestimentas.

A ONG SOMOS está localizada no Rio Grande do Sul, a ONG SOMOS atua há 22 anos, atendendo a comunidade LGBTQIAPN+ que busca os direitos humanos para os sujeitos da comunidade com HIV – Aids. Ela realiza momentos de testagem aberta ao público que são voltadas para identificar e mapear os sujeitos da comunidade que são soro positivas e ainda não sabem. A SOMOS realiza “ações transdisciplinares, tendo como base os direitos humanos, com ênfase nos direitos sexuais e direitos reprodutivos, a partir da articulação das áreas de educação, saúde, justiça, assistência social, cultura” (SOMOS, 2024) e comunicação. Ela também oferece cursos e workshops. Atualmente, com as enchentes que atingiram o RS, a ONG SOMOS tem buscado mapear as pessoas LGBTQIAPN+s soro positivas que estão desabrigadas e sem tratamento de saúde para que possam receber apoio.

O Arquivo Lésbico Brasileiro, situado no Distrito Federal, foi fundado em 2020, o Arquivo Lésbico Brasileiro é uma organização da sociedade civil que tem como objetivo preservar os itens que guardam a memória das mulheres lésbicas tanto do Brasil como de outros países. O acervo conta com materiais que são desde o século XX até a atualidade. É possível encontrar fotografias, livros, cartazes, panfletos, ilustrações, dentro outros.

O Coletivo Poupa Trans atua fortemente no direito das pessoas transsexuais para que tenham seus nomes e gêneros retificados nos documentos. Ela composta por pessoas trans e entre os anos de 2019 e 2020 atenderam mais 300 pessoas trans, travestis e não binárias.

O Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado pelo pesquisador Luiz Mott, em 1980, o Grupo Gay da Bahia (GGB), segue ininterrupto desde a sua fundação. O GGB é uma instituição sem fins lucrativos com forte ativismo para a comunidade LGBTQIAPN+ na Bahia, cuja sede social é em Salvador. O objetivo do GGB atua na luta contra o racismo, homofobia, divulgação de informações sobre orientação sexual e identidade de gênero. O “GGB é a associação social do nordeste mais trabalhou organicamente na prevenção de AIDS e IST, bem como apoia as pessoas vivendo com HIV/AIDS, especialmente dentro da comunidade” (GGB, 2024). Diante da importância do

uso do preservativo devido ao HIV, o GGB atua desde 1990 em prol da divulgação da importância do sexo seguro. Ele atua contra a discriminação, realiza produção científica sobre o comportamento e os direitos da comunidade, busca visibilidade para o processo de cidadania deles, através da promoção do bem-estar, saúde mental, física e relações sociais. O GGB é dirigido por membros voluntários e realiza reuniões semanalmente em prol de discutir ações para a comunidade LGBTQIAPN+.

A Casa Florescer é administrada pela instituição Coordenação Regional das obras de Promoção Humana (CROPH), em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Direitos Humanos, a Casa Florescer está localizada em São Paulo, foi fundada em 2016 e tem como público-alvo as mulheres transexuais e travestis que estão em situação de vulnerabilidade.

As mulheres transsexuais e travestis atendidas pela Casa Florescer vivem sob situação de dificuldade que envolve falta de oportunidade, educação, preconceito e tem os direitos violados. Eles proporcionam o bem-estar, promovem a autonomia e a inclusão social. “O trabalho desenvolvido busca favorecer oportunidades e articulação de rede propiciando a representatividade dessa população” (CASA FLORESCER, 2024). A Casa Florescer possui capacidade para atender 30 mulheres, funciona 24 horas, possui 4 dormitórios, refeitório, cozinha, banheiros, sala de atendimento social e psicológico, lavandeira e quadra esportiva. Um dos dormitórios é para pessoas com deficiência.

A Casa Nem está localizada na Lapa, no Rio de Janeiro, fundada em 2015, a Casa Nem é administrada por travestis e transexuais e atende a comunidade LGBTQIAPN+ em situação de rua, apresenta debates, oficinas e reuniões. Ela oferta festas nas noites carioca, mas as transexuais não pagam entrada. O Casa Nem oferece cursos de corte e costura, capoeira, fotografia, história da arte e libras, além de preparar estudantes para o vestibular.

A Casa TRANSformar está localizada em Fortaleza, no Ceará, a Casa TRANSformar atende pessoas da comunidade LBGT que estão em exclusão familiar, vulnerabilidade e violência. Apesar de funcionar de 2017, oficialmente a Casa atende desde 2019 e foi fundada por Lara Nicole e Davy Lima. Os serviços ofertados versam por moradia, alimentação, apoio financeiro e

atendimento psicológico. “As atividades são oferecidas gratuitamente e de forma voluntária. O projeto conta com cursos de italiano, inglês, defesa pessoal e inclusão no esporte através das aulas de jiu-jitsu” (SOUSA, 2022). Ela não tem apoio de nenhum órgão público, por isso mantém o funcionamento através de doações. A Casa também arrecada alimentos e roupas para doar as pessoas da comunidade que estão em situação de vulnerabilidade. As redes sociais são importantes meios de comunicação com o público, onde divulgam o trabalho e fazem as campanhas de arrecadação. Atualmente abriga 12 pessoas, utiliza as redes sociais para expor as vagas abertas e para indicar as doações que estão necessitando.

A Casa Aurora estava localizada em Salvador e fundada em 2019 e não mais em funcionamento, a ONG Casa Aurora foi um importante centro de cultura e acolhimento para LGBTQI+ que atende sujeitos com idade entre 18 a 29 anos. Ela é uma Iniciativa da Associação de Diversidade e Inclusão da Bahia e tem como objetivo a instrumentalização desse público, que tem capacidade para receber 10 pessoas. Ela ofereceu alimentação e produtos de higiene pessoal, além de atividades terapêuticas, psicológicas, socioeducativas e serviço jurídico, enquanto os jovens estão acolhidos nela. Nas redes sociais, a ONG divulga campanhas de arrecadação de alimentos para serem distribuídos para famílias LGBTQIAPN+s que estão em situação vulneráveis.

A Casa Miga é a primeira casa de acolhimento para refugiados LGBTQIAPN+ em Manaus. Além de refugiados também atende brasileiros que foram expulsos de casa e funciona com o apoio de instituições e campanhas tanto nacionais quanto internacionais. Cada sujeito atendido pode permanecer na Casa durante 90 dias. As pessoas abrigadas costumam vender água e doces durante o dia e depois retornam para a Casa. Ela já atendeu mais de 100 pessoas, principalmente cubanos e venezuelanos. Ela atende até 18 pessoas por vez, e é um importante espaço para esse público porque tem responsabilidade social, principalmente no que tange aos imigrantes, que fogem de casa por causa da discriminação e sofrimento devido suas identidades de gênero e orientação sexual.

O Centro Municipal de Referência LGBTQIAPN+ (Centro Vida Bruno) foi inaugurado em 2016, localizado no Rio Vermelho, em Salvador, o Centro Municipal de Referência LGBTQIAPN+ oferece à comunidade atendimento

psicossocial, jurídico, orientação, inserção no mercado de trabalho e capacitação para gerar renda. Dentre vários serviços prestados é possível identificar orientação a mudança do nome, promoção a saúde e bem-estar e curso de defesa pessoal.

“O Centro realiza ainda apresentações dentro dos órgãos municipais, através do Programa de Combate a LGBTQIAPN+fobia Institucional, com a intenção de preparar o corpo funcional para receber e lidar da maneira mais correta”(CENTRO MUNICIPAL DE REFERÊNCIA LGBTQIAPN+, 2024) com o público. Com isso, possibilita a saúde, educação e direitos para que a cidadania seja assegurada. O Centro tem uma equipe de multiprofissionais que atende o público-alvo, dentre eles é possível observar os profissionais assistente social, psicólogos e advogado. A estrutura física é adequada para o atendimento, além e contar com espaços para as reuniões e formações. Diante da importância desse, muitos profissionais de Salvador e cidades vizinhas têm ido a ele em prol de conhecer o modelo de atendimento.

O Núcleo de Atendimento LGBTI+ está localizado em Maricá, no Rio de Janeiro, fundado em 2020, o Núcleo de Atendimento LGBTI+ desenvolve um trabalho voltado para sujeitos em situação de vulnerabilidade. As ações são assistidas pelo CRAS e pela Secretaria de Assistência Social, através do atendimento e acompanhamento à comunidade. O objetivo do Núcleo é contribuir com a melhoria das condições de vida desse público, por isso são desenvolvidos ações e projetos. Dentre os trabalhos desenvolvidos em parceria com o CRAS estão “retificação de certidão de nascimento, orientação sobre seus direitos, encaminhamento para serviços da rede intersetorial, participação em atividade de fortalecimento de vínculos comunitários, apoio a movimentos sociais” (Núcleo de Atendimento LGBTI+, 2024). Além disso, o Núcleo realiza visitas domiciliares e institucionais, em escolas, hospitais, órgãos públicos e privados. Dentre as metas que o Núcleo pretende atingir estão “realizar, no mínimo, uma visita domiciliar ou institucional por mês, para acompanhamento de casos mais complexos (...). Realizar um grupo de fortalecimento por trimestre” (Núcleo de Atendimento LGBTI+, 2024). Além disso, há ações que são desenvolvidas voltadas para o social, e educação, cultura e justiça que atendam as questões dos LGBTQIAPN+s.

O Centro Estadual de Combate à Homofobia - CECH está localizado no Rio de Janeiro, o Centro Estadual de Combate à Homofobia atende a comunidade LGBTQIAPN+ vítima de violação ou de violência através dos serviços jurídicos, com psicólogos e serviço social. Além disso, o Centro também atende sujeitos que estão em situação de rua e em presídios, e recebe denúncias de cunho homofóbico e transfóbico. Na discussão proposta por Feitosa (2019) o Centro funciona como uma porta de entrada positiva para acesso a serviços públicos, que pode favorecer a população LGBTQIAPN+ em meio ao descaso do estado em muitas situações. O CECH apresenta-se como importante por também resolver conflitos que envolvem entre a comunidade LGBTQIAPN+ e o poder público local. Além de contribuir com campanhas de retificação dos nomes, ofertas de cursos de capacitação, orientação sobre os direitos e enfrentamento a violência e monitoramento de processos de vítimas de homofobia.

A Associação em Defesa dos Direitos Humanos (ADEH) foi fundada em 1993, em Florianópolis, Santa Catarina, a ADEH, quando fundada tinha objetivo em contribuir com ações voltadas para as pessoas travestis e transexuais com HIV – Aids e em situação de prostituição. Com o passar dos anos passou a atender travestis, transexuais e mulheres cis que sofrem discriminação e violência de gênero. A ADEH oferece momentos de escuta e acolhimento com serviços de psicólogo que atende ao público-alvo.

6.1 TECNOLOGIA SOCIAL E A PROPOSTA DE FLUXO DE ATENDIMENTO

A Tecnologia Social cresce nos debates e práticas acerca das evoluções e fases de desenvolvimento e progresso destacados pela cultura e interesses ocidentais, em que se nota um origem de desigualdades sociais e econômicas, tendo a Tecnologia Social o papel de solucionar problemas e desigualdades de forma coletiva e quase sempre gratuita ou solidária. Relacionam-se, nestes casos, as movimentações sociais organizadas, com protagonistas ativos, com trocas entre si de conhecimentos e práticas.

A Tecnologia Social objetiva a melhoria das práticas sociais e contribui para a elaboração de novos significados, unindo os problemas sociais às soluções e permitindo a ampliação dos limites da cidadania (ITS, 2004).

A Tecnologia Social contradiz o modelo convencional tecnológico, segundo Jesus e Costa (2013), e possibilita um método mais sustentável e solidário, pensado para todas as camadas sociais. A proposta de Fluxos de Atendimento é dar sustentabilidade aos espaços que atenderão pessoas LGBTQIAPN+, independente dos recursos que sustentem financeira e organizadamente tais locais.

Destaque-se que Pozzebon e Fontenelle (2018) visualizam seu diferencial no cenário das tradições pós-desenvolvimento, ao construir observações sobre Tecnologia Social. Ainda segundo Pozzebon e Fontenelle (2018), vencer o pensamento desenvolvimentista que vigora, a partir da realização empírica da Tecnologia Social, estimula processos políticos com potencial para reorganizar asações e fluxos dos grupos sociais, artefatos e métodos do cotidiano que se direcionam para a produção e consumo.

As equipes devem considerar a cidade que estarão implantadas, bem como os recursos financeiros e humanos disponíveis, a demanda e percebida e o diagnóstico local realizado. Tal diagnóstico deve considerar mobilização e escuta de órgãos, grupos, entidades e pessoas LGBTQIAPN+, de forma qualificada, registrando em relatórios quali-quantitativos.

Importante se faz destacar que cursos e capacitações de nivelamento e letramento racial e sobre diversidade devem ser realizados, tendo sempre conceitos e práticas de acolhimento, empatia e conhecimento como qualidades para os profissionais, enfrentando o preconceito, crenças/religião e falta de recursos humanos e estruturais, conforme as respostas dadas que consideram as qualidades e os obstáculos ao atendimento a pessoas LGBTQIAPN+.

Para estabelecimento de fluxos, cabe orientar que se deve entender como chegou a pessoa LGBTQIAPN+ no espaço, se por demanda espontânea, demanda provocada ou encaminhamento por integrante da Rede. Nos casos de demanda espontânea, a pessoa LGBTQIAPN+ chega ao local com toda sua carga de vivências, nem sempre agradáveis ou respeitadas, além de possíveis sofrimentos de LGBTQIA+Fobias, discriminações ou necessidade de atendimentos sociais ou qualificados. É necessária a escuta qualificada especialmente por profissional do Serviço Social. Os profissionais de recepção ou Educação Social devem prestar o mais humanizado acolhimento e,

imediatamente ao identificar a motivação, encaminhar ao profissional da equipe que dará o atendimento especializado. Deve-se reduzir o tempo ao máximo de permanência em salas mais coletivas, eliminando a possibilidade de socializar situações e contextos individuais a terceiros, curiosos ou que não fazem parte da equipe. A percepção da recepção, acolhimento e Educador Social poderá motivar o encaminhamento a área especializada, como Psicologia, Jurídico, Pedagogia ou outra que integre o quadro funcional.

Demanda espontânea (pessoa LGBTQIAPN+ chega ao local de atendimento) - Recepção ou Educador Social (recepciona ou acolhe devidamente, registros mínimos de nome e contato, escuta mínima e atenciosa, identificação de para que área encaminhar) – Serviço Social (principal porta de entrada com anamnese e preenchimento de dados em ficha com maior riqueza possível justificada – encaminhamento a benefícios sociais, membros da equipe ou rede) ou área especializada (atendimento, anamnese, preenchimento de ficha, encaminhamento ao serviço social para escuta geral, encaminhamento a rede).

Nos casos em que a chegada se deva por encaminhamento, formal, deve-se verificar qual a demanda apresentada, acolhendo de forma inclusiva, como na demanda espontânea, pela recepção ou Educador Social, e encaminhando ao Serviço Social ou Profissional diretamente mencionado ou anteriormente mobilizado pelo integrante da rede, seguindo o fluxo já mencionado. Nas demandas provocadas em que a pessoa LGBTQIAPN+ chega com a motivação provocada por ofertas do espaço, com inscrição prévia ou no local, em participação em eventos específicos, deve ter, após acolhimento pelos profissionais que motivaram a ação ou pela recepção e Educador Social, a verificação se a inscrição com dados foi preenchida adequadamente, atendimento pela área que promoveu a ação (cursos, escuta, terapia, atendimentos em parcerias, documentação, etc), considerando a seguir a escuta pela área de Serviço Social, de acordo com a concordância da pessoa atendida e demais etapas de atendimento já mencionadas.

As considerações e fluxos aqui apresentados servem para que a sociedade possa ter um norte ao implantar espaços de atendimento que sejam o mínimo possível consistentes, com equipes mínimas e profissionais

qualificados, a fim de que as vulnerabilidades possam ser diminuídas e a população LGBTQIAPN+ ter seus direitos respeitados. Estas informações devem ser utilizadas de forma gratuita como Tecnologia Social a beneficiar a coletividade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi levantada a seguinte questão: quais são os desafios enfrentados pelo Centro de Promoção e Defesa de Direitos das populações LGBTQIAPN+ (CPDD LGBT), como modelo de Política Pública, de Gestão Social, Residência Social e Experiência Pública no estado da Bahia? Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa foi avaliar as ações, os objetivos e o cumprimento do papel do CPDD LGBT em relação às necessidades das populações LGBTQIAPN+, apontando como proposta de intervenção ações que ajudem aprimorar ainda mais a sua atuação.

A partir do estudo é possível ratificar que o CPDD LGBT foi criado com o objetivo de amenizar os impactos sociais enfrentados pelos indivíduos LGBTQIAPN+, lutando contra a desigualdade ao abordar questões que os tornam socialmente vulneráveis de forma abrangente, ao mesmo tempo que celebra a diversidade. As pessoas que foram assistidas por este programa são principalmente da comunidade em questão, isso porque enfrentam desafios relacionados à representação social, o que frequentemente afeta sua qualidade de vida. Essa vulnerabilidade está diretamente ligada às suas identidades de gênero e orientações sexuais, sendo esses os principais aspectos considerados em nossos atendimentos e acompanhamentos, guiando nossas ações em prol da promoção e defesa de direitos. Assim, o centro se compromete firmemente em assegurar os direitos da comunidade de maneira respeitosa e inclusiva.

Os relatórios mostram que o centro possui uma função essencial na defesa da equidade, integração e valorização dos direitos humanos das pessoas LGBTQIAPN+ no país. Sua relevância pode ser evidenciada na ação de assegurar os direitos humanos desse grupo assegurando que sejam tratadas com equidade e consideração perante a legislação e na sociedade como um todo. É crucial a análise das atividades, metas e execução das

funções do CPDD LGBT em relação às demandas das comunidades LGBTQIAPN+, a fim de assegurar que esta entidade esteja desempenhando eficazmente sua missão e contribuindo para a promoção da inclusão e proteção dos direitos desses indivíduos. Ao examinar as políticas públicas e atuações sociais direcionadas a esse propósito, realizando comparações com práticas nacionais e identificando os principais desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+, torna-se viável detectar áreas de aperfeiçoamento e oportunidades para otimizar o desempenho do CPDD LGBT.

Considerando essa análise, apresenta-se uma série de medidas para aprimorar de forma mais eficiente a atuação do CPDD LGBT e satisfazer adequadamente as demandas da população LGBTQIAPN+. Em primeiro lugar, é fundamental fortalecer o diálogo com demais entidades governamentais, organizações sociais e coletivos LGBTQIAPN+, visando assegurar uma abordagem conjunta e cooperativa na promoção da inclusão e proteção de direitos. Também recomenda-se a adoção de medidas concretas para superar os obstáculos identificados, como a promoção de campanhas de conscientização e educação para a população, a elaboração de treinamentos para profissionais de diferentes áreas e a aplicação de diretrizes inclusivas em todas as instâncias do governo.

Os discursos dos entrevistados mostram que todos reconhecem que a importância do centro e de suas atuações, é o de justamente incentivar o bem-estar e a saúde física, mental e emocional da comunidade LGBTQIAPN+, viabilizando o acesso a serviços de saúde que atendam às suas particularidades com sensibilidade. Assim, as ações visam promover o destaque e o reconhecimento da variedade de orientações sexuais e identidades de gênero, lutando contra estigmas e discriminações e celebrando a diversidade e pluralidade da comunidade LGBTQIAPN+. Deste modo, através do reconhecimento e valorização dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, o CPDD LGBT promove o fortalecimento da cidadania e inclusão social desse grupo, capacitando-os a reivindicar seus direitos e se engajar de forma significativa na vida política, social e cultural da sociedade.

Através de um modelo de equipamentos ou procedimentos de atendimento mais eficazes e inclusivos, o CPDD LGBT consegue assegurar

que as demandas não atendidas da população LGBTQIAPN+ sejam tratadas de maneira mais apropriada e empática. Isso envolve a implementação de centros de referência especializados, a melhoria do acesso a serviços de saúde mental, suporte jurídico e ação social, além do estabelecimento de iniciativas de suporte e acolhimento para segmentos específicos dentro da comunidade LGBTQIAPN+.

O projeto de intervenção e a Tecnologia Social surgem aqui, como mais um caminho para aperfeiçoar o trabalho do CPDD LGBT na defesa e garantia dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, bem como a criação ou fortalecimento de outros espaços, por meio da identificação de questões, obstáculos e possibilidades de melhorias, e da execução de medidas práticas para enfrentá-los. Ao reforçar sua estrutura e atuação, o CPDD LGBT pode desempenhar um papel ainda mais eficiente na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A Residência Social no campo em questão, foi um momento de vivenciar reflexões e sugestões, bem como a constatação de aprendizados nas atividades realizadas e contribuições socializadas com a organização acolhedora. Sendo assim, é importante que as experiências desse tipo estejam associadas e sirvam para ampliar o conhecimento gerado com a Gestão Social. Assim, a Gestão Social, tal como a Residência Social, bem como a prática desta numa Organização da Sociedade Civil, em contato com público em vulnerabilidade é de grande relevância, uma vez que a temática é de grande importância de perceber como o social é fundamental no processo de formação individual, profissional e acadêmico do sujeito na sociedade.

A organização, de fato, colabora com a formação de uma comunidade engajada na preservação do meio ambiente, no progresso social e cultural de todos os profissionais que trabalham com a reciclagem de materiais, indo além das palavras. Isso porque, o seu ideal de comportar-se de acordo com as normas, princípios e diretrizes estabelecidas em conjunto com pessoas, grupos e locais; bem como pela possibilidade de apreciar e zelar por seres e ambientes, reconhecendo suas singularidades é uma ação que convida toda a população para agir de forma sustentável no dia a dia.

Ao se discutir sobre a exclusão social, é importante que se tenha o olhar cuidadoso sobre quais são as razões que levam a ela, uma vez que a raiz do problema precisa ser desfeita para que o reflexo disso ocorra de forma efetiva da vida dos cidadãos. Nesse sentido, a base para que o olhar pessimista sobre, perpassa pela literariedade do falecimento dos preconceitos sociais sobre a existência das pessoas LGBTQIAPN+s, ocasionando na pressão social pelo respeito à vida e à dignidade humana defendidas pela Constituição Federal de 1988.

Vale ressaltar, no entanto, que o caminho para mudar o olhar social se faz, principalmente, a partir das constituições de direitos de igualdade para todos os cidadãos, uma vez que a partir do momento em que os direitos são resguardados e respeitados, os cidadãos podem usufruir de melhores condições de vida, ampliando a sua dignidade e tendo condições de realizar ações sociais que visem a melhoria de todos e para todos. Desse modo, proteger, garantir e buscar direitos que dignificam as pessoas LGBTQIAPN+s como os cidadãos capazes que são, é uma ação importante para a sociedade como um todo.

Durante a pesquisa de levantamento de Centros, ONGs, Associações e espaços que atendem especificamente a comunidade LGBTQIAPN+ constatou-se que a luta ainda é muito grande para conseguir incluir todos aqueles que sofrem discriminação ou qualquer tipo de violência. Esta constatação vem, inclusive, da percepção da fragilidade que se tem para a manutenção, com recursos esporádicos ou de chamamentos públicos com recursos temporários, quando deveriam existir políticas públicas permanentes.

Ainda durante o levantamento, observou-se que todas as organizações e centros estão preocupados com a forma com a qual a comunidade LGBTQIAPN+ vive na sociedade brasileira, muitas vezes à margem, excluída dos direitos que lhes são assegurados. Elas se mantêm na ativa realizando movimentos e ações de militância para viabilizar a existência e a resistência dessas pessoas.

Este estudo não se finda aqui, com o intuito de direcionar pesquisas futuras sobre as ações do CPDD LGBT e as demandas das comunidades LGBTQIAPN+, apresentam-se sugestões de temas para estudo que visam ampliar a compreensão e aprimorar as políticas de inclusão e proteção de

direitos: Análise do efeito das medidas governamentais, com a intenção de examinar as consequências das medidas governamentais destinadas à população LGBTQIAPN+ no Brasil, analisando sua efetividade, abrangência e implementação real. Outra possibilidade são as análises de discriminação e agressão, com o objetivo de investigar as situações de discriminação, violência e marginalização enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ em diversos ambientes sociais e geográficos, identificando elementos que contribuem para esses problemas e para a segurança dos indivíduos. E mais recente e imperioso a saúde psicológica e qualidade de vida, com a intenção de avaliar as demandas de saúde mental e bem-estar da comunidade LGBTQIAPN+, levando em consideração os efeitos do preconceito, da exclusão e da dificuldade de acesso a serviços de saúde apropriados.

Estes são apenas alguns casos em que estudos futuros podem trazer benefícios. É essencial que as investigações sejam feitas de maneira conjunta e inclusiva, com a participação ativa da comunidade em todas as etapas do planejamento, execução e análise, a fim de assegurar que as demandas e visões das pessoas diretamente impactadas sejam devidamente consideradas.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca e von BULOW, Marisa (Orgs.). Dossiê: Movimentos sociais e ação coletiva. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, Brasília, jan./jul. 2010.

AGÊNCIA BRASIL. **Rio de tem novo centro de acolhimento LGTB+ e de combate à violência**. Reportagem, 2023. Disponível em: Rio tem novo centro de acolhimento LGBTQIAPN++ e de combate à violência (acessa.com). Acesso em: 02 de junho de 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Letícia Prado de. **JUNTXS** : Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ em Maceió -AL / Letícia Prado de Almeida. – 2021

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. São Paulo: Artmed, 2009.

ARAÚJO, Edigilson Tavares de. Gestão social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 85-90.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba, 2010.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris. 1948.

AZEVEDO, A. Serviço de Informação. Porto, **Revista transparências**. 2001.

BAGAGLI, Beatriz. **“Cisgeneridade e silêncio”**. **Transfeminismo**, abr. 2014. Disponível em <https://transfeminismo.com/cisgeneridade-e-silencio>. Acesso em 14 de maio de 2024.

BAHIA. **Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social**. UFBA, 2024.

BALTHAZAR, Adriana Maria Shad e. **O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas narrativas de sofrimento**. Dissertação (UERJ). Rio de Janeiro, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Mariana Leonesy da Silveira; BOULLOSA, Rosana de Freitas. **A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública**. NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA, Salvador, v.1, n.1, p. 181-202 Jun/Nov 2010.

BESEN, Lucas. “Pode tudo, até ser cis”. **Segredo de justiça, cisgeneridade e efeitos de estado a partir de uma peciografia dos processos de retificação do registro civil em Porto Alegre/RS**. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. 2018.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **REV. Ciências Sociais**. Unisinos. 2011.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. **Análise , elaboração e gestão de programas e projetos- Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação à Distância, 2019**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31903/1/ebook-analise_elaboracao_e_gestao_de_programas_e_projetos.pdf> acesso em 15 de maio de 2022.

BOSCHI, R.R. e VALLADARES, L.P. Movimentos sociais de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos. In: R.R. BOSCHI (Org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**, pp. 16-31. Rio de Janeiro: Zahar. 1983.

BORÓN, Atílio. “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”, in E. Sader & P. Gentili (orgs.), **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**, 3 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. (1996).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Direito das pessoas LGBTQIAP+** [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. – Brasília : STF : CNJ, 2022

BROWN, J.S.; DUGUID, P. **Organizational learning and communities-of-practice:toward a unified view of working, learning and innovating.** Organization Science.1991.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **Pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 110-127. Disponível em Acesso em 10 abr. 2024

CANÇADO, Airton Cardoso. Gestão social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social.** Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 80-84.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Gestão social.** In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. **Gestão Social: Epistemologia de um Paradigma.** 3. ed. rev. e ampl. — Tocantins : MC&G Editorial : Universidade Federal do Tocantins, 2022.

CARSILI, Robert. **The Ontario Parasport Legacy Group: a case study of a collaborative partnership as an event legacy.** 2016. 96 f. Dissertação (MestradoemArtes) - School of Graduate & Postdoctoral Studies, University of Western Ontario, London, 2016. Orientador: Dra. Laura Misener. Disponível em: <https://ir.lib.uwo.ca/etd/4263/?utm_source=ir.lib.uwo.ca> acesso em 14 de maio de 2022.

CARLIXTO, A. A.; CÔRTEZ, G. R.; SOARES, G. S. Rompendo o silêncio: a informação no espaço LGBT do estado da Paraíba. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 83-105, jul./dez. 2016.

CARVALHO, Claudio Oliveira; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. 'Isto é um lugar de respeito!': A construção heteronormativa da Cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano UrbanoRevista de Direito da Cidade. 2017.

CARVALHO, Laudelize Souza; PHILIPPI Miriam May. Percepção de lésbicas, gays e bissexuais em relação aos serviços de saúde. IN: Universitas: Ciências da Saúde, Brasília, v. 11, n. 2, p. 83-92, jul./dez. 2013.

CASA FLORESCER. 2024. Disponível em: SOBRE NÓS | Casa Florescer (cadiversidade.wixsite.com). Acesso em: 07 de junho de 2024.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CENTRO DE PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS DA PESSOAS LGBTQIAPN+ – CPDD-LGBTQIAPN+/BA. **Relatório final de atividades em resposta ao TERMO DE COLABORAÇÃO 02/2022**. 2023.

CENTRO MUNICIPAL DE REFERÊNCIA LGBTQIAPN+. 2024. Disponível em: Notícias – SEMUR (salvador.ba.gov.br). Acesso em 09 de junho de 2024.

COLLING, L. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador, 2015.

CORAIOLA, Diego M.; BARROS, Amon; MACLEAN, Mairi; FOSTER, William M. História, Memória e Passado em Estudos Organizacionais e de Gestão. **RAE- Revista de Administração de Empresas**. FGV EAESP. São Paulo | V. 61 | n. 1 | jan-fev 2021 | p. 1-9. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020210102>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/LBsZLGwbPfDQDrFQKCyspfx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 11 de maio de 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+** : relatório da pesquisa / Conselho Nacional de Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. – Brasília: CNJ, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+** [recurso eletrônico] / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — Brasília : CFP, 2023

CRENSHAW, Kimberlé W. (2002). "Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero". **Estudos Feministas**, ano 10, n° 1/2002

COUTINHO, Larissa Rachel Palhares, et. al. Acolhimento na Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa. Rio de Janeiro: **Saúde em Debate**, v.39, n.105, p.514-524, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042015000200514&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 02 maio de 2024.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **Handbook of qualitative research** Thousand Oaks: Sage, 2005.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Ivonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FALK, Maria Lúcia Rodrigues, et. al. Acolhimento como dispositivo de humanização: percepção do usuário e do trabalhador em saúde. Juiz de Fora: **Revista APS**, v.13, n.1, p.4-9, 2010. Disponível em: <<https://aps.ufjf.emnuvens.com.br/aps/article/view/350/291>>. Acesso em: 02 maio de 2024.

FEITOSA, Cleyton. **POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIAPN+ NO BRASIL**: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. Scielo, 2019.

FILHO, Genauto Carvalho de França. Definindo Gestão Social. In: SILVA, Jeová Torres Jr; MASIH, Rogerio Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies (org.). **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. 1º Ed. UFC: Juazeiro do Norte, 2008.

FISCHER, T. M D. **Instituições, interorganizações e gestão do desenvolvimento territorial**. Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

FISCHER, T. M D. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: uma introdução a uma agenda. In: Fischer, T. M D. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e**

poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002

FISCHER, T. M D.; MELO, V. P. **Programa de desenvolvimento e gestão social: uma construção coletiva.** In: Fischer, T. M D.; Roesch, S.; Melo, V. P. **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social:** casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006

FISCHER, Tânia et al. **Formação em Gestão Social: um Olhar Crítico sobre uma Experiência de Pós-Graduação.** In: Gestão do Desenvolvimento Territorial e Residência Social: Casos para Ensino. Tânia Fischer, Sílvia Roesch, Vanessa Paternostro Melo, organizadores. – Salvador: CIAGS/UFBA, 2006.

FISCHER, Tânia. **Gestão Social do Desenvolvimento de Territórios.** Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 12(1), jan-abr 2012.

FISCHER, Tânia et al. **GUIA PARA RESIDÊNCIA SOCIAL: Definições operacionais para o campo.** UFBA, 2019.

FISCHER, Tânia. **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social:** casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2001.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **A Gestão Social entre a administração pública e o serviço social: um diálogo necessário.** In. Gestão social: mobilizações e conexões / organizadores, Luciano Antônio Prates Junqueira...[et al.]. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; SCHOMMER, Paula Chies. **A Metodologia da Residência Social e a Aprendizagem em Comunidades de Prática.** In. Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino / Tânia Fischer, Sílvia Roesch, Vanessa Paternostro Melo, organizadores. – Salvador: CIAGS/UFBA, 2006.

FREITAS, Gabriel Pinto Burgos. **Plano Municipal de Políticas Públicas de Cidadania e Direitos LGBT do Município de Salvador:** uma análise de sua aplicação frente ao Direito Constitucional a não-discriminação. / Gabriel Pinto Burgos Freitas. – Salvador: UNIFACS, 2022.

FREITAS, Gabriel Pinto Burgos. **PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIDADANIA E DIREITOS LGBTQIAPN+ DO MUNICÍPIO DE SALVADOR: uma análise de sua aplicação frente ao Direito Constitucional a não-discriminação.** Dissertação (UNIFACS). Salvador, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** São Paulo: Cortez, 1995.

GIUSTINA, EmilieFaedo Della; LUIZ, DanutaEstrufikaCantóia. **Sociedade Civil e Participação: concepções hegemônicas e contra hegemônicas.** Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jun., 2013. p. 74.

GODOY, Arilda. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** RAE - Rev. Administr. Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008 .

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A ação afirmativa e o princípio constitucional da igualdade.** O direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GRAZZIOLI, Airton; CAMPELO, Aldeir de Lima; ANDRADE, Álvaro Pereira de. **Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social.** Brasília: Profis, 2015. p. 225.

GANDRA, Alana. **RJ abre novos centros de atendimento a mulheres e à comunidade LGBTQIAPN+.** Artigo, 2018.

GRUPO BRASILEIRO DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA – **GGLOSLGBTQIAPN+I. 2024.** Disponível em: Prosas | Empreendedor - Grupo Brasileiro de Promoção da Cidadania -. Acesso em: 02 de junho de 2024.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil** : relatório 2021 / José Marcelo Domingos de Oliveira, Luiz Mott (organizadores).-- 1. ed. -- Salvador : Editora Grupo Gay da Bahia, 2022. -- (Relatórios do Grupo Gay da Bahia ; 1).

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. v. 2. 1997.

HINING, Ana Paula Silva; TONELI; Maria Juracy Filgueiras. Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 31(1): e83266 DOI: 10.1590/1806-9584-2023.

INSTITUTO CULTURA ARTE MEMÓRIA LGBTQIAPN++ (Instituto LGBTQIAPN++). 2024. **Instituto de Cultura, Arte e Memória LGBTQIAPN+ - Instituto LGBTQIAPN++ - Fundo Brasil**. Acesso em: 03 de junho de 2024.

JESUS, V. M. B.; COSTA, A. B. (Org.). Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: COSTA, A. B. (Org.). **Tecnologia social e políticas públicas**. São

JOBIM, Mara Rejane Costa. **Residência social: o relato de um aprendizado**. Monografia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2006.

JORNAL DO BRASIL. **Prefeitura do Rio inaugura Centro Provisório de Acolhimento dedicado à população LGBTQIAPN++**:A nova unidade fica no Centro e conta com 50 vagas. REPORTAGEM, 2020. Disponível em: Prefeitura do Rio inaugura Centro Provisório de Acolhimento dedicado à população LGBTQIAPN++ (jb.com.br). Acesso em 02 de junho de 2024.

LIRA, Maria Gomes da Conceição. **Modelo de gestão da inovação nos Institutos Federais**/ Maria Gomes da Conceição, Horácio Nelson Hastenreiter Filho. Petrolina: IF Sertão Pernambucano, 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACULAN, A. M.; MELLO, J. M. C. University start-ups for breaking lock-ins of the Brazilian economy. **Science and Public Policy**, 36, p. 109-114, 2009.

MAIA, M. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. **Textos & Contextos**, n. 4, dez. 2005b. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1010/790>
Acesso em: 05 abr. 2023.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Gilberto de A. THEÓPHILO, Carlos Rnato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, ano XVIII, n. 55, nov. / fev.1997.

MOTT, Luiz. **A construção da cidadania homossexual no Brasil**. Democracia Viva, JAN / FEV 2005.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. (2010); **The Open Book of Social Innovation**. London, **NESTA/The Young Foundation**. 2010. Disponível em: www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the_open_book_of_social_innovation acesso em 15 de abril de 2024.

NÚCLEO DE ATENDIMENTO LGBTQIAPN+I+.PLANO DE TRABALHO ANUAL 2024. Maricá, 2024.

ONG CASA 1. **Casa 1. 2024**. Disponível em: Casa 1 - Casa 1 une acolhida de jovens LGBTQIAPN++ , centro cultural e clínica de saúde mental gratuita (casaum.org). Acesso em: 02 de junho de 2024.

ONG **Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia (GAPA-BA)**. 2024. Disponível em: Quem Somos | Gapa Bahia. Acesso em: 01 de junho de 2024.

ONG SOMOS. **Somos - Comunicação, Saúde, Sexualidade | direitos humanos | Rua Uruguai, 300** - Centro Histórico, Porto Alegre - RS, Brazil. Acesso em: 03 de junho de 2024.

OLIVEIRA, Lêda Maria Leal, et.al. Acolhimento: concepções, implicações no processo de trabalho e na atenção em saúde. Juiz de Fora: **Revista APS**, v.11, n.4, p.362-373, 2008. Disponível em <<https://aps.ufjf.emnuvens.com.br/aps/article/view/394/133>>. Acesso em: 02 maio de 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Sexualidade**. 2001.

PAULO: Fundação Banco do Brasil, 2013. Cap. 1. p. 17-31. **Núcleo de Atendimento LGBTQIAPN+I+**. 2024. Fonte: Material de divulgação impressa.

PEREIRA, Patrick; SANTOS, Franklin Noel dos. Invisibilidade da população LGBTQIAP+ nas políticas educacionais. **Kiri-kerê: Pesqminauisa em Ensino**, n.16, dez. 2023.

PORTER, M. E. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

POZZEBON, M.; FONTENELLE, I. A. **Fostering the post-development debate: the LatinAmerican concept of tecnologia social**. *Third World Quarterly*, [s. l.], v. 39, n. 9, p. 2018.

PRECIADO, Paul B. "Multidões queer: Notas para uma política dos 'anormais'". **Rev. Estud. Fem.** vol.19 no.1 Florianópolis jan./abr. 2011. Disponível em Acesso em 24 jan. 2019.

PRODANOVI, Cleber Cristiano.; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, L. B. **Centros de cultura, espaços de informação**: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

RIBEIRO, E.M.; SILVA, E. S. ; SANTOS, Reginaldo S. ; RIBEIRO, M. M. . Administração Política do Espaço Geográfico: análise da capacidade de gestão da pandemia da COVID-19. RIGS - **REVISTA INTERDISCIPLINAR DE GESTÃO SOCIAL**, v. 10, p. 87-104, 2021.

RIBEIRO, Rodrigo S. Cândido. **Processos de comunicação organizacional e transexualidade**: Um estudo sobre o papel estratégico da comunicação na inclusão de gênero nas “Melhores Empresas para se Trabalhar” / Ribeiro, Rodrigo S. Cândido – São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Roberto W. S. R. **Gestão Social: seus percursos formativos e carreira profissional**. In. Gestão social: mobilizações e conexões / organizadores, Luciano Antônio Prates Junqueira...[et al.]. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

ROZÁRIO, Elton Santa Brígida do. **PARA ALÉM DAS PLUMAS E PAETÊS**: Movimento LGBT no enfrentamento à LGBTfobia no cenário paraense. Vol. 03, N. 09, 2020.

RUGGIERO, Vincenzo; MONTAGNA, Nicola. **Social movements: a reader**. Londres: RoutledgeReaders, 2008.

SANT`ANNA, Antônio Olímpio de. In: MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANTOS, Bruno Almeida dos. **Centros de Referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação**: um estudo na cidade de São Paulo / Bruno Almeida dos Santos. – 2018.

SCHUMPETER, J.A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCHWARTZMAN, S., “Modelos de atividade científica”. In Schwartzman, S.; Carvalho, A. P. D.; Leite, R. C. et. al., **Administração da atividade científica**. Brasília. 2002.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997.

SILVA, Francisco Ranieri Moreira da. **Gestão do desenvolvimento territorial** em empreendimentos de habitação social no Brasil / Francisco Ranieri Moreira da Silva. – 2017.

SILVA, Michel Batista, **ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO PERVASIVA NO CONTEXTO DO CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA DOS DIREITOS DE LGBT E ENFRENTAMENTO À LGTFOBIA NA PARAÍBA**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. 2019.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análises de entrevistas, textos e interações. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUZA, Cláudio André de. **Movimentos sociais**. - Salvador: UFBA, Faculdade de Direito; Superintendência de Educação a Distância, 2022.

SOUSA, Glauber. **Conheça a “Casa Transformar”, projeto de acolhimento LGBTQIAPN+QIAP+ que funciona em Fortaleza**. Reportagem, 2022.

STORTO, Paula Raccanello; REICHER, Stella Camlot. Elementos do direito do Terceiro Setor e o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. IN: **Revista Pensamento e Realidade**, V. 29, N. 2. São Paulo: PUC, 2014.

TENORIO, Fernando G. **Gestão Social**: metodologia, casos e práticas. 5º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: Silva, Jeová Torres; Mash, Rogério Teixeira; Caçado, Airton Cardoso; Schommer, Paula Chies (Orgs.). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

THIOLLENT, M. **Metodologia de Pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva. 2009.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

UNICEF. **Evolução das desigualdades sociais na infância e adolescência em Salvador (BA)**. Monitoramento dos indicadores na Plataforma dos Centros Urbanos 2017-2020. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/plataforma-dos-centros-urbanos-2017-2020/salvador-ba>> acesso em 14 de maio de 2022.

WITTIG, Monique. “On the social contract”. In: **The straightminding essays**. Boston: Beacon Press, 1992.

VEIGA, Edilson. **Há 30 anos, OMS remove homossexualidade da lista de doenças**. Artigo, 2020.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO LIVRE ESCLARECIDO (TECLE)

Esta entrevista semi-estruturada, cujas respostas/relatos serão utilizados para a dissertação do Mestrando Renildo Barbosa, integrante do Programa de Desenvolvimento Territorial e Gestão Social (PDGS), da Escola de Administração da UFBA, com o Título “Atendimento a Pessoas LGBTQIAPN+ por equipe multiprofissional”.

A seguir o **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**, que será considerado aceito pelo profissional que responder parcial ou totalmente o questionário a seguir:

Você está sendo convidado como voluntária a participar da pesquisa: intitulada “Atendimento a Pessoas LGBTQIAPN+ por equipe Multiprofissional”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do Pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizada de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Renildo Barbosa através do telefone: 71 992971855 ou através do e-mail renildo.barbosa@gmail.com.

A presente pesquisa é motivada pela linha de pesquisa no Mestrado de Desenvolvimento Territorial e Gestão Social debruçar-se sobre o atendimento a pessoas LGBTQIAPN+ por equipe multiprofissional. O objetivo desse projeto é, inicialmente, tratarmos das contribuições do Centro de Promoção e Defesa de Direitos da População LGBT como modelo de Gestão Social e experiência pública no estado da Bahia e de outros espaços de atendimento. Para a coleta de dados será utilizado questionário eletrônico e entrevista semiestruturada, além da pesquisa documental realizada nos relatórios disponibilizados.

Você será esclarecida sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “Atendimento a Pessoas LGBTQIAPN+ por equipe Multiprofissional”, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

Salvador, 02 de maio de 2024

Renildo Barbosa – Mestrando PDGS

Participante

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Nome completo
2. Aceita participar?
3. Qual seu CPF mantido em sigilo de acordo com legislação vigente?
4. Qual sua área ou função de atuação/atendimento a pessoas LGBTQIAPN+?
5. Quais profissionais devem integrar equipe de atendimento a pessoas LGBTQIAPN+?
6. Destes profissionais citados, quais três são mais necessários em locais que não possuem recursos suficientes para uma equipe maior ou um número expressivo de pessoas LGBTQIAPN+ para atendimento?
7. Você considera importante ter conhecimento sobre as questões específicas enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ ou lugar de fala ? Por quê?
8. Quais estratégias você sugere ou considera importantes para criar um ambiente acolhedor e inclusivo para pessoas LGBTQIAPN+? Quais são os principais desafios que você percebe ao atender pessoas LGBTQIAPN+ e como você os aborda?
9. Como você lida com situações em que uma pessoa LGBTQIAPN+ enfrenta discriminação ou preconceito fora do ambiente de atendimento?
10. Quais são as principais competências que você considera essenciais para atender efetivamente a comunidade LGBT? Pode citar algum impedimento para profissionais atenderem a esta comunidade?
11. Você já teve experiência em lidar com situações de discriminação ou preconceito direcionadas a pessoas LGBTQIAPN+ atendidas? Como você lidou com isso? Encaminhou a rede?

12. Você considera que há uma rede para apoio consistente a Pessoas LGBTQIAPN+? Quais órgãos ou grupos pode citar que tem apoio importante?
13. Existe alguma outra informação importante que você gostaria de compartilhar sobre o seu trabalho com a comunidade LGBTQIAPN+?